



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

DEDIANE SOUZA

"DANDO O NOME": EU E DANDARA NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DE
HUMANIDADES DE TRAVESTIS EM FORTALEZA-CE A PARTIR DE
UM RECORTE DO JORNAL O POVO

FORTALEZA

2022

DEDIANE SOUZA

"DANDO O NOME": EU E DANDARA NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DE
HUMANIDADES DE TRAVESTIS EM FORTALEZA-CE A PARTIR DE
UM RECORTE DO JORNAL O POVO

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia das Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito à obtenção do título de Mestra em Antropologia. Área de concentração: Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Kleyton Rattes

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237" Souza, Dediane.
"Dando o Nome": Eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza -
CE a partir de um recorte do jornal O Povo / Dediane Souza. – 2022.
140 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
graduação em Antropologia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Me. Kleyton Rattes.

1. travestis. 2. humanidades. 3. corporeidade. 4. Dandara. 5. jornal O Povo. I. Título.

CDD 301

DEDIANE SOUZA

"DANDO O NOME": EU E DANDARA NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DE
HUMANIDADES DE TRAVESTIS EM FORTALEZA-CE A PARTIR DE
UM RECORTE DO JORNAL O POVO

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia das Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Antropologia. Área de concentração: Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Kleyton Rattes

Aprovada em: 01/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Kleyton Rattes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico estes escritos às memórias das travestis Dandara Katheryn, Thina Rodrigues, Janaína Lima e Soraya Oliveira; em nome delas, para todas as ativistas do movimento social de travestis e transexuais do Brasil, por suas contribuições que são de grande valia para a construção de saberes, de cidadania e de resistência na manutenção da identidade travesti.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, inicialmente, às irmandades que escolhemos na vida e para a vida: Luizete Vicente, Tathiane Araújo, Dáry Bezerra, Labelle Silva, Renata Sampaio, Taiane Alves, Irene Rodrigues, Clarice Alexandre, Díone Silva, Pietra Azevedo, Layla Sah, Cleisiene Freire, Rebecka de França, Viviane Venancio, Lauana Leal, Lucrécia, Ewa Niara, Tulianny e Amanda Felix.

Aos amigos: Alexandre Joca, Roberto Pimentel, Elias Veras, Paulo Diógenes, Felipe Lopes, Tel Cândido, Rodrigo Ferreira e Delson Sousa.

Ao meu orientador, Professor Dr. Kleyton Rattes, pela parceria no decorrer do processo de produção da Dissertação, pelo compromisso, pela paciência e pela partilha dos saberes, por acreditar no meu trabalho e pelo cuidado com os meus processos de idas e vindas no decorrer da pesquisa e por me encorajar na vida acadêmica.

Agradeço às professoras, Dra. Vera Rodrigues e Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira, pelas contribuições nesse percurso de construção da Dissertação ao longo desse período de mestrado, aprendi muitos ensinamentos não apenas no campo dos estudos antropológicos, mas também de vida e de resistência. O meu muito obrigado a todas e todos as docentes do Programa Associado de Pós-graduação em antropologia da UFC e UNILAB pela partilha e acolhida.

Agradeço à disponibilidade da professora Dra. Luma Nogueira de Andrade em aceitar o convite para compor a banca de defesa da minha dissertação, Luma é uma inspiração no ativismo, nos afetos e na vida acadêmica.

Aproveito aqui também para expressar o carinho recebido pela minha turma de Mestrado: foram dois anos de muita partilha, amizade e irmandade. Gostaria de nomear algumas pessoas como Bruno de Castro, Joel Oliveira e Amadeu Cardoso, com um maior destaque pois ganhei amigos para a vida a partir da experiência do Mestrado.

Às irmandades travestis que compartilharam comigo suas experiências de vida no meu cotidiano, os abraços, as cervejas e as idas à Canoa Quebrada (CE) para relaxar e energizar para os próximos passos, muita gratidão pela existência de vocês.

À Dona Lindalva pelos ensinamentos, os desapegos e a garra para alcançar os nossos sonhos e por entender que, na vida, trilhamos muitos caminhos e, mesmo ausente do seu cotidiano, os seus ensinamentos estão presentes em todos os meus atos, sou grata aos saberes compartilhados, à proteção e ao amor. Obrigada, mãe!

Falando em ensinamentos, tem um lugar que foi a minha verdadeira escola, nas lutas, na resistência, no enfrentamento às violências que machucam a carne daqueles que se permitiram amar e ser diferente; às “GRABIANAS”, meu muito obrigado pelo apoio, pelo pertencimento e pelo aprendizado cotidiano. Aos amigos de luta e de resistência, Chico Pedrosa, obrigado pelo carinho e pela confiança; “Rochinha”, pelo cuidado; Delson, pelo companheirismo; Ferreira, pela dedicação; Elizio, “Ném”, Orlaneudo, Renan, Robson e todos aqueles que, em algum momento de sua vida, dedicaram-se à liberdade dos corpos no cotidiano do movimento LGBT.

Aos irmãos de sangue, João Batista (*in memoriam*), Lidiane, Marcos, Leandro e Diego, obrigada pela linda infância que tivemos, mesmo com todos os problemas que nós conhecemos melhor que ninguém. Ser irmãos vai para além desta vida, ser irmãos é para toda eternidade, obrigado pelo respeito e pelo carinho que temos uns com os outros.

Aproveito para agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da minha bolsa, que me proveu minimamente o sustento para encarar os estudos de forma profissional.

Agradeço ao tempo pela generosidade que as coisas são conduzidas na minha vida, agradeço às minhas entidades que nunca me abandonam, em especial, aos meus exus Maria Padilha e Exú Marabô pelos caminhos abertos e por possibilitar tempos melhores na condução de minha vida acadêmica nas encruzilhadas do saber antropológico.

Aos meus filhos felinos, que são companhia cotidiana nos sabores e dissabores da vida acadêmica, nas aulas e no processo de escrita, no compartilhamento da casa e das conversas cotidianas que só eles sabem o que é ter que conciliar a vida de uma ativista, trabalhadora, dona de casa e estudante, muito obrigada pelo companheirismo, Raulzito e Mandela.

Por fim, agradeço às divindades, aos deuses, às deusas, aos caminhos, às entidades e às energias que me mostram como conduzir a vida.

Meu muito obrigado!

RESUMO

Partindo das minhas experiências enquanto sujeita travesti e das vivências no ativismo em defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), bem como motivada pela possibilidade de articulação de pensamentos, debates e embates emergentes, proponho, nesta pesquisa, levantar as seguintes reflexões: quais as narrativas produzidas pelos veículos de comunicação sobre o assassinato de Dandara? Quais as repercussões do caso Dandara na centralidade do debate sobre assassinatos de travestis e quais as categorias antropológicas, sociológicas e filosóficas atravessam o contexto de violência vivenciada pelas travestis no Brasil? A metodologia seguirá, dentre outras, a seguinte fase: a leitura bibliográfica de autores que dialogam com a centralidade do tema da pesquisa, levando em consideração autoras travestis e negras, feministas negras. O “Dando o nome: Eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza” é uma proposta de escrita inspirada no exercício de uma construção textual em primeira pessoa articulada com trajetórias coletivas de vidas das travestis, pensando numa construção identitária e permeada pelo ativismo. O caso Dandara exemplifica a luta pela vida das travestis e as violências a que estão sujeitas. Tendo por objetivo analisar as categorias êmicas e éticas apresentadas nas narrativas de humanidades produzidas e veiculadas no jornal O Povo e seus desdobramentos das notícias do assassinato de Dandara em Fortaleza no ano de 2017.

Palavras-chave: travestis; humanidades; corporeidade; Dandara; jornal O Povo.

ABSTRACT

Starting from my experiences as a transvestite subject and the experiences in activism in defense of the Human Rights of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals (LGBT), as well as motivated by the possibility of articulating thoughts, debates and emerging clashes, I propose, in this research, raise the following reflections: what are the narratives produced by the media about the murder of Dandara? What are the repercussions of the Dandara case in the centrality of the debate on the murders of transvestites and what anthropological, sociological and philosophical categories cross the context of violence experienced by transvestites in Brazil? The methodology will follow, among others, the following phase: the bibliographic reading of authors who dialogue with the centrality of the research theme, taking into account transvestite and black authors, black feminists. The “Giving the name: Eu e Dandara in the construction of humanities narratives of transvestites in Fortaleza” is a writing proposal inspired by the exercise of a textual construction in the first person articulated with collective trajectories of transvestites' lives, thinking about an identity construction and permeated by activism. The Dandara case exemplifies the struggle for the lives of transvestites and the violence to which they are subjected. Aiming to analyze the emic and ethical categories presented in the humanities narratives produced and published in the newspaper O Povo and its unfolding of the news of the murder of Dandara in Fortaleza in the year 2017.

Keywords: transvestites; humanities; corporeality; Dandara; newspaper O Povo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dandara pousada para as redes sociais.....	82
Figura 2 - Imagem de Mãe de Dandara segurando uma foto 3x4 Dandara – imagem veiculada no Jornal O Povo em 04 de março de 2017.....	90
Figura 3 - Capa do Jornal O Povo no dia 04 de março de 2017 – Primeiro material publicado sobre o assassinato de Dandara.....	91
Figura 4 - Sequência do espancamento de Dandara veiculado nas redes sociais.....	94
Figura 5 - uma fotografia das mãos de Francisca Ferreira, mãe de Dandara segurando duas fotos.....	96
Figura 6 - Segunda capa do jornal O Povo com a manchete sobre o assassinato de Dandara....	98
Figura 7 - Registro do ato por justiça para Dandara, Érika e por todas!	99
Figura 8 - Registro de reunião do Governador Camilo Santana e os movimentos sociais e familiares de Dandara e Érika.....	99
Figura 9 -Imagem do google <i>maps</i> com a localização da av. José Bastos em Fortaleza.....	100
Figura 10 - Ilustração da crônica: Iracema travesti e o bode, veiculada no jornal O Povo.....	104
Figura 11 - Estátuas de Iracema em Fortaleza.....	105
Figura 12 - Escultura em formato de asas de borboleta em homenagem a Dandara Katheryn em Nova York	106
Figura 13 - Registro do protesto por justiça durante o júri popular do caso de Dandara Katheryn.....	127
Figura 14 - Registro da sala do julgamento de Dandara Katheryn no fórum Clóvis Beviláqua.....	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GRAB	Grupo de Resistência Asa Branca
ATRAC	Associação de Travestis e Transexuais do Ceará
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
AIDS	sigla em inglês para a doença causada pelo vírus da imunodeficiência humana
IST's	Infecções Sexualmente Transmissíveis
STF	Supremo Tribunal Federal
IJC	Instituto de Juventude Contemporânea
PPJ	Políticas Públicas de Juventude
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
COEDIV	Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual
SDHDS	Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
COVID-19	Coronavírus 19
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Liberados na Luta contra Aids
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
IBTE	Instituto Brasileiro Trans Educação
TGEU	<i>transgender europe</i>
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
PGR	Procuradoria Geral da República
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DDM	Delegacia de Defesa das Mulheres
SPS	Secretaria de Proteção Social

SUMÁRIO

1	SAUDAÇÃO A EXU: UMA INTRODUÇÃO.....	14
2	AS TRAVESTILIDADES: UMA MIRADA ANTROPOLÓGICA	20
2.1	Eu travesti: de nós sobre nós.....	20
2.2	O “fazer fazendo”: um percurso metodológico de uma pesquisa em Antropologia em tempos de pandemia.....	35
2.3	As construções de uma pesquisa sobre travestilidade a partir do olhar de uma pesquisadora travesti negra na Antropologia.....	42
3	SOMOS NOMES, SOMOS CORPOS E SOMOS TRAVESTIS. UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA, AFETIVA E POLÍTICA.....	56
3.1	Dando o nome!.....	56
3.2	Onde estão as travestis?.....	67
3.3	Dandara e a pressão por ações do Estado.....	74
4	ANÁLISE DA COBERTURA DO ASSASSINATO DE DANDARA NO JORNAL O POVO.....	86
4.1	Dandara: a travesti prestativa, alegre e cheia de amigos	86
4.2	A construção de Narrativas de Humanidades de Travestis.....	102
4.3	Dandara: um símbolo da luta pela criminalização da Transfobia no Brasil.....	114
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS	137

"Combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer".
(Conceição Evaristo)

1. SAUDAÇÃO A EXU: UMA INTRODUÇÃO

Estava curiando na encruza
Quando a banda me chamou
Exu no terreiro é rei
Na encruza ele é doutor
Exu vence demanda
Exu é Marabô.

Ele vem de longe mas chega aqui
E quando vem alguém lhe chamar
Vem saldando toda encruza
Já chegou seu Marabô
Ele veio lhe ajudar...

Laroyê, Exu Marabô, Laroyê e Maria Padilha: abro a minha pesquisa de Dissertação saudando os meus exus, a proteção dos caminhos que, ao longo do percurso na construção desta pesquisa, está incorporada nas minhas ancestralidades, no respeito às minhas mais velhas e construídas a partir de uma teoria das ruas que é a do ativismo, das experiências individuais e das coletivas vivenciadas com as minhas irmandades travestis. No intuito de articular ideias, saberes e pensamentos que estão estruturados nos campos da Antropologia e da Comunicação Social enquanto ciências, as estruturo também no campo do vivido, nas experiências que tenho como individuais e coletivas, nos trânsitos geográficos, corporais e de afeto. Nas construções de rede que tem como base o afeto, o político e o teórico. Nesse sentido, saúdo o Exu, orixá que é a divindade da comunicação no candomblé. Enquanto uma comunicóloga de formação que sou, não é de se esperar outra atitude a não ser saudar o patrono da comunicação, da sabedoria e dono de todos os caminhos e das encruzilhadas. É o Orixá Exú, Laroyê Exu orixá, exu é de mojubá!

Entendo que os caminhos aqui são fundamentais para as análises que envolvem as narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza (CE), a partir de um recorte do caso de Dandara Katheryn no jornal O Povo durante o ano de 2017. Assim como os encontros acadêmicos e de ativismos, também tenho referência de marca do primeiro encontro o candomblé. Nele, tive o segundo espaço de coletividade, irmandade, comunidade e nas construções de relações de parentescos para além dos laços consanguíneos, pois foi uma aproximação a partir do axé, dos orixás, dos exus, dos mestres e das mestras, dos pretos velhos e das pretas velhas e com a divindade do tempo e de Olorum, o Deus criador. O primeiro encontro com os afetos foi com os meus irmãos de sangue, no caso, eu não tive escolha, o tempo que nos apresentou Dona Lindalva como mãe de todas e todos nós, por sinal uma mãe solo, que

teve que trabalhar nas madrugadas para poder nos alimentar e nos fornecer o básico para a vida, o que faltou de sustento foi compensado com os ensinamentos sobre a vida e sobre o tempo.

Aos dezessete anos encontrei uma irmandade no candomblé, as lembranças deste primeiro encontro é uma marca presente em minha memória, era uma segunda-feira, dia de gira para exu, era por volta das 19h. Lembro-me perfeitamente do cheiro que estava no salão, uma fragrância que até hoje me transporta imediatamente para esse dia. Em uma grande roda e ao som dos atabaques, estava a dançar, a beber, fumar e a gargalhar, vestida em um lindo vestido de cor lilás com muito brilho e armado com estrutura de metal, carregando um buquê de rosas vermelhas, muitas gargalhadas, muitas palmas e pontos sendo entoados: era a Maria Padilha, que me recebeu cantando uma música (trago os fragmentos aqui abaixo), e logo veio me cumprimentar. Em forma de convocação, a entidade iniciou com a seguinte frase: “Há anos te acompanho, estava a sua espera, entre na roda e cante, aqui é sua casa e sou sua proteção”. Esse era o meu primeiro encontro com o candomblé e com a Padilha. Eu me apaixonei imediatamente pela pomba gira e, até hoje, faço as minhas oferendas e minhas conversas com essa exu mulher que é uma de minhas protetoras. “Um ponto de Maria Padilha que marcou o encontro, e que é algo presente em minha vida até hoje: Deu meia-noite, a Lua se escondeu; Lá na encruzilhada, Dando sua gargalhada, Maria Padilha apareceu (...)”

Trago à baila esses relatos para articular os caminhos, as encruzilhadas, os exus, as vivências das travestilidades, as relações de parentescos que estão estabelecidas a partir das afinidades, sejam políticas, afetivas, sanguíneas e/ou religiosas. A construção desta pesquisa está diretamente envolta a essa rede de afeto, irmandade que é estruturada a partir das relações de saber no meu ativismo e as minhas experiências como travesti e negra, que passa a escrever sobre humanidades e está diretamente implicada e afetada com o campo.

A pesquisa "Dando o nome": Eu e Dandara na construção de narrativa de humanidades de travestis em Fortaleza (CE)” surge a partir da cobertura do jornal O Povo, das inquietações que tive ao ver as primeiras notícias do caso de Dandara no jornal, no ano de 2017. Dandara foi objetificada e assassinada na periferia de Fortaleza à luz do dia, em uma rua no bairro Bom Jardim; o seu caso ganhou repercussão internacional após o vídeo de seu martírio ganhar as redes sociais; o vídeo foi gravado pelos seus assassinos e publicado nas redes sociais como uma forma de troféu.

A pesquisa vem analisando as categorias antropológicas, sociológicas e filosóficas que foram acionadas pelo jornal O Povo no intuito de humanizar as travestilidades. Um elemento importante para apresentar aqui, inicialmente, é que essa repercussão só se dará depois de dezesseis dias do assassinato da travesti, e tem uma relação direta com a mobilização da

sociedade ao ver o vídeo que fora publicado nas redes sociais, chamando-nos atenção para o simulacro e a espetacularização da morte e da vida da travesti nas redes sociais.

Aqui trabalharei com uma estrutura de Dissertação que dialoga numa perspectiva inicial, que parte (e afirma) de uma experiência individual como uma travesti negra e que atravessa e dialoga com outras experiências travestis, em uma forma encruzilhada de teoria, experiência e afeto. Esse processo de articulação se alinha e se aproxima em uma traduçãoêmica e ética de uma vivência nos ativismos de Direitos Humanos, um diálogo com intelectuais travestis das universidades e dos movimentos sociais, uma articulação de saber, pautada por afinidades políticas. Diálogo com as produções de saberes dos movimentos sociais organizados.

A dissertação encontra-se dividida em quatro grandes capítulos. O primeiro é uma introdução e segundo está nominado “As travestilidades: uma mirada antropológica” que é dividido em três tópicos: o primeiro chama-se “Eu Travesti: de nós sobre nós”, no qual passo a elaboração de um pensamento sobre a minha construção identitária a partir das minhas referências travestis, é um emaranhado de ideias estruturadas na travestilidade, uma ida e vinda entre o individual e o coletivo. Abro com uma citação de Thina Rodrigues sobre a ideia de travestilidade e a reivindicação de humanidade a partir da sentença "Nós não somos aquela imagem caricata, não somos aquela pessoa transformista, que está na boate... Nós somos uma pessoa, somos um ser humano" (Thina Rodrigues).

Já o tópico “O fazer, fazendo um percurso metodológico de uma pesquisa em Antropologia, em tempos de pandemia” é a segunda seção do capítulo: apresento os caminhos metodológicos realizados para a construção da pesquisa. O fazer-fazendo é uma forma de experimentar técnicas de análises de narrativas, posições políticas e teóricas que fui dialogando junto com a minha orientação e a banca de qualificação. Por fim, “As construções de uma pesquisa sobre travestilidade a partir de um olhar de uma pesquisadora travesti negra na Antropologia”, é o tópico derradeiro que fecha o capítulo, que visa a apresentar as ativistas travestis do movimento social organizado como uma força analítica dos elementos encontrados nesse exercício de construir narrativas de humanidades. O último ponto debatido aqui neste capítulo foi a construção de uma pesquisa em Antropologia a partir de um olhar de uma travesti negra. Acredito que estamos a escrever e experimentar lugares como corpos tidos como dissidentes, pois pensar o campo da Antropologia de forma a descolonizar, construindo diálogos com outras que já inauguram este tipo de pesquisa e/ou outros feitos em espaços sociais imagináveis, com compromisso de propor inovação de técnica e métodos que pensam a partir de situacionalidade.

O terceiro capítulo é nomeado como “Somos Nomes, Somos Corpos e Somos Travestis: Uma construção teórica, afetiva e política”. O primeiro tópico é o “dando o nome!”, em que abro com um trecho da música de “Balada de Gisberta” que nos apresenta questionamentos pertinentes para pensar essa construção de nome de travestis e transexuais e das vulnerabilidades que estão diretamente envolvidas na construção da letra da canção: "Perdi-me do nome - Hoje podes chamar-me de tua - Dancei em palácios - Hoje danço na rua - Vesti-me de sonhos - Hoje visto as bermas da estrada - De que serve voltar- Quando se volta para o nada...". A canção é uma homenagem à travesti brasileira Gisberta Salse Junior, assassinada na cidade do Porto, em Portugal, em fevereiro de 2006: um símbolo da luta do movimento trans em Portugal que teve sua vida precarizada e brutalmente assassinada, assim como Dandara Katheryn em Fortaleza/CE em 2017.

Na segunda seção do segundo capítulo, faço uma pergunta que parece óbvia para questionar onde estão as travestis? Início com uma saudação ao tempo “Nzara Kitembo!”. Na intenção de resgatar memórias e existência de travestis, apresento pontos da participação política das travestis no Brasil, o surgimento das primeiras organizações do segmento no contexto brasileiro, as pautas políticas e os lugares que foram sendo ocupados nas últimas décadas pelos nossos corpos e identidades: as primeiras doutoras, as primeiras a ocupar a política partidária, representação e também tensionando os contextos de vulnerabilidades que ainda nos encontramos no Brasil.

O terceiro tópico, que finaliza o capítulo, é “Dandara e a pressão por ações do Estado”. Aqui trato da mobilização social que Dandara Katheryn realizou pós morte para pressionar ações efetivas de combate à discriminação contra a população de travestis e transexuais no estado do Ceará, em que se realizou um apanhado de comprometimentos assumidos junto ao Governo do Estado do Ceará, pautou o Congresso Nacional, emprestou seu nome para nomear ruas, ganhou canções, monumentos e mobilizou a sociedade brasileira e mundial para denunciar os contextos de violência que nos encontramos no Brasil.

No quarto capítulo, passo a analisar as narrativas do caso Dandara a partir de um recorte da cobertura do Assassinato de Dandara no jornal O Povo, o título dado ao capítulo. Em um primeiro momento, trabalho sobre as maneiras como a mídia começou a tratar e resgatar a figura de Dandara como uma travesti prestativa, alegre e cheia de amigos, inspirada no título de uma matéria produzida e veiculada no jornal o povo para noticiar a existência de humanidade de Dandara Katheryn. Abro essa construção narrativa e analítica com as contribuições de Keila Simpson que se apresenta como uma intelectual ao analisar os contextos de violência e de morte que nos encontramos:

Não há o que comemorar repetimos a cada ano e as nossas vozes não ecoam aonde deveria chegar. Estamos à mercê de nós mesmas. Quem chora por nós? Quem vai contribuir com a vaquinha pra enterrar mais uma? pra que não seja enterrada como indigente, sim porque abjeta já somos, a sociedade já nos cunhou esse adjetivo.¹

A segunda parte do capítulo aborda as construções de narrativas de humanidades de travestis, a partir do recorte do caso Dandara Katheryn no jornal O Povo. Abro a seção com as reflexões de Janaína Dutra que apresenta elementos importantes para pensar o lugar das travestilidades, de acordo com as vulnerabilidades, que são estruturais, em que essas identidades se encontram:

O preconceito é cumulativo. Você sofre preconceito por ser homossexual e sofre mais preconceito por ser travesti. O preconceito aumenta quanto tem uma pele negra. Aumenta mais ainda quando você é soropositivo. Aumenta mais ainda quando você mora em uma favela. Aumenta mais ainda quando você não tem uma conclusão do ensino fundamental. Então, talvez todos esses conjuntos de demandas que fazem com que a travesti seja posta nessa segunda categoria de cidadã são o alimento carregador das minhas baterias para ir em frente e tentar vencer os desafios que me são impostos.²

Os apontamentos de Janaína Dutra fazem-se necessário no âmbito dos marcadores que as travestis se encontram para mostrar que não existe uma universalidade nas identidades travestis, as investidas aqui são as categorias antropológicas que estão acionadas para a construção de uma travesti que merece humanidade. O jornal O Povo começa a construir uma série de imagens e ideias que passam pelo sobrenome à travesti Dandara; usa da imagem de sua mãe para dar vida à travesti e narrativas de fontes institucionais para construir Dandara Katheryn como um personagem jornalístico que mobilize a comoção da sociedade civil. No último tópico, eu analiso como Dandara se torna um símbolo da luta pela criminalização da transfobia no Brasil, a partir das notícias sobre o seu julgamento e as narrativas da acusação.

Dandara Katheryn inaugurou um marco na criminalização da transfobia no Brasil. Os algozes de Dandara foram julgados como culpados por um crime triplamente qualificado e uma das qualificadoras é o motivo torpe da transfobia, algo nunca acontecido no país. O reconhecimento da transfobia, pelo júri popular do caso de Dandara, mostra que a pressão ao Estado tem um grande impacto para dar nome às violências que sofremos no cotidiano brasileiro. A partir do julgamento do caso de Dandara, a travesti que foi brutalmente assassinada, passa a dar centralidade pública de vida às travestis brasileiras, e/ou reconhecer que as denúncias realizadas há décadas pelo movimento social organizado de travestis e pessoas trans brasileiro só fez sentido após um crime trágico, impulsionado por uma cartilha que segue

¹ esse trecho de uma entrevista de Keila concedido em 2020 nos apresenta os argumentos usados neste tópico afim de pensar as travestilidades.

² Janaína Dutra em Dama de Ferro. GRAB, 2009

a espetacularização das violências e violações no campo digital da internet, que vitimou a travesti Dandara Katheryn.

Continuo aqui a contribuir com os achados da pesquisa que estão sistematizados em uma consideração final, que acredito não ser nada final, e sim pontos para reflexões no âmbito do espaço acadêmico, contribuições para o ativismo, para pensar o lugar de humanidades que nós travestis ainda não conseguimos acessar a contento no contexto brasileiro. Existe uma política de extermínio das nossas identidades, nossos corpos e nossas histórias. Aqui estou a narrar junto com uma irmandade travesti as possibilidades de humanidades. É algo muito doloroso constatar e ter que pensar que algumas têm que morrer para dar condições de vida às outras.

2. AS TRAVESTILIDADES: UMA MIRADA ANTROPOLÓGICA

2.1 Eu Travesti: de nós sobre nós

Nós não somos aquela imagem caricata, não somos aquela pessoa transformista, que está na boate... Nós somos uma pessoa, somos um ser humano (Thina Rodrigues³)

Início esta escrita evocando quem sou eu: Travesti. Antes de falar em nós, é necessário me situar e apresentar a minha construção enquanto pessoa que perpassa uma questão individual e coletiva. Por isso, trago Thina Rodrigues como uma grande referência ancestral que ajudou a me nomear num processo de construção de referências, apresentando-me o universo de possibilidades de construção de corpos e de identidades para além das normas ocidentais de gênero que conhecia até então. Thina, como uma travesti mais velha, estava me possibilitando um conjunto de estratégias para vivenciar a travestilidade e a convivência com outras travestis que foi inaugurada por meio dela, no sentido da inserção na militância do movimento social organizado de travestis e transexuais.

Diferente de mim, Thina Rodrigues não acessou a Universidade, mas se fez uma intelectual a partir da vida e da experiência da rua e do ativismo. "Eu sou formada na prostituição. Minha faculdade foi a vida. Eu não recebi conselho de ninguém, caí na vida com dezessete anos." (REVISTA ENTREVISTA, 2013-2014).

O meu primeiro contato com Thina foi em maio de 2006 numa reunião de construção de uma Parada pela Diversidade Sexual do Ceará⁴; à época, realizada na sede do Grupo de Resistência Asa Branca - (GRAB)⁵, no centro de Fortaleza, quando me apresentei enquanto "Dedé" e Thina disse de forma enfática que eu não era "Dedé" e sim Dediane. Ela

³ Thina Rodrigues morreu aos 57 anos por COVID-19; travesti foi pioneira da causa LGBTI+ no Ceará; natural de Brejo Santo, interior cearense, Thina chegou a ser presa por expressar a própria identidade de gênero; ela foi cofundadora da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC).

⁴ As Paradas pela Diversidade Sexual do Ceará são alusivas ao Dia Mundial da Consciência Homossexual (28 de junho), que faz parte do calendário oficial do município de Fortaleza. O evento é uma realização do movimento homossexual, que, em parceria com os poderes públicos, afirma que a cidadania homossexual e o princípio da livre orientação sexual devem estar no cotidiano de nossas vidas. Disponível em www.grab.org.br acessado em 21 de janeiro de 2022.

⁵ O Grupo de Resistência Asa Branca - GRAB é uma Organização Não-Governamental- ONG, sem fins lucrativos ou vinculação partidária, reconhecida como de Utilidade Pública Municipal. Fundado em 1989, sendo uma das organizações LGBT em funcionamento mais antigas do Brasil, o GRAB tem atuado diretamente no enfrentamento ao preconceito por orientação sexual, desenvolvendo ações no âmbito da proposição, execução e controle social de políticas públicas, assim como do ativismo em torno dos direitos da população homossexual, Pessoas Vivendo com HIV/AIDS no Estado do Ceará. Disponível em www.grab.org.br/quemsomos acessado em

exerceu um papel central no processo de criar em mim uma referência de que eu poderia ser uma travesti. Ou seja: ela me ajudou a criar referências e inserção no mundo do ativismo com o movimento de travestis e no encontro com minha identidade. O “eu” travesti é algo individual e coletivo, no sentido de reconhecimento do se tornar e se perceber por meio das outras, o que denominei "irmandade"⁶. Assim como Thina, fiz o trânsito do interior do Ceará para Fortaleza. O trajeto de constituição dos meus caminhos para existir perpassa também por esse fluxo no sentido de ser eu através do êxodo, ser eu: Travesti.

Thina Rodrigues contribuiu diretamente na minha construção de nomeação que, para nós travestis, é uma marca importante da construção identitária; na minha situação, foi uma das primeiras mudanças para a minha afirmação política como travesti. Aqui a expressão "dando o nome" carrega uma dualidade de sentidos: a primeira é dar o nome no sentido de nomear a existência da travestilidade, que é uma marca das identidades travestis. O nome que adotamos para encarar a sociedade, para demarcar a nossa existência, o que chamamos de nome social, a partir do que se conceitua o Manual de Comunicação LGBTI+ da Aliança Nacional LGBTI e GayLatino Rede pela Igualdade de Direito (2018); o nome social é aquele escolhido por travestis e transexuais de acordo com o gênero com que se identificam, independentemente do nome que consta no registro de nascimento.

A construção desse nome é um exercício de renascimento e que, muitas das vezes, tem uma relação direta com o imaginário de feminilidade, uma relação com as referências e ou um ato de homenagear uma pessoa que tem importância na sua vida, ou ainda, uma inspiração na sua construção de travestilidade. Assim, as mais velhas acabam por contribuir com essa construção de dar o nome. O outro sentido é de dar o nome nos feitos da vida cotidiana a exemplo: “Pietra deu o nome na sua Dissertação” quer dizer que Pietra desenvolveu uma excelente Dissertação com muito empenho e dedicação.

“Dar o nome” é uma expressão comum às travestilidades no sentido de construir algo com dedicação e excelência. Aqui estou por dar o nome nesses dois sentidos: dar o nome às travestis que me antecederam na luta dos movimentos sociais, no ativismo e na inauguração de espaços políticos institucionais. Dar o nome na construção de narrativas de humanidades para com as travestilidades: sou eu e Dandara tecendo narrativas que, de alguma forma, possam humanizar as demais travestis.

Aceitei imediatamente o nome que Thina me atribuiu em 2006, que tem uma relação direta de afetividade, respeito e uma relação de referência. Acredito também que essa adoção

⁶ Irmandade - uma forma de tratamento que utilizo para tratar as travestis no meu cotidiano - "As manas".

aconteceu por entender que Thina era uma travesti preta e uma referência no movimento de travestis no Ceará, e o nome que ela me dava tinha uma relação direta com o meu apelido de infância que era Dedé. O complemento que ela atribuiu ao meu nome tinha uma relação direta com o nome de minha irmã Lidiane, então a junção de Ded+iane = Dediane; o sobrenome que carrego é o da família de meu pai, o Souza, que acabei recebendo na minha certidão de nascimento, hoje me nomeando como Dediane Souza, não mais apenas no campo de um nome social, mas também como um nome civil.

Quero aqui destacar um eixo central das discussões sobre parentesco, no campo da antropologia, que me ajuda muito a salientar a dinâmica nominal, identitária e existencial das vivências e socialidades das travestis. Parente, em seu lastro mais elementar, denota relação. Essa ideia central precisa ser enfatizada, parente é relação, e relação não é somente de ordem de consanguinidade. Parentesco configura uma série de relações de interações em sentido estrito. Um termo de parentesco, como por exemplo “mãe”, diz, antes e sobretudo, sobre um tipo específico, culturalmente fundado, de relações convencionais (ideais) entre dois ou mais entes, com uma série de expectativas sobre conduta e entendimento entre as partes ligadas pelo termo. O conceito “mãe” implica na pressuposição de relações entre, no mínimo dos seres, como também o de “filha”: o conceito de mãe encerra uma relação, mãe só o é na medida em que o outro ser se vincula a ela.

Com os estudos de parentesco contemporâneos, há uma forte ênfase que atualiza o antigo debate entre as diferenças entre parentes consanguíneos e afins, destacando, por sua vez, a construção de relações de parentesco que foge da ontologia euroamericana que, via parentesco, afirma suas teorias locais de “biologia”, “direito” e “troca” como se universais. Quero dizer: ser parente é ter relações esperadas, cujo termo, “irmã”, por exemplo, coloca em cena uma série de compromissos cultural e socialmente esperados entre entes, que não dependem unicamente de um vínculo consanguíneo. Na diversidade das formas de sociabilidade pelo mundo, a Antropologia não cansa de mostrar configurações de parentesco das mais diversas construídas pelas distintas formas de humanidade. Sobretudo, destaca-se como o parentesco é chave central na construção das pessoas.

A minha irmandade, com inúmeras relações, contou em sua trajetória, com a ação e o afeto centrais de Thina – uma afim –, ao lado dos que foram de ordem consanguínea – nome de uma irmã e sobrenome paterno – permitindo a construção do meu nome: tem Dedé, tem Lidiane, tem Souza. A construção do meu nome insere-se em uma rede de um parentesco estendido, com força na constituição de minha identidade que cruza a luta e as afecções travestis com as minhas relações na infância: Dedé e meus vínculos de parentesco consanguíneos. Esse

caso de nomeação particular, cujo parentesco estendido configura a construção de meu nome, atravessando Thina, minhas lutas e minha família nuclear (mãe, pai e irmãos biológicos), não é necessariamente idêntico a outras formas de nomeação travesti – mas guarda, estruturalmente, uma sociabilidade e um modo específico de parentesco (que se estende) que podemos encontrar nas trajetórias de formação e construção de outras travestis, em seus nomes.

Escrever a minha história também é se conectar e contar a história de vida de outras travestis que, assim como eu, aproximam-se em termos de percurso. Em uma perspectiva êmica e ética – isto é, no sentido complementar desses termos, segundo o qual “êmico” refere-se aos conhecimentos e práticas locais (específicas de cada situacionalidade), ao passo que o “ético” refere-se à tentativa de encontrar uma boa equação entre todos os pontos de vistas êmicos, visando a uma boa tradução das experiências diversas em um todo –, trago minha trajetória de construção do meu ser identitário, político e de ativismo, intercalado com as demais vivências que fui atravessada no decorrer de minha experiência travesti. A minha perspectiva situada, em sua própria localização êmica – uma travesti, negra, nordestina –, é também pensada e desenvolvida aqui na sua dimensão ética – a irmandade das sociabilidades travestis, que guardam, a despeito das diferenças situadas, um conjunto de horizontes e porvires em comum.

Destacando de onde venho. Nasci em Santana do Acaraú (CE), cidade situada na região norte do estado do Ceará. Sou filha de agricultores negros e que não tiveram acesso à educação formal. A quarta filha de seis. Como muitas famílias nordestinas, a migração foi uma alternativa que meus pais viram na tentativa de mudar o contexto de pobreza extrema, seca, fome e desigualdade social.

Desse modo, acredito ser necessário esse intercruzamento entre a minha trajetória de vida e o contexto social que dão forma às identidades e às particularidades que envolvem o universo da travestilidade. Usarei aqui história de vida enquanto ferramenta metodológica, fazendo com que essa pesquisa parta do “Eu, travesti, de nós sobre nós”, como um processo de transcrição. Logo, dialogando com Suely Kofes e Adriana Piscitelli, em “Memórias de Histórias Femininas, memórias e experiências” (1997):

Ao falarmos de gênero, nos situamos simultaneamente no campo de concepções e ações e o consideramos como um operador de diferenças, pensado como um “através”, um meio através do qual se organizam relações sociais, marcando experiências. Quem narra suas lembranças, recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero. Entretanto, dizer que lembrar é recriar experiências marcadas também pelo gênero está muito distante de afirmar uma especificidade da memória feminina, ancorada na biologia ou, no âmbito do social, nos papéis sexuais. Afirmar que o gênero marca as memórias - em narrativas biográficas ou em tradições orais - não é o mesmo que afirmar que as mulheres têm uma lembrança específica enquanto mulheres ou os homens enquanto homens, porque

a biologia assim o determina ou porque a divisão sexual de papéis assim os define. (KOFES; PISCITELLI, 1997, p. 347, 348).

As lembranças que tenho transcriado⁷, nesta escrita, estão atravessadas por narrativas de história de vida de uma travesti ativista que está cruzada por outras histórias que se conectam em um encontro de encruzilhadas. Nesse sentido, convoco as contribuições de Kleyton Rattes (2017), em "Das encruzilhada: As categorias tempo-espaço em rituais e cosmologias" que o autor tratou da noção de "encruzilhada" como um instrumento heurístico ao pensar o "espaço atlântico", algumas cosmologias em contexto africano, a escravidão, a dor e a violência, tratadas pelo encruzilhamento – a encruzilhada como instrumento necessário para pensar. As reflexões voltam-se para as categorias "tempo e espaço". Aqui articularei o conceito de "encruzilhada" para conectar as experiências que se acoplam a partir das memórias: sejam relatadas pelo uso da oralidade, biografias, ativismo e documentadas pela imprensa e ou sistematizados por uma escrita em primeira pessoa. Cito um excerto, em especial:

[nos casos etnográficos tratados por Rattes,] o viajar é sempre atemorizante, porquanto *nunca se sabe com quem se viaja, ou se será uma jornada em direção à vida ou à morte*. A viagem sempre apresenta potências misturadas perigosamente – é o cruzar! As *encruzilhadas* são também imagens metafóricas potentes, pois, emblematicamente, apresentam a própria multiplicação dos caminhos em interseção: o cruzar de estradas, em si, cada uma, já perigosa. As encruzilhadas dão acesso a rotas de viagem, são nódulos da rede comercial e constituem vias de acesso (ao transporte) entre mundos. A força sugestiva da encruzilhada é que ela apresenta o fluxo, de potências positivas ou negativas, como capaz de surgir de diferentes direções. **Se as estradas são sempre potências que podem ser positivas ou negativas, prosperidade ou morte, as encruzilhadas, por sua vez, são os locais de convergência dos fluxos, já que apresentam as múltiplas direções trazendo consigo um nódulo central de necessária comunicação-contato. São os lugares da concomitância e da co-incidência – e, não menos, os lugares em que as escolhas se tornam oblíquas e decisivas.** (RATTES, 2017, p. 180). Grifo nosso.

Rattes apresenta, por meio de etnografias específicas, como noções, em torno da ideia das encruzilhadas, concebem as mesmas como potências, que colocam como experiência de pensamento uma dualidade de sentido, seja positivo ou negativo. Nessa perspectiva que caminho na construção da pesquisa, uma estratégia de construção de humanidades de travestis em Fortaleza (CE), a partir dos encontros com as experiências travestis que se aproximam e ou se distanciam, em um caminho de escolhas pautadas por afinidades políticas, episteme e ou afetiva.

Na construção desta pesquisa, estou sendo conduzida por minhas experiências e nas histórias de vida de outras sujeitas travestis que partem de uma construção de uma memória

⁷ Entendo aqui como transcrição o exercício de traduzir as minhas experiências e vivência para uma escrita acadêmica dialogando com as minhas pares.

que é coletiva e que, portanto, está diretamente ligada ao ativismo e à minha construção enquanto sujeita travesti, nesse constante movimento entre o individual e o coletivo. Tendo por individual não a marca do privado, mas sim uma construção de coletividade que se mostra por meio do ativismo e pela percepção da luta, por existir enquanto um ato público no intuito de resgatar experiências que foram marcadas pela invisibilidade ou, muitas vezes, tidas como algo não importante para uma construção de saberes e memórias situadas na travestilidade.

Conecto-me ao pensamento da intelectual travesti, negra, gorda, nordestina e de axé, Letícia Nascimento (2021), para pensar as construções de nossas identidades travestis a partir da perspectiva de gênero que, atravessado por outras secções, não é uniforme e sim uma construção de corpos: um vir a ser, uma forma de existir-estar que afirma o porvir como a forma de ser no mundo. Para muitas travestis, esse início da construção identitária emerge na infância e passa por construções de performances e experimentação de uma fluidez do que entendemos por gênero enquanto forma de existir, partindo – ao mesmo tempo que coloca em xeque por meio de tensionamentos – de uma ruptura de uma lógica ocidental de papéis sexuais de gênero, que são atribuídos aos corpos enquadrados desde a infância. Assim como Letícia, minha infância foi marcada pelas brincadeiras atribuídas às meninas. Bonecas, brincadeiras de rodas, a encenação de uma sala de aula, sempre assumindo um papel de professora, assim como os desfiles com roupas da minha irmã e saltos de minha mãe, sempre presentes na minha interação enquanto criança.

Particularmente, como travesti, tive, desde a infância, uma experiência cruel com o machismo e o sexismo que cerceavam o meu poder de autodefinição, já que não me reconhecia no papel de gênero masculino que me era imposto. Apesar das dores, sempre tive respiros, prazeres clandestinos de uma infância transviada: brincar de boneca, desfilar com vestidos de lençol amarrados, brincar de roda, fazer comidinha com folhas. No encontro com as normas de regulação de meu gênero, a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades generificadas, isto é, outros modos de produzir corporalidades e gêneros. Compreendendo que não somos naturalmente generificados, mas que há um processo de produção de nós, de nossos gêneros, de nossos corpos. (NASCIMENTO, 2021, p.19).

Descrever a experiência de algumas infâncias travestis é, muitas das vezes, resgatar memórias das periferias das grandes e pequenas cidades, ver programas de TV da época, escutar e dançar as músicas de sucesso do período e imitar artistas que faziam sucesso. Uma infância com pouca ou nenhuma tecnologia informatizada, mas rompendo a lógica da binariedade, em que papéis de gênero eram desobedecidos e ressignificados nas brincadeiras de “crianças transviadas⁸”, como apresenta Letícia Nascimento.

⁸ Crianças que rompem com a performatividade centrada na binariedade de gênero (mulher/homem)

Minha pesquisa caminha numa construção coletiva de identidade travesti a partir das experiências de sujeitas produzidas por meio das margens sociais como uma identidade que se constrói; em um primeiro momento, em muitos dos casos, na infância, passando a reivindicar uma identidade sem relação direta com o aparelho reprodutor, nem pelo enquadramento do outro, muito menos sobre uma perspectiva universalizante de gênero, a qual vivencio desde a infância, por meio das lentes dos outros, no sentido de, hoje, perceber que existem outras possibilidades para além do olhar binário de gênero mulher-homem.

No meu olhar, reivindicar a identidade travesti é uma questão política. Eu não reivindico uma identidade guarda-chuva como a de pessoas trans, mas me coloco na posição de autodefinição como sujeita travesti. Penso que a categoria trans não me cabe, assim como a categoria de mulher, como foi produzido anteriormente por intelectuais cisgêneras sobre as experiências de travestis. Antes, eu acredito que as travestis são, sobretudo, categorias identitárias e corporais únicas; tipicamente brasileiras e construídas à margem da sociedade. Assim, a partir das minhas experiências, que ressonam com outras afins, penso a travestilidade enquanto um terceiro gênero.

Pensando nessa categoria, alinhada a uma perspectiva de terceiro gênero, diálogo com a intelectual nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), no sentido da elaboração da categoria travesti como endógena numa perspectivaêmica e ética, formulada e ressignificada a partir das margens do Brasil: as travestis como um terceiro gênero. Como uma construção tipicamente do povo brasileiro, não é reconhecida pela cultura ocidental como um terceiro gênero; isso não significa que não exista, pois, a história sociocultural das travestis, em um prismaêmico e ético – conforme apresentei antes –, mostra que é uma categoria tipicamente do Brasil, no sentido de ser construída e elaborada numa prática identitária e corporal consolidadas através das margens sociais, das vivências cotidianas em periferias de pequenas cidades ou às margens das metrópoles. E, aqui repito, de modo a dar destaque: essas identidades são conflituosas dentro do campo comunitário e da sociabilidade - a exemplo da casa, do convívio familiar, da vizinhança, do ambiente escolar e dos demais espaços de convívio do cotidiano.

As ideias ocidentais são importantes quando categorias sociais não ocidentais são assimiladas pela estrutura de gênero, que emergiu de uma tradição sócio-histórica e filosófica específica. Um exemplo é a "descoberta" do que foi nomeado como "terceiro gênero" ou "gênero alternativo" em várias culturas não ocidentais. O fato de que o "casamento africano de mulheres", o nativo americano "berdache" e a "hijra" sul-asiática sejam apresentados como categorias de gênero e os incorpora à estrutura biológica e generificada do Ocidente sem a explicação de suas próprias histórias e construções socioculturais. (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 40-41).

Entendo que o Estado brasileiro não reconhece as identidades travestis como um terceiro gênero, porque, primeiramente, ignoram-nas enquanto humanidades e sequer são detentoras do direito à vida. A negação da existência dessas sujeitas é exemplificada como o não reconhecimento do Congresso Nacional que nunca aprovou nenhuma legislação de garantia ao direito à identidade de gênero; o poder Executivo, ainda no ano de 2022, não tem nenhuma política de resguardar o direito à vida dessas pessoas travestis e muito menos de assegurar direitos declarados como Direitos Universais: educação, saúde e cultura.

Os dados de violência e a exclusão social deixam nítidos que o convívio com as violências é rotina comum das vivências das travestis; romper com a binariedade de gênero “mulher-homem” acarreta um conjunto de penalidades às sujeitas que estão passando pelo processo de afirmação de uma travestilidade. O “Relatório Anual do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra: Atividades e Perfil da população LGBT Atendida em 2017”⁹ aponta que a população de travesti e transexual foi não só a maior parte das pessoas atendidas pelo Centro em 2017 (56% do total de usuários/as), mas é também a que apresenta o perfil de vulnerabilidade social mais agudo. A partir dos dados produzidos pelo único equipamento da cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, é possível entender que as demandas que são específicas dessa população estão atravessadas por direitos básicos para garantir a manutenção da vida.

A ausência de direitos básicos como saúde e emprego potencializa as violências e as violações de direitos. O relatório ressalta que 52% do total de pessoas atendidas declararam não ter renda alguma. 51% delas se encontravam desempregadas e/ou sobrevivendo da prostituição, assim como representam 50% das pessoas que informaram viver com HIV/Aids.

O olhar do outro sobre essas diferenças perpassa por uma lógica binária ocidental de enquadramento. Se esses sujeitos socioculturalmente não performarem como “mulheres-homens”, necessariamente serão enquadrados como? Mas quais imaginários de mulheres-homens são esses? Por meio de quais lógicas esse pensamento está sendo operado? Ainda mais porque estou aqui destacando o necessário olhar para os distintos marcadores da diferença que se interseccionam. A ativista e intelectual Keila Simpson nos provoca a pensar no reconhecimento da identidade travesti enquanto uma categoria endógena ao afirmar que "Não Sou Homem! Não Sou Mulher, Sou Travesti!" A partir dessa reflexão da ativista, outras sujeitas

⁹ Relatório Anual do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra: Atividades e Perfil da população LGBT Atendida em 2017, disponível em <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=ca5a6325-5d1f-4072-ae18-af7cd42f360f#:~:text=Apenas%20em%202017%2C%20177%20casos,873%20sess%C3%B5es%20de%20atendimento%20gratuito>.

travestis passam a reivindicar esse lugar da travestilidade, a exemplo da multiartista e cultural Linna Pereira que, em um *reality show*, pronunciou a mesma sentença.

Julgo que a impossibilidade de pertencer a um terceiro gênero, no Brasil, está diretamente ligada à moral, a uma herança colonial que opera na perspectiva de uma interdição, eliminação da existência de outras possibilidades de construções corporais a exemplo da travestilidade como conhecemos no Brasil, uma categoria identitária e política. É impensável reconhecer outras identidades para além das estabelecidas pelas perspectivas euro-americanas de gênero. Por isso, as travestis não são reconhecidas como terceiro gênero no Brasil. Porque não é uma categoria construída por meio da hegemonia do cisheteropatriarcado ocidental, colonial e branco, e sim por meio de uma categoria resultante de uma contínua luta, ressignificada a partir de visões que rompem com o olhar centrado nas genitálias.

A minha percepção como uma pessoa negra é marcada a partir do momento que inicio os trânsitos geográficos para uma sociabilidade externa ao ambiente familiar, assim como Zora Neale Hurston, (1928) em "como eu me sinto uma pessoa de cor". A marca do trânsito geográfico, em sair da sua comunidade para estudar em outra localidade, foi uma marca importante da necessidade de sua afirmação como uma pessoa de cor, não por ela, mas pela forma que o outro passa a tratá-la, neste caso, como ela foi lida e marcada racialmente pelos brancos. Na minha experiência não foi diferente, ao sair de um espaço totalmente negro, em que minhas vivências estavam diretamente aproximadas às demais, visto que os conflitos só passam a ser percebidos quando saio deste lugar para um de brancos, como apresenta Hurston: "Entre milhares de brancos invadida por um mar cremoso, mas no meio disso tudo, eu sou uma pedra escura que emerge, eu sou invadida e varrida, permaneço eu mesma"; só passo a perceber a minha cor quando passo a conviver em espaços extra familiar, assim como a Zora: "Me sinto mais como uma pessoa de cor quando sou jogada contra um afiado cenário branco", assim a minha construção e afirmação vai sendo conduzida de acordo com os acessos aos lugares ditos para brancos, a exemplo dos espaços de gestão pública por onde passei, a universidade e ao ativismo que passo a ser tratada – ser lida socialmente – como negra.

Na minha infância, minhas expressões corporais, brincadeiras, performances e sociabilidades eram lidas como "femininas" não no sentido de reconhecimento da minha feminilidade, e sim no de desqualificar minha existência. Xingamentos como "mariquinha", "mulherzinha" e "macho-fêmea" eram muito comuns. Porém, naquela idade, eu não compreendia o que estava por acontecer; sequer sabia o que significava isso, pois estava por ainda me encontrar com o que hoje consigo denominar enquanto uma experiência situada de uma infância travesti. Assim, o olhar do outro foi uma perspectiva, naquela época, ativa e eficaz

de me definir a partir da inferioridade e da discriminação – assim como de situar-me em lugar assimétrico nas relações sociais, atravessado por violências e por violações da minha existência. É, nesse sentido, que destaco a minha experiência como individual e também coletiva, no sentido que se conecta para com outras experiências de travestis na infância. Como descrito por Cecília Froemming e Irina Bacci (2014):

Nas sociedades de dominação masculina, percebemos uma estrutura de vigilância do gênero, que organiza a virilidade em negação do feminino e em rejeição das não heterossexualidade. Nessa ordem, a travesti se constitui na materialização do que pode ser imaginado como **antinatural** na vida social: abandona o privilégio da masculinidade para se construir em outro lugar subalterno. FROEMMING; BACCI, 2014, 124). Grifo nosso.

Resgato, na minha memória, que minha infância foi marcada por essa vigilância de gênero que, para Gayle Rubin (2017) em “Políticas do Sexo”, apresenta um sistema de opressão baseado no Sexo e Gênero; para a autora, “a cultura popular é permeada pela ideia que a variedade erótica é perigosa, doentia, depravada, e uma ameaça a tudo que existe, desde crianças pequenas até a segurança nacional.” (RUBIN, p.84,85). Exemplifico a violência de enquadramento de gênero pelo outro dizendo qual seria o meu lugar: violentada, discriminada, explorada e corporificada na dimensão de um corpo em que todas as violências eram permitidas nas quais se carregam marcas, traumas e que contorna a minha experiência enquanto travesti. Eu era explorada, enquanto mulher, no sentido de um enquadramento dessa identidade na perspectiva de assumir papéis de subserviência, assim me tornava mais vulnerável para com os abusos e as violências sexuais.

Hoje, por meio das leituras e das minhas vivências, consigo perceber que fui violada em todas essas dimensões, em troca de um falso afeto e uma aceitação desse outro que acabava por dizer quem eu era. Então, quando reivindico o lugar de travesti, implica numa diferença das experiências das mulheres cisgêneras. Entender que os conflitos que o meu corpo me trazia e me traz são vivências únicas que podem se assemelhar com outras sujeitas que se reivindicam travestis e aproximadas com experiências de mulheres negras que estão no topo da escala de opressão: as minhas vivências como travesti negra me colocam em um lugar de objetificação – importante novamente frisar, com várias camadas dos marcadores sociais da diferença que contam na estrutura social brasileira – no que diz respeito a essas opressões.

Don Kulick (2008), em "Travesti; prostituição, sexo e cultura no Brasil", mostra, etnograficamente, como as experiências êmicas que envolvem a vida das futuras travestis estão marcadas por explorações e naturalizadas, segundo ele, como signos (jogos eróticos) pertencentes à identidade travesti:

[...] As travestis recordam-se da infância como um período marcado por jogos eróticos com outros meninos e atração sexual pelo sexo masculino, culminando sempre em uma série de experiências sexuais nas quais a futura travesti é penetrada por um menino mais velho ou por um homem adulto. Depois da primeira relação anal, os meninos que se transformarão em travesti começam a se vestir como mulher, cada vez mais explicitamente, e dão início a diferentes modificações corporais no sentido de se tornarem mais femininos. (KULICK, 2008. p. 65).

Don Kulick apresenta reflexões – que são situadas histórica e culturalmente no contexto da cidade de Salvador no final da década de 1990 – importantes para pensar essas primeiras práticas sexuais que nós, travestis, vivenciamos na infância. É possível destacar como essas atitudes são, muitas vezes, carregadas de abuso, exploração e violência sexuais, que são romantizados socialmente, no convívio familiar e comunitário. Esses atos abusivos são praticados por pessoas da família e da vizinhança.

Antes de perceber quem sou hoje, houve uma imposição de quem eu era e que partiu do outro. Ou seja: fui colocada num lugar que até então eu sequer sabia que existia. O outro me amarrou nesse sistema binário no sentido de um enquadramento de uma criança “viada”, que teve uma identidade marcada por violências e violações desde a infância. Vale, aqui, estabelecer uma nuance importante. A interação com o outro, uma forma social de alteridade, é indispensável para a construção das identidades. Conforme abordei, Thina Rodrigues cumpriu, de modo positivo, um papel interacional fundante na construção e definição de minha identidade, assim como outras irmãs em minha trajetória de vida e de luta: um parentesco estendido, com vínculos de ancestralidade e de trajetórias de e entre afins. Não obstante, as relações eu-outro, construção da pessoa, que tive no parentesco estendido com Thina Rodrigues, foram vivenciadas em uma rede, cujo aspecto de horizontalidade e maior simetria propiciou uma construção não pautada por uma hierarquia desumanizadora, muito pelo contrário. Já nas minhas experiências na infância e adolescência (embora não somente), pelo contrário, ou sobretudo, de forma bastante diferente, as relações eu-outro foram assimétricas, hierárquicas e forjaram uma série alter-definições repletas de violações e violências, que me situavam em um lugar desumanizador. Um ser menos, um ser factível de ser apagável, violado.

Recordo-me das minhas primeiras experiências sexuais: tinha por volta de catorze anos, quando fui abordada por um primo mais velho. Acho que ele tinha dezessete anos. Nessa época, eu morava em Santana do Acaraú (CE). Era um dia diferente dos demais. Aconteciam, naquele período, as comemorações da padroeira da cidade. Era um mês de julho e as festas tradicionais de Nossa Senhora de Santana eram o momento no qual todos os familiares se

reuniam. Tinha acabado de completar catorze anos e meus avós estavam na produção de farinha. Estavam todos envolvidos nesse processo, que chamamos de farinhada¹⁰.

Tudo ocorreu na casa dos meus avós. Tinha ido buscar algum objeto, aqui não me recordo bem, quando fui abordada pelo meu primo, que estava em casa se arrumando para ir a uma festa. Como todos estavam ausentes, por conta da farinhada que ocorria em um local próprio (a casa de farinha), coisa de vinte minutos de bicicleta de onde estávamos; meu primo iniciou o jogo da sedução: no intuito de aliciar e concluir o desejado (a transa) e a objetificação do meu corpo, a promessa de segredo era algo constante nesse processo inicial. Eu já tinha tido algumas experiências sexuais iniciadas anteriormente, mas com meninos da minha idade, nunca com alguém bem mais velho. O meu medo era de sentir dores, alguém chegar e descobrir o ocorrido. Hoje, percebo que o ocorrido na minha infância, com o meu primo, foi um ato de abuso sexual, pois os contextos de vulnerabilidade, nos quais me encontrava, faziam de mim uma presa fácil para essas práticas serem legitimadas e recorrentemente praticadas.

A partir desse contato sexual, os anos seguintes foram seguidos de experimentos que não cabem aqui ilustrar. Eu nunca gostei de falar sobre as primeiras experiências sexuais, elas carregam dores, ilusões e são sempre um exercício de reviver experiências dolorosas de uma infância e uma adolescência marcadas pela falsa aceitação e abusos camuflados de desejos.

A convivência doméstica e familiar me fez, desde muito cedo, perceber as contradições e o descontentamento para com aquela realidade. Quis fugir de tudo isso e, aos dezesseis anos, saí de casa e fui ao encontro do candomblé, lugar em que encontrei morada, mas também outros conflitos com a vivência de comunidade, bem como o primeiro contato para o entendimento da vivência com o HIV/AIDS; foi o meu primeiro contato com o movimento social e a busca do conhecimento para entender o que era essa síndrome que acometia meus pares.

O meu contato com os movimentos sociais é um marco importante na minha afirmação como travesti e negra; ao chegar, percebo que as pessoas que lá se encontravam eram, em sua maioria, pessoas brancas; retomo aqui o pensamento de HURSTON (1928) no sentido do fato de ser lida e tratada como uma pessoa negra, no contexto brasileiro. No movimento social, também encontrei referências negras que me estimularam a ver a educação formal como um complemento para com o ativismo no intuito de formar e produzir conhecimento. Minha formação escolar se deu por completo em instituições públicas e ingressei, em 2012, no Centro

¹⁰ O processo de produção de farinha de mandioca. Comum nas famílias do sertão nordestino.

de Ensino Superior do Ceará - Faculdade Cearense no Curso de Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Na minha caminhada acadêmica, sempre tive como eixo orientador e estimulador a produção de conteúdo e os estudos sobre sociedades e suas relações, grupos “historicamente marginalizados”, minorias sociais, dentre outros grupos identitários para os quais sempre tentei transversalizar essas temáticas nas minhas produções.

Em um primeiro momento, na Faculdade, fui proibida de utilizar o banheiro feminino por não ser mulher. Iniciava-se uma jornada que seguiria comigo junto à minha vida acadêmica de ter que me afirmar todos os dias para garantir minha permanência naquele lugar. O nome social era mais um conflito. A sociabilidade com os demais era algo difícil por conta do ativismo. Tinha que conciliar a vida de ativista, trabalhadora e estudante. Tinha, na época, 24 anos e cheguei ao Ensino Superior já "transicionada"¹¹. Já era Dediane Souza, então Diretora do GRAB e Coordenadora das Paradas pela Diversidade Sexual do Ceará. Tinha o ativismo como marca e era referência de liderança do movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais - LGBT¹².

O banheiro, a ausência de nome social e os olhares diferenciados não foram um impedimento de estudar e da imposição da minha presença naquele lugar. Outras travestis e transexuais foram chegando à faculdade e as iniciativas de acolhimento foram surgindo: o nome social no registro acadêmico, o banheiro não era mais um problema e os olhares começaram a ficar mais familiarizados com a presença dos nossos corpos e nossas identidades.

Porém, gosto sempre de destacar que a minha formação acadêmica foi marcada pela minha vivência enquanto ativista e militante de movimentos sociais e, desde muito jovem, comecei a atuar, tendo por marco minha inserção nos movimentos populares das juventudes, como o Grupo de Juventude Negra Kalunga, que nasceu a partir da articulação do I Encontro Nacional de Juventude Negra, que ocorreu no período de 27 a 29 de julho de 2007, na cidade de Lauro de Freitas, na Bahia. Após o evento nacional, um grupo de jovens negros cearenses passam a se organizar como um coletivo, a composição do grupo era em sua maioria de mulheres e LGBT negros e negras que estavam se organizando para propor um debate de políticas públicas para as juventudes negras da cidade de Fortaleza, as ações do grupo estavam diretamente ligadas a formações políticas, ações afirmativas e autoestima das mulheres negras.

¹¹ Transicionada – O exercício de afirmação da travestilidade, já tinha feito implante de prótese mamária, usava cabelos longos e vestimentas destinadas ao gênero feminino de acordo com a lógica ocidental de gênero.

¹² Trabalho com a sigla LGBT a partir das definições da III Conferência Nacional LGBT realizada em 2016, a sigla está diretamente ligada a organização do movimento social.

Participei dos projetos do Instituto de Juventude Contemporânea – IJC, tais como de qualificação profissional, formação de novas lideranças juvenil e foi no IJC que iniciei o meu ativismo nas lutas dos Direitos Humanos LGBT; passei a atuar no controle social das políticas públicas de juventude. Nesse período, eram construídas as primeiras instâncias de controle social das Políticas Públicas de Juventude, as PPJ: a exemplo do Conselho Municipal e o Conselho Estadual de Juventude. Nesse ínterim, participei de vários projetos com a temática de comunicação comunitária por meio da criação e produção de jornais que versavam sobre gênero, Direitos Humanos, vivência e convivência com HIV/Aids, assim como Direitos Sexuais e Reprodutivos. Além disso, trabalhei como pesquisadora na intervenção “Retratos da Fortaleza Jovem”, cujo objetivo era mapear as juventudes de Fortaleza e teve como resultado uma publicação em 2007.

Por essa inserção nos movimentos de juventudes, fui Conselheira Nacional de Juventude, representando a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT¹³) no período compreendido entre 2012 e 2016. Em 2014, atuei como Coordenadora do Centro de Cidadania LGBT Arouche, equipamento da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de São Paulo. Sou filiada à Rede Trans Brasil desde 2015, na qual atuo como Secretária Geral na diretoria executiva da organização.

Esse percurso de ativismo me proporcionou, desde muito cedo, perceber quem eu sou: negra, travesti, feminista, jornalista, ativista das pautas dos Direitos Humanos, que me levaram a atuar como Diretora do GRAB, no qual coordenei projetos sociais e comunitários junto à população de LGBT no campo do ativismo, controle social, prevenção ao HIV/Aids e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs, bem como na qualificação profissional de jovens LGBT. Contribuí na coordenação do Centro de Formação para o Turismo Patativa do Assaré – iniciativa do GRAB e financiado pelo Petrobrás. Nessa mesma instituição, estive à frente da organização de oito edições da Parada pela Diversidade Sexual do Ceará, entre os anos de 2008 a 2016.

Em fevereiro de 2017, passei a integrar a equipe da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (COEDIV) da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) na Prefeitura de Fortaleza, na qual estive até agosto de 2021. Enquanto colaboradora da gestão pública municipal e ativista, contribuí em diversos espaços de discussão acerca da temática de Direitos Humanos, Juventudes, Igualdade Racial e Controle Social. A exemplo,

¹³ A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, designada pela sigla ABGLT, cujo nome e fins foram aprovados em 31 de janeiro de 1995, data de sua fundação, por 31 entidades, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado

posso citar: formação em Direitos Humanos LGBT para profissionais da Segurança Pública; formação com profissionais da Rede de Assistência Social; formação com profissionais da Educação (Professoras/es e Gestoras/es); formação com profissionais da Psicologia; orientação e contribuição em trabalhos acadêmicos sobre a temática LGBT, bem como em comitês de pesquisas e experiências de metodologias inovadoras para jovens com a finalidade de mudança comportamental para a redução do contágio e transmissão de HIV/aids e outras ISTs. Trago à tona esse conjunto de atuações e realizações não no sentido de listar, à exaustão, empreitadas que realizei, e sim, sobretudo, para situar o meu lugar, por meio de minha trajetória, que configura a série de minhas ações, políticas e produção de conhecimento. Logo, situo-me, é a partir do meu lugar, enquanto travesti e negra, que compreendo, analiso e traduzo os significados das subjetividades que envolvem os assassinatos de pessoas travestis e transexuais no estado do Ceará, bem como as formas que os veículos de comunicação abordam esse assunto.

Estando agora melhor situada, para você que lê estas páginas, sigo. Como aponto, para que tais subjetividades não caiam no esquecimento e na perspectiva de superar o luto, tenho por objetivo inicial compreender as narrativas construídas pelo jornal impresso “O Povo” sobre o assassinato de Dandara Katheryn.

Dandara Katheryn foi uma travesti, nascida no estado do Ceará, que viveu boa parte de sua vida em bairros da periferia de Fortaleza, com passagem e estadia por um período na cidade de São Paulo. De uma infância, na década de 1980, de brincadeiras – o garotinho de cabelos loiros cacheados, olhos verdes e um sorriso frequente emoldurando o rosto, a dançar as músicas do grupo musical Balão Mágico (HOLANDA, 2019), que via na televisão de uma amiga – Dandara tornou-se uma travesti, atravessando uma série de vivências com características comuns a outras histórias e trajetórias das travestilidades. A travesti Dandara Katheryn, “prestativa, alegre e cheia de amigos”, com 42 anos de idade, foi assassinada de maneira hedionda, com ações de extrema brutalidade, no dia 15 de fevereiro de 2017, no bairro Bom Jardim, Fortaleza-Ceará. A sua morte violenta e repugnante teve pouquíssima repercussão nos dias imediatos seguintes ao assassinato, tal como comumente ocorre com boa parte dos assassinatos cometidos contra travestis no Brasil. Somente após um vídeo, que contém o registro cru da barbárie cometida contra mais uma travesti, ser publicado em rede sociais e se tornar viral, é que o assassinato de Dandara Katheryn passa a mobilizar a opinião pública e ser pautado pelos meios de comunicação, sensibilizando pessoas no país afora. Anderson Cavichioli (2021) descreveu e transcreveu o conteúdo do vídeo, do assassinato à luz do dia com emprego de formas variadas de violência, tortura e humilhação, que, para fins de uma breve e pontual apresentação do caso, reproduzo abaixo:

Muitos gritos e risadas são ouvidos: “sobe nisso aí seu viado feio”! “Vai viado despeitado”! “Sobe nessa buceta, arrombado”! “Tu tá embaçando aqui na favela baitola”! “A imundiça tá de calcinha e tudo”! “É pra botar aqui dentro”! “É pra botar ele na tora pivete”! A sequência de agressões inclui chutes, chineladas e golpes com pedaços de madeira em diferentes parte do corpo de Dandara, principalmente em sua cabeça e rosto. Sem forças, Dandara tenta levantar-se, mas falha. Três agressores, um segurando-a pelas tiras de sua camiseta e outros dois pelos pés, arremessam no carinho de mão (CAVICHOLI, 2021, p.15).

Ressalte-se que minha identidade é constantemente apresentada de forma pejorativa pelos veículos de comunicação, por isso, eu, enquanto travesti negra, pretendo ter, na produção acadêmica, mais uma ferramenta de enfrentamento à transfobia e ao racismo para, assim, ampliar a percepção da sociedade sobre a população de travestis e transexuais em especial as negras e os negros. Nós: no ato de construir narrativas de humanidades, a nós!

2.2 O fazer, fazendo: um percurso metodológico de uma pesquisa em antropologia em tempos de pandemia

As águas acham meio de passar. Rememorar minha trajetória me colocou em contato com memórias mais antigas e suas marcas no tempo. Não posso falar de mim sem falar dos meus encontros com outras travestis que me nutriram de afeto, conhecimento e me salvaram das desilusões do mundo ciscolonial, nós carregamos multiplicidades e elas juntas dançam, nessas danças diferentes ancestralidades também dançam e gargalham, as vejo como memórias vivas e as tomo como também amigas, orientadoras, salvadoras.
(Iêda Figueiró de Oliveira, p 36, 2021)

Iêda Figueiró de Oliveira me inspira a pensar em uma metodologia pela qual possa entender que construir narrativas e resgatar memórias são fundamentais para a construção de escritas que permitem humanizar as travestis negras brasileiras. O meu lugar enquanto uma travesti, negra, jornalista, nordestina, sertaneja e ativista dos Direitos Humanos, perpassa pela minha pesquisa enquanto sujeita e pesquisadora.

No ano de 2017, quando ocorreu o caso de assassinato de Dandara, eu estava representando o Grupo de Resistência Asa Branca - GRAB, no Conselho Consultivo de Leitores do Jornal O Povo. Nesse momento, iniciei um *clippagem*¹⁴ do material veiculado no jornal

¹⁴ *Clippagem* - o exercício de selecionar notícias veiculadas nos jornais de um determinado tema. Aqui no caso em tela o clipping foi realizado com as notícias veiculadas no jornal O Povo sobre o assassinato da travesti Dandara assassinada em 15 de fevereiro de 2017 na cidade de Fortaleza.

impresso que chegava até a minha casa todos os dias; assim, a categorização utilizada por mim, na época, foi com os seguintes assuntos: Dandara e as matérias coordenadas que envolviam o segmento de travestis e transexuais. Esse material passou a ser a matéria prima da pesquisa. Assim, quando passei no mestrado e com as leituras do campo antropológico, pude perceber que já estava por trabalhar com o material do que viria a ser a minha dissertação, que apoia-se em um sistemático levantamento documental.

Para a construção do trabalho de campo, cataloguei matérias de jornal que se constituem como a base documental da pesquisa, no intuito de alinhar com o objetivo deste trabalho que é refletir sobre as narrativas de humanidades de Dandara pós-morte. Entendo esse pós-morte na perspectiva de que as notícias que são produzidas sobre as travestis são sempre após os seus assassinatos: como se elas só passassem a existir, enquanto seres socialmente reconhecidos, depois de serem assassinadas, assim como aconteceu com Dandara. Tensiono um debate que, mesmo assim, nem todas são visíveis no pós-morte, visto que estão condenadas ao contínuo apagamento de suas existências e que, mesmo sendo noticiadas no pós-morte, suas identidades são apagadas, silenciadas e violentadas, pois não é garantido o respeito aos seus nomes, pronomes e afetos e, muito menos, às suas trajetórias e memórias.

Trago as contribuições teóricas de Judith Butler para pensar: quais vidas são passíveis de luto? É essa a perspectiva de problematizar que nossas vidas, enquanto sujeitas travestis, ainda não são vistas na sociedade brasileira como vidas passíveis de luto e que existe uma precarização de nossas vidas, posto que são sujeitas que não são protegidas pelo Estado Brasileiro e que suas vidas não causam comoção social, existindo um apagamento de suas memórias até pós-morte, como aponta a teórica.

A condição precária da vida nos impõe uma obrigação. Devemos nos perguntar em que condições se torna possível apreender uma vida, ou um conjunto de vidas, como precária, e em que condições isso se torna menos possível ou mesmo impossível. É claro, não se deduz daí que se alguém apreende uma vida como precária decidirá protegê-la ou garantir as condições para sua sobrevivência e sua prosperidade [...] (BUTLER. 2019, p. 14, 15).

As travestis estão cada vez mais cedo sendo tombadas pelo contato com a violência letal. Dados sistematizados pela Rede Nacional de Pessoas Trans – Rede Trans Brasil, que vem produzindo, nos últimos anos, dados sobre assassinatos de travestis e pessoas transexuais, apontam que a vida das travestis e transexuais estão sendo rompidas cada dia mais cedo.

As regiões Sudeste e Nordeste seguem liderando os casos; - 51% das vítimas tinham entre 21 a 30 anos de idade, que é a média de idade das pessoas trans assassinadas; - A vítima mais jovem tinha 13 anos de idade, 05 adolescentes trans foram assassinadas e a de maior idade tinha 64 anos. (NOGUEIRA; ARAÚJO, 2022, p.43).

Alinhada com os dados que aponto acima sobre o contexto de violência letal que as travestis vivenciam no contexto brasileiro e tendo a violência física, verbal e sexual como marcas dessa identidade, o contato com a morte é uma realidade que necessitamos aprofundar nesta pesquisa. Aliás, Frantz Fanon (2008) e Lélia Gonzalez (2020), analisando diferentes processos sociais, concordam: as formas violentas e de violação que alienam as pessoas de suas existências são, também, poderosos instrumentos formadores de subjetividades (FANON, 2008), como as operadas pelo colonialismo, o escravismo e o regime da morte no “espaço atlântico”; geram formas de esquizofrenia cultural (GONZALEZ, 2020), em que há identidades fraturadas por imagens identitárias do que é ser e não ser como fundidas em uma espécie de recalque – ou seja, ocultando as violências e violações que as constituem.

A condição precária em que nossas vidas se encontram apontam caminhos para refletir a existência de uma deficiência de atenção para com as nossas experiências travestis que passam pelo pressuposto de vidas que não são passíveis de luto. Como aponta a Butler:

[...] Nós não nascemos primeiro e em seguida nos tornamos precários; a precariedade é coincidente com o próprio nascimento (o nascimento é, por definição, precário), o que quer dizer que o fato de uma criança sobreviver ou não é importante, e que sua sobrevivência depende do que poderíamos chamar de uma “rede social de ajuda”. É exatamente porque um ser vivo pode morrer que é necessário cuidar dele para que possa viver. Apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa [...] (BUTLER, 2019, p. 32).

Alinhada ao pensamento da intelectual, gostaria de articular algumas ideias: uma categoria identitária e política, como as travestis brasileiras, situa-se em um contexto de violência e violação de direitos que nos colocam vulneráveis à morte, à ausência de políticas públicas de garantia de cidadania, ao direito a proteção à vida – conjuntos de condições e direitos que são negados pelo Estado Brasileiro. Quando não temos nenhuma legislação no âmbito nacional que proteja a população de travestis, que garanta direitos básicos de manutenção de nossas vidas, o não reconhecimento de nossas identidades pelo Congresso Nacional é uma realidade, na qual não temos nenhuma legislação aprovada no Brasil que garanta o direito à vida dessa população ou que proteja nossos corpos.

Penso que a ausência do Estado brasileiro na construção de estratégias de proteção às identidades travestis é uma amostra do descompromisso com nossas vidas. A Rede Trans Brasil aponta elementos frequentes nos assassinatos de travestis e transexuais no ano de 2021.

O apagamento da população trans no Censo do IBGE contribui para aumentar ainda mais a violência; - Não existem dados oficiais sobre crianças e adolescentes trans no país e nem sobre a aplicabilidade do ECA e a ação dos Conselhos Tutelares em casos de violência motivada por transfobia; - 63% das vítimas eram pessoas racializadas; -

Existe uma lacuna quanto à população indígena trans que leva a invisibilização da comunidade; - 82,1% das vítimas eram trabalhadoras sexuais; - 43,5% dos assassinatos foram causados por arma de fogo; - A maioria dos assassinatos aconteceram em vias públicas e houve um aumento de casos dentro das residências; - Sobre o relacionamento com a vítima, a maioria dos casos não apresentava nenhuma ligação com o seu assassino. - No que concerne à apuração dos fatos, percebe-se uma omissão do Estado frente a estes casos, quando não culpabilizam a própria vítima pelo seu assassinato; - Pessoas trans não (se) suicidam, são suicidadas decorrente dos processos de discriminação, preconceito e total exclusão social; - A transfobia é resultado da desigualdade social e da exploração capitalista. Ela é estrutural e o seu combate não deve ser isolado e sim articulado na luta contra todas as opressões. (NOGUEIRA; ARAÚJO, 2022, p.43).

A Rede Trans, em dossiê publicado anualmente sobre os assassinatos de travestis e transexuais, aponta questões importantes (como algumas já aqui expostas) para pensar os contextos de vulnerabilidades que nós enfrentamos no Brasil. Assim, cabe o questionamento: de que forma o assassinato de Dandara passa a humanizar a categoria de travestis, a partir da cobertura do jornal O povo em Fortaleza?

Para entender o questionamento apontado acima, eu iniciei a pesquisa com o levantamento do material selecionado sobre o assassinato da travesti Dandara. Os dados foram organizados de acordo com os marcos temporais referentes ao período do acontecimento; todas as notícias que foram veiculadas na versão impressa do jornal O Povo, que remetiam ao caso de Dandara, foram recortadas e foram tratadas e analisadas.

A travesti só passou a ser notícia dezesseis dias após a sua morte: após o vídeo que mostra a tortura e o espancamento, a que foi submetida, viralizou-se nas redes sociais, depois de sua estreia na capa do jornal O povo com a seguinte chamada: “crime de ódio contra Dandara: Morte brutal de travesti causa comoção e revolta”. A manchete é datada de 04 de março de 2017, a partir dessa inauguração de uma capa no O Povo. A travesti passou a ser notícia nos períodos seguintes; o jornal passou a noticiar todo o processo de investigação, mobilização social por justiça e chegou a pautar outros assassinatos de travestis no mesmo ano; no total, 21 notícias foram estampadas nas páginas do jornal O Povo com o caso.

A metodologia utilizada na pesquisa vem sendo o trabalho de campo em que iniciei o tratamento da matéria prima a partir das edições do jornal O Povo, partindo do processo de categorização das notícias. A escolha do jornal impresso é uma definição política de enquadramento social e da situacionalidade que envolveram o caso. A construção de sujeitas travestis midiáticas eram escassas até o assassinato de Dandara. A escolha do Jornal O Povo é por considerar a sua relevância no cotidiano do Estado do Ceará e ser o veículo de comunicação impresso mais antigo em circulação com 94 anos de fundação, hoje pertencente ao Grupo O Povo de Comunicação.

O exercício de sistematização do caso é importante para análise da pesquisa: observar as narrativas utilizadas na produção das notícias, as fontes, as imagens e os desdobramentos do caso Dandara no intuito de identificar discursos de humanidades empregados na produção do material produzido e veiculado na cobertura do Jornal O Povo.

Em um primeiro momento, iniciei a catalogação das notícias veiculadas e sistematizadas fisicamente por meio de uma *clippagem* que guardava comigo desde a primeira notícia veiculada sobre o assassinato de Dandara; assim, organizei e denominei como a matéria prima da pesquisa em cinco etapas. O primeiro passo foi construir uma linha do tempo usando uma parede de minha casa; montei uma exposição com todas as notícias, organizadas em ordem cronológica; tudo que foi publicado sobre o caso e seus desdobramentos.

Em seguida, passei a identificar as narrativas usadas pelos repórteres e editores do jornal para a construção das notícias que foram publicadas, usando *post-its* coloridos para sistematizar as categorias antropológicas identificadas.

Em uma terceira etapa, passei a identificar as fontes que foram entrevistadas pelo Jornal O Povo, identificando cada fonte e seus depoimentos, funções e sua relação com o caso; foram categorizadas por *post-its* de outra cor.

Na quarta etapa, fui categorizando os desdobramentos do caso de Dandara para construir um fio condutor de narrativas e depoimentos que se alinha ao editorial do jornal e à linha do tempo dos acontecimentos do assassinato. E, por fim, em uma quinta etapa, passei a organizar as imagens (fotografias e ilustrações) veiculadas junto ao texto escrito.

Após os primeiros contatos com o meu orientador, passei a organizar as ideias centrais da pesquisa e o cronograma que é uma espécie de memória dos passos que irei seguir, visto que esta ferramenta me ajuda a organizar as etapas da construção da Dissertação. Assim, passei a construir a pesquisa por meio de um planejamento.

Logo, entendendo os desafios que é fazer uma pesquisa e dissertação em Antropologia, situada numa conjuntura pandêmica de COVID 19¹⁵ e que se circunscreve nas dificuldades de realizar a pesquisa de campo a partir de casa. Assim, tendo a matéria prima, inicio o trabalho de campo por meio de documentos publicados sobre o tema, tendo como partida os seguintes aspectos: a) escolha do tema da pesquisa: “Eu Travesti: de Nós sobre nós”,

¹⁵ Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizava a emergência sanitária provocada pela Covid-19 como pandemia, reconhecendo que a nova doença, originada em Wuhan, na China, havia se espalhado pelo planeta. Um ano depois, os números dão a dimensão do impacto avassalador do novo coronavírus, batizado de Sars-CoV-2: em todo o mundo, os casos notificados passam de 455 milhões e mais de 6,04 milhões de pessoas perderam suas vidas. No Brasil, são mais de 29,3 milhões de infectados e 655 mil mortes. Acesso em 12 de março de 2022 em <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisadora-marilda-siqueira-ioc/fiocruz-analisa-o-enfrentamento-ao-covid-19-no-primeiro>

produção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza: um recorte do caso Dandara no Jornal O Povo; e b) delimitação do campo: foram analisadas notícias do assassinato, iniciando, como ponto de partida, a publicação da primeira notícia em 04 de março; seguimos até o fim do segundo julgamento, em 23 de outubro de 2018.

Nesse sentido, motivada pela possibilidade de articulação de pensamentos, debates e embates emergentes, levanto as seguintes reflexões: quais as narrativas produzidas pelo Jornal O Povo sobre o assassinato de Dandara? Quais as repercussões do caso Dandara na centralidade do debate sobre assassinatos de travestis e quais categorias antropológicas, sociológicas e filosóficas atravessam o contexto de violência vivenciada pela as travestis no Brasil?

Usando uma planilha, passei a sistematizar as informações identificadas no exercício inicial de categorização da matéria prima da pesquisa, os textos das notícias, as imagens que acompanharam o texto escrito, as fontes, os depoimentos, as manchetes, as capas dos jornais, a visibilidade de outros casos que foram noticiados a partir do desdobramento de Dandara e os eventos que envolveram o assassinato dela que foram publicados no O Povo. A um só tempo, minha abordagem toma parte na análise de conteúdo, construindo uma reflexão teórica a partir dos objetivos da pesquisa, situando um olhar a partir das produções das travestis que me antecederam e, em certa medida, uma auto etnografia.

Para tanto, o diálogo com as teóricas que pensam os transfeminismos são importantes para a articulação da pesquisa com o tratamento dos dados coletados e analisados no intuito de articular reflexões. Para a construção do referencial bibliográfico, venho dialogando com intelectuais feministas, negras e negros e LGBT, os quais possuam, como centralidade de estudos, as pesquisas no campo de gênero, sexualidade, travestilidade, feminismo negro, narrativas e jornalismo impresso que dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa, tendo como destaque autoras travestis, negras e feministas que contribuem para um debate teórico, afetivo e político, a fim de não cometer epistemicídio como define Ramón Grosfoguel (2016):

As universidades ocidentalizadas, desde o início, internalizaram as estruturas racistas/sexistas criadas pelos quatro genocídios/epistemicídios do século XVI. Essas estruturas eurocêntricas de conhecimento se tornaram consensuais. Considera-se normal haver homens ocidentais de cinco países que produzem o cânone de todas as disciplinas daquela universidade. Não há um escândalo nisso, é tudo um reflexo da naturalização das estruturas epistêmicas racistas/sexistas de conhecimento que imperam no mundo moderno e colonial. (GROSGOQUEL, 2016, p. 43).

Assim, tenho trabalhado a construção do diário de campo: eu adotei um caderno para anotações e inquietações, frustrações, observações, sugestões de leituras, bem como os enquadramentos e os desdobramentos da pesquisa que estão surgindo durante a arte de

pesquisar. Esse processo está sistematizado nesse instrumento de pesquisa como uma ferramenta de memória para uma visita constante, visto que a necessidade de ter um diário de campo consiste no intuito de organizar ideias e pensamentos que fazem parte do cotidiano da pesquisa, organizar o tempo com os prazos de leituras, buscas e, muitas vezes, de alinhamentos de ideias que vem aparecendo nas aulas, nas orientações e na conversa com os colegas. Assim, tenho o diário de campo como um instrumento em que deposito emoções e sentimentos sobre leituras e análises da pesquisa.

Tenho por inspiração, para a elaboração do diário de campo, os escritos de Carolina Maria de Jesus (2014), em especial, seu livro “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada”, numa perspectiva de sistematização de ideias centrais da pesquisa de forma diária, alinhado com as leituras, com as inquietações, tomando nota dos acontecimentos diários no intuito de ser um parceiro nesse exercício. Porquanto,

Carolina tinha plena consciência de que sua escrita é mais do que sua revolta, mais do que seu grito ou pedido de socorro. É, sobretudo, uma forma de dar-se conta de sua própria existência, ressignificando seu cotidiano de catadora de papel como evento extraordinário através da escrita. Sua escrita, ao reviver os acontecimentos passados, seus infortúnios, suas peripécias, seus descontentamentos, suas felicidades ganham forma catártica, ritualiza-se. (GONÇALVES, 2014, p.2).

A construção de uma pesquisa situada na travestilidade está aqui neste processo de produção de uma pesquisa que denuncia os contextos de vulnerabilidades que nós travestis brasileiras vivenciamos, em que o encontro com as violências e as violações de direito são cotidianas, assim como Carolina Maria de Jesus nos conflitos que uma favelada enfrentava na década de 1950, na cidade de São Paulo (SP), na favela do Canindé, com a omissão do Estado para com a elaboração de políticas públicas sociais de moradia. Pensando nessa perspectiva de contexto e situacionalidade, percebo que nós, travestis pretas e periféricas dos anos de 2022, enfrentamos a consolidação e o crescimento de um governo federal, no país, de extrema direita – e o conseqüente esgarçamento do tecido social brasileiro que tende e tendeu, historicamente, a afecções fascistas – que patrocina discursos contrários aos Direitos Humanos e não promove políticas de cidadania para populações mais vulneráveis e, sim, anda na contramão dos direitos a qualquer ser humano distinto de seu sistema ideológico – que (nos) é também letal.

Poder escrever uma pesquisa em primeira pessoa me permite experimentar uma escrita de denúncia para além disso, apresenta um percurso na antropologia de perceber a construção de diálogos para com o transfeminismo e propor escrita que está alinhada com o corpo, dor, vivências e identidade que tenciona para com a cisgeneridade, ecoando uma experiência que é individual e coletiva.

Assim como Carolina Maria de Jesus, trago a escrita como um instrumento de denúncia e, principalmente, de propor e pensar a realidade presente, enquanto uma pensadora para dar sentido à minha trajetória de vida que se intercruza com a minha trajetória individual e com as construções coletiva dos ativismos, pois sei que a minha escrita atravessa e aproxima as existências das minhas e meus pares. Nesse horizonte, que faço questão de salientar novamente, reivindico uma categoria margeada da travesti, preta, ativista. Assim como a escrita de Carolina me inspira nesse reviver memórias, dores, conectadas para com o tempo presente, reverberando-se também no contexto de outras travestis, eu elaboro e dialogo com o feminismo negro e a interseccionalidade.

Estou por escrever a Dissertação em um tempo marcado pela disputa da democracia brasileira, em que as eleições nacionais de 2022 trazem elementos importantes para situar a minha pesquisa, na medida que inauguramos tempos importantes para as identidades travestis, em meio uma disputa ideológica do atual presidente e candidato à reeleição de nos tratar de forma violenta, colocando-nos em lugar de desumanidade quando fortalece uma ideia de "uma ideologia de gênero" nos tratando como uma ameaça às estruturas de família por ele defendida de forma discriminatória.

No que se trata de inauguração, nesse contexto, é que, pela primeira vez, no Brasil, teremos representações de uma travesti preta e de uma mulher transexual no parlamento brasileiro, logo a frente irei tratar de forma mais pausada sobre esse assunto.

A pesquisa acabou tomando outros rumos nesse processo de finalização, parece que tem vida própria, iniciei com a ideia de analisar as narrativas de humanidades, acabei de perceber que essas narrativas estão por ser produzidas ainda. Perceber o quanto é inaugural a minha pesquisa no campo das produções das travestis pretas no Brasil me leva à conclusão de que estamos por escrever as nossas histórias ainda, caminhando de forma tímida – embora persuasiva e constante – por conta de um contexto de transfobia que estruturou as Universidades brasileiras, espaços que ainda se encontram endividadas com nossas existências.

2.3 As construções de uma pesquisa sobre travestilidade a partir de um olhar de uma pesquisadora travesti negra na antropologia.

De noite pelas calçadas
Andando de esquina em esquina
Não é homem, nem mulher
É uma trava feminina

Trago à baila as minhas mais velhas aqui como um exercício de respeito: as contribuições teóricas sobre travestilidades como categoria política e como nascem tais sujeitas no Brasil. Intelectuais e ativistas que vêm, ao longo das últimas três décadas do século XX e XXI (1990, 2000 e 2010), disputando espaços públicos, pautando a mídia, no controle social das políticas públicas, na produção de epistemes, na produção de saberes nas Universidades e nos movimentos sociais de Direitos Humanos, seja no Brasil ou na América Latina. De importância central, estão as intelectuais Letícia Nascimento, Megg Rayara, Luma Nogueira de Andrade, Jaqueline Gomes de Jesus, Helena Vieira, Keyla Simpson, Thina Rodrigues, Jovanna Baby, Tathiane Araújo, Pietra Azevedo, Adriana Sales, Ieda Figueiró e dentre outras que foram super importantes na manutenção da categoria travesti no Brasil.

Importante aqui resgatar os acúmulos das trajetórias de travestis negras que foram vítimas das violências, das violações, do apagamento epistêmico (GROSFUGUEL, 2016) e ou da omissão do Estado brasileiro, constituindo-se como urgente para a construção de referências e possibilidade de inspiração.

Jaqueline Gomes de Jesus (2019) e Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) são responsáveis por visibilizar a existência da nomeação de travestis no Brasil Colônia, a partir da existência de Xica Manicongo, encontrada nos cadernos da inquisição, por MOTT (1999):

Havia na capital do país, São Salvador da Bahia de Todos os Santos, também conhecida, posteriormente, como Cidade da Bahia ou simplesmente Salvador, então colônia de Portugal, nos idos de 1591, uma africana do Congo escravizada e vendida a um sapateiro, a qual chamamos de Xica Manicongo. O registro da existência de Xica Manicongo se deve à extensa pesquisa de Luiz Mott pela perseguição aos chamados “sodomitas” no Brasil, a partir da documentação inquisitorial encontrada no arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal. Para maiores informações, recomendo a leitura de Mott (1999). (Jaqueline Gomes de Jesus, p. 251,252, 2019).

O trabalho de Mott (1999), no sentido de resgatar a memória da existência de Xica Manicongo, é importante para a construção de uma narrativa, com *profundidade temporal histórica*, a uma existência de identidade, que, na contemporaneidade, chamamos de transexualidade e/ou travestilidade. Isso é fundamental para pensar a categoria de travesti negra no Brasil. Dar centralidade e visibilidade à existência de Xica Manicongo, em outro tempo, é importante para possibilitar outras investidas, para que nossas memórias não sejam apagadas. Faz-se necessária uma mirada antropológica de investigação de redes de afetos, sistematizar as oralidades pertencentes em nossas memórias e buscar os cadernos policiais para tencionar como nossas identidades foram abordadas, historicamente, o que é também uma marca importante de uma escrita em uma centralidade na travestilidade.

A soma dos esforços de estudiosas travestis e negras, que, por exemplo, dão destaque à existência de Xica Manicongo, dando sentido às identidades dissidentes anteriores à contemporaneidade. Destaco a existência de outras travestis negras que são de total importância para a memória do movimento institucionalizado de travestis e transexuais negras brasileiras. Aqui destaco a Jovanna Baby, Beatriz Senegal, Josy Silva, Cláudia Pierre France, Monique Du Bavieur, Janaína Dutra, Marcela Prado, Thina Rodrigues e Weluma Brown, dentre outras do movimento social organizado de travestis e transexuais, assim como outras que inauguram outro tempo na pauta midiática a exemplo de Claudia Celeste, Tomba Homem e Cris Negão.

A importância do movimento social organizado de travestis e transexuais para a construção de pautas de cidadania, no diálogo junto ao Estado para os reconhecimentos dessas identidades, é também por trazer e afirmar as travestis enquanto intelectuais, sejam elas advindo de uma trajetória acadêmica ou do ativismo social (a exemplo dos Direitos Humanos de Travestis e Transexuais). Assim como eu, que venho acumulando conhecimento e me tornando potência na disputa das existências das travestilidades no Brasil, o país que mais assassina travestis e transexuais no mundo¹⁶.

Lembro perfeitamente dos meus primeiros contatos com essas intelectuais e ativistas: o ano era 2008, na cidade de Salvador (BA), uma delegação de seis travestis, eu era uma delas. Saímos de Fortaleza em direção a Salvador (BA) para participar do Encontro que seria o meu primeiro contato com o movimento organizado de travestis e transexuais de nível nacional; era a primeira vez que embarcava em um avião para participar de um evento dessa dimensão, o local do evento era o Hotel Sol Barra, na praia da Barra, em Salvador, onde todas as participantes ficaram hospedadas e, nos intervalos das mesas de debates e painéis de apresentação dos temas referente às vivências das travestilidades e às políticas públicas direcionadas para o segmento de travestis, ocupavam o calçadão da orla para tomar uma cerveja, paquerar e algumas se destacavam nas esquinas no intuito de ganhar um trocado. Ao final do “Encontro Regional de Travestis e Transexuais”, todas as participantes foram participar da Parada do Orgulho LGBT de Salvador. O encontro estava sendo organizado pelas afiliadas da Associação Nacional de Travestis – ANTRA; era uma edição regional do Encontro Nacional de Travestis e Liberados na Luta contra Aids - ENTLAIDS¹⁷.

¹⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>.

¹⁷ Assim no início de 1993 aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids – ENTLAIDS, organizado pelo grupo ASTRAL. Esse encontro além de muitas parcerias contou com o apoio do Instituto de Estudos da Religião – ISER. Ele foi importante,

A edição nacional ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, que contou com a participação de diversas organizações de travestis do Brasil. O tema central do evento era “Abrindo Horizontes para a Cidadania”, em que foram abordadas questões como a saúde pública e as ações de prevenção em DST/HIV/Aids e hepatites virais com travestis e transexuais, Direitos Humanos, violência e segurança pública, cirurgia de transgenitalização (“mudança de sexo”), inclusão social e as relações de trabalho e geração de emprego e renda, e definindo identidades – trans afrodescendentes, trans indígenas e trans soropositivas marcaram presença no XV ENTLAIDS.

Quero pensar um alinhamento que envolve as lutas das travestis no Brasil por cidadania, por visibilidade e por direito à vida. Percebo que a identidade travesti vem passando por um processo de apagamento, seja pelo enquadramento das homossexualidades, seja pelo processo da patologização ou do enquadramento de uma grande categoria guarda-chuva, em um primeiro momento como transgeneridade e, atualmente, como pessoas trans. Invisibilizar uma categoria identitária única, como as travestis no Brasil, é não reconhecer a existência de uma identidade própria do povo brasileiro, como dito anteriormente: uma identidade política e corporal que se constrói a partir das margens. Desenvolver esta pesquisa, no campo da Antropologia, é uma estratégia teórica de ampliar as vozes de travestis negras que sempre produziram conhecimento no campo comunitário, frente aos movimentos de resistência e na busca por reconhecimento identitário.

As reflexões e o conhecimento das que me antecederam, em suas pesquisas e pensamentos, são de total valia para o caminhar nesta investigação. Aqui, a construção teórica é uma verdadeira rede de conhecimento pautada por afinidades políticas, teóricas, de afeto e de irmandade. A minha construção como pesquisadora vem antes do espaço acadêmico. Como destaquei outrora, de modo breve, o ativismo institucional na luta pelos direitos humanos LGBT e na luta contra o racismo se tornam espaços importantes para a minha construção como uma ativista e pesquisadora, visto que as inquietações que me rodeiam e suas desigualdades sempre estiveram presentes em minha vida enquanto uma sujeita subalternizada, no sentido assentado por Spivak (2010).

pois contou com a participação de representantes de vários estados cujos grupos organizados, em sua maioria, era composto apenas por gays e lésbicas, as lideranças travestis eram bem poucas, assim como poucos também eram os grupos liderados por travestis: além do grupo ASTRAL no Rio de Janeiro havia o Grupo Esperança em Curitiba, ambos com travestis na direção e também como público alvo. No entanto, conseguiu-se mobilizar algumas travestis que se tornaram importantes lideranças em outros estados. Disponível em <https://antrabrasil.org/historia/> acessado em 10 de setembro de 2021.

Como também já frisei, há algumas páginas, mas é importante salientar, neste ponto, meus argumentos: quando criança, na cidade de Santana do Acaraú (CE), as minhas vivências já estavam pautadas no campo das subalternidades, assim, posso aqui dizer que eu era uma criança que rompia com o marco da masculinidade, ou seja, tive uma infância atravessada por violências, visto que minhas vivências comunitárias sempre foram marcadas por conflitos, por negação de afeto e vivências a que a mim eram impostas por não me enquadrar numa lógica masculina a partir das normas ocidentais de gênero.

Como já apontado anteriormente, o engajamento, no ativismo, foi uma possibilidade que encontrei para a minha afirmação como travesti e negra que aqui novamente invoco as contribuições de Zora Hurston (1928) a fim de me ajudar a pensar como está estruturado essa descoberta que, na verdade, é marca da interação em locais de brancos que você acaba sendo lida como negra, não tendo como escapar desse enquadramento, nestas estruturas do movimento social organizado. Perceber-me como pesquisadora é algo importante para o fortalecimento individual e, de alguma forma, pensar em estratégias de fortalecimento coletivo enquanto categoria dissidente, visto que as travestilidades e a vivência nas Universidades brasileiras ainda é algo escasso.

Por esse motivo, considero importante a presença desses corpos na construção de saberes, conhecimento e *práxis* no ambiente da Universidade sobre nós, travestis, a partir dos nossos olhares e de nossas experiências que é algo relevante na contemporaneidade. De igual monta, alimentar-se de pensadores negros e negras é importante para a construção de narrativas acessíveis para o empoderamento coletivo e individual enquanto travesti negra.

Essas experiências e pontos de vista são compartilhados e reafirmados a partir da minha intenção de articular ideias e perspectivas sobre a temática da travestilidade e seus desdobramentos. Aqui faço uma posição política e metodológica de me apresentar como travesti, numa perspectiva de sujeita envolvida diretamente na pesquisa. Não trabalharei, como dito, com as definições amplas de transgeneridade nem de pessoas trans, porém, com as de travestilidade e travestis como uma categoria política e originária do Brasil, tal como observa Nascimento (2021) em “Transfeminismo”:

Muitas travestis e transexuais se sentem mulheres e podem e devem reivindicar-se como tal; inúmeras outras, entretanto, entendem a si mesma como uma expressão de gênero originária e, portanto, não se sentem homens nem mulheres. A sentença “eu sou travesti” é suficiente para marcar seus locais dentro de uma identidade de gênero. (NASCIMENTO, 2021.p, 56).

Eu trabalho com a sentença “eu sou travesti” para dizer que existem outras possibilidades para além da binariedade mulher-homem, pensando a travestilidade como uma

identidade originária. A travestilidade como uma categoria de gênero tipicamente brasileira que é construída a partir das subjetividades que envolvem a produção de imaginários de corpos e de identidades.

Seguindo as reflexões sobre as travestilidades como categoria margeada e no tempo do surgimento das travestis no Brasil, aproveito para destacar que estamos tratando do surgimento de uma categoria política como entendemos hoje por travestilidade e ou reivindicação de uma categoria política travesti, assim destaco as contribuições de Elias Veras (2019) que construiu uma análise, em seu trabalho intitulado “Travestis: Carne, tinta e Papel”, do ponto de vista de uma análise da emergência das sujeitas travestis no Brasil, que traz como referência inicial a transexual Roberta Close, conhecida, em 1984, como “o travesti mais famosa do Brasil”; Roberta e sua feminilidade “quase perfeita”, que se aproximava ao modelo ideal da “mulher de verdade”; mesmo Roberta Close se colocando como uma transexual, a mídia brasileira continuava a colocar a modelo e atriz no local das travestis no intuito de desqualificar a identidade da modelo, dando a ela um tratamento diferenciado.

Importante observar que o cenário que colocava as travestis como uma identidade masculina na década de 1980 vem sendo mudado na forma de tratamento dado a essa categoria, visto que passamos pelo processo de disputa de narrativa no Brasil que é o reconhecimento da identidade travesti como uma identidade feminina e que os pronomes de tratamento são “delas” e “elas”, os artigos são “a” e “as”, tratamento que não era dado às travestis dos anos de 1980, como observamos no trecho acima. Para dar contorno a essas reflexões, é importante demarcar que as contribuições dos movimentos sociais organizados em produzir materiais educativos no tratamento dessas identidades têm tomado força nas últimas duas décadas.

As travestis e ou transexuais midiaticizadas, como Roberta Close e Rogéria, foram importantes na construção de narrativas coletivas de reconhecimento de outras possibilidades de gênero para além da binaridade mulher-homem, mas é importante demarcar que travestis negras, que estavam inaugurando tempos importantes de visibilidade, não tiveram a mesma oportunidade de contar as suas histórias, a exemplo de Weluma Brown, a chacrete travesti e preta que estreou na televisão brasileira, junto com uma dezena de mulheres cisgêneras, em horário nobre, em um dos programas de maior audiência da história, foi reconhecida no meio artístico, através do canto e da dança, marcando a trajetória da televisão no Brasil. Pois, mesmo durante os anos de repressão da Ditadura Militar (1964 a 1985), ela foi uma das chacretes do famoso programa A Buzina do Chacrinha. Weluma Brown deixou as irmãs do movimento nacional de travestis em 2013. Perceber que os corpos de travestis negras não estão na mesma

medida que os brancos, nossas histórias estão por ser contadas, lembradas para que sejamos lembradas e que nossas memórias e nossos feitos não sejam invisibilizados.

Acredito que Roberta Close e Rogéria tiveram a tarefa, por muitos anos, de representar as travestis e mulheres transexuais brasileiras na grande mídia. Faz-se necessário tencionar aqui que outras personalidades do universo da travestilidade acabaram sendo apagadas do agendamento midiático ou foram construídas de forma caricata. Resgato aqui a personagem Vera Verão¹⁸ de Jorge Lafond conhecido no Brasil nas décadas de 1990 a 2000 pela atuação em programas de humor a exemplo da "praça é nossa" do SBT e dos programas de auditórios do final do século XX no Brasil; ocupou um lugar da caricatura das pessoas travestis e/ou das "bichas pretas" como uma visibilidade massiva e também de construções estereotipadas das identidades travestis, pois Vera Verão era uma personagem *drag queen*.

Anterior a Roberta Close e a Rogéria, tivemos a Madame Satã, retratada no filme “Madame Satã” e interpretada por Lázaro Ramos em 2002. A intelectual travesti Megg Rayara Gomes de Oliveira resgata sua história, em sua Tese de Doutorado, intitulada “O Diabo em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação” (2017). Madame Satã como uma pessoa que estava no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro sempre envolvida em conflitos policiais como aponta a intelectual.

Madame Satã é a mais conhecida, a mais famosa das bichas pretas, justamente por viver numa época em que a existência bicha nos espaços públicos era interpretada como provocação. Tornou-se, assim, visível, muito visível, especialmente para a polícia. (OLIVEIRA, 2017, p. 110).

Megg Rayara Gomes de Oliveira completa: “Madame Satã (1900-1976) conviveu com outras bichas pretas que escreveram seus nomes na história pelas margens, através dos registros policiais” (2017, p. 110).

A construção de corpos dissidentes de “Bichas” e Pretas no século XX está diretamente ligada aos conflitos policiais e às páginas de Segurança Pública dos jornais impressos como causadora de perturbação e transgressão da ordem. O caso Dandara – que abordarei com a devida atenção e vagar mais à frente – é exemplar por permitir perceber, mesmo que sutilmente, uma mudança nas narrativas sobre as vivências das travestis, por exemplo, o tratamento do pronome feminino, o debate sobre o agendamento midiático com pautas de cidadania e não só pós-morte, a cobertura sistemática das bandeiras de luta do movimento de travestis. E inaugura um processo de demarcação identitária quando se tem uma travesti no

¹⁸ Jorge Lafond morreu aos 50 anos em 2003 vítima de problemas cardiorrespiratórios.

reality show de maior audiência do país, pautando um terceiro gênero quando ela não se reivindica nem como mulher, nem como homem, e sim como uma travesti.

Um pequeno aporte, com certa verticalidade histórica, é importante trazer à tona aqui. As construções em torno das identidades travestis atravessam diferentes marcos na história geral do Brasil. Veras (2019), por exemplo em seu modelo descritivo-analítico, dividirá a construção da identidade travesti em três épocas: “época das giletes e da peruca”, “Tempos das perucas e tempo dos hormônios” e o “Tempo do farmacopornográfico”.

Início minha análise sobre a emergência do sujeito travesti público-mediatizado em Fortaleza, apropriando-me do marco temporal estabelecido na *Playboy* e transformando-o em metáfora potencializadora de sentidos históricos. Para tanto, substituí os termos, tais como aparecem originalmente na fonte pelas expressões-categorias *tempo das perucas e tempo dos hormônios* (este último, denominei ainda de tempo farmacopornográfico). A virada do tempo das perucas para o tempo dos hormônios-farmacopornográficos, que corresponde à passagem da década de 1970 para 1980, é tomada, no presente trabalho, como ponto de inflexão de uma nova temporalidade e subjetividade. (VERAS, 2019, p. 42).

Seguindo essas reflexões, apresentadas na construção das sujeitas travestis como uma categoria mediatizada, a partir do carnaval, pelos holofotes de uma mídia que anuncia a existência de uma nova categoria política que emerge e é nomeada a partir do carnaval brasileiro e que ganham visibilidade no cotidiano das cidades como sujeitas margeadas.

O sujeito travesti público-mediatizado emerge, nesse contexto farmacopornográfico, marcado por uma série de transformações que afetaram a intimidade, o corpo, o gênero e a sexualidade em Fortaleza. A crescente visibilidade das homossexualidades na sociedade, o surgimento de novas tecnologias corporais, as novas maneiras de vivenciar os espaços da cidade, a crescente presença dos meios de comunicação no cotidiano das pessoas, assim como a transformação destes em regimes de verdade, são algumas das condições de existência e de possibilidade da emergência desse novo sujeito, produto de um novo tempo: tempo dos hormônios, tempo farmacopornográfico. (VERAS, 2019, p.43).

O autor nos convida para reflexões importantes para pensar o tempo das perucas ou quando não existia o sujeito travesti; entre perucas e hormônios: o carnaval como heterotopia de gênero; tempo dos hormônios ou a invenção do sujeito travesti. As travestis no tempo no Brasil: as travestilidades, anterior às transexualidades, tempo da medicina, tempo das homossexualidades, tempo da ditadura militar no Brasil e o tempo da cidadania, a construção de respostas sociais às desigualdades pautadas pela diferença.

Importante resgatar que a definição de homossexualidade não abarca a categoria travesti, existindo uma necessidade de encaixar essas sujeitas em um campo identitário e político que é uma marca importante na construção da cidadania. As travestis passam a se reivindicar como categoria política organizada, construindo as suas primeiras organizações em defesa de direitos, como aponta a intelectual transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus, em

"História do Movimento LGBT no Brasil" (2018): "o começo do século XXI testemunhou o surgimento de entidades nacionais como a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), a Rede Trans e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)". (2018, p, 390).

O surgimento das primeiras organizações¹⁹ de pessoas travestis, transexuais e transmasculinos é um marco importante para o debate nacional por políticas públicas para o segmento no Brasil; as primeiras pautas reivindicadas pelo movimento nacional de travestis foram por políticas de reconhecimento das identidades de gênero, o nome social, reconhecimento das vulnerabilidades frente às violências que são marcadas pela intolerância, os contextos de violência policial, a prostituição como algo quase que compulsório na vida de travestis, o direito ao nome civil, inclusão no mercado de trabalho e políticas de segurança pública são exemplos de disputas cotidianas que esse movimento passou a reivindicar diariamente no cenário nacional junto aos governos, poder legislativo e judiciário brasileiro, um coro de vozes por reconhecimento de humanidades e reconhecimentos da existência de pessoas travestis e transexuais, em especial as travestis e transexuais negras das periferias do Brasil.

Soraya Oliveira, travesti, preta e empresária do ramo de beleza, que foi assassinada em julho de 2020, aos 35 anos, no bairro da Maraponga (Fortaleza-CE), por disparo de arma de fogo, era uma grande amiga, nós sempre dialogamos sobre o ser travesti negra em uma sociedade racista e machista. Uma frase que era repetida sempre, em nossas conversas, era o lugar das travestis negras no Brasil e ela me dizia que "na pirâmide da sociedade vinha primeiro os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas e depois pelos homens pretos, as mulheres pretas e na base da pirâmide as travestis e pessoas transexuais".

Para pensar as estratégias utilizadas na opressão das relações de hierarquização de sexo e gênero, Gayle Rubin (2017), em "Políticas do Sexo", interpela-nos para uma reflexão de sistema de opressão que, para a autora, pensar essas relações de opressão é importante fazer uma relação com a sociedade e com a história.

¹⁹ Em 1992 com a fundação da Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL, no Rio de Janeiro, já se imaginava a estratégia de atuar mais ativamente no cenário nacional e como as fontes e recursos eram parcos e de difícil acesso pela maioria das ONG existentes no Brasil naquele período e, também pela crescente onda de violências e falta de acesso aos serviços de saúde foi lançada a ideia de realizar um encontro nacional que viesse agregar a população de travestis e transexuais que estavam pelo Brasil afora na sua grande maioria atuando nas organizações mistas de Gays e Lésbicas. Esse primeiro encontro objetivava mapear e empoderar essas ativistas para atuar nas questões de segurança pública e saúde, destaca-se que nesse período todas as ações em saúde para essa população ainda eram vistas somente a partir da perspectiva da epidemia de Aids, então quase a totalidade das ações eram desenvolvidas pelos programas existentes nos estados e municípios que vale destacar não eram muitos nesse período. Disponível em <https://antrabrasil.org/historia/>, acessado em 10 de setembro de 2021.

É impossível pensar com clareza as políticas de raça ou gênero enquanto elas forem consideradas entidades biológicas, se não construções sociais. Do mesmo modo, a sexualidade é impermeável à análise política se for concebida primeiramente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual. A sexualidade é tão produto da atividade humana como o são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, as formas de trabalho, as formas de entretenimento, os processos de produção e os modos de opressão. Políticas do sexo mais realistas serão possíveis quando ele for compreendido em relação a uma análise social e histórica. (RUBIN, 2017, p. 76).

Seguindo com as reflexões de Rubin (2017), o cenário que coloca as travestis negras no contexto de violências está diretamente ligado a uma lógica de um sistema: sexo/gênero, hierarquizando o valor sexual. Em que se coloca os desejos de travestis no lugar, definido cultural e socialmente, de subalternidade, de sujo, clandestino e qualquer relação que essas sujeitas estiverem inseridas serão estigmatizadas e discriminadas, demarcando um lugar de margem para essas identidades na forma de penalidades: o não acesso à cidadania. Como assim ela destaca:

As sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais segundo um sistema hierárquico de valor sexual. Os heterossexuais que se casam e procriam estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Logo abaixo encontram-se os casais heterossexuais monogâmicos não casados, seguidos pela maior parte dos outros heterossexuais. O sexo solitário flutua de forma ambígua. O poderoso estigma que pensava sobre masturbação no século XIX permanece, ainda que de forma menos potente e modificada, como ideia de que os prazeres solitários são uma espécie de substituto inferior aos encontros casuais. Os casais lésbicos e gays de longa data, estáveis, encontram-se no limite da respeitabilidade, mas sapatões caminhoneiras e homens gays promíscuos pairam sobre o limite dos grupos situados na parte mais inferior da pirâmide. Atualmente, as classes sexuais mais desprezadas incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, profissionais do sexo, como as prostitutas e os modelos pornográficos e, mais baixa de todas, aquelas cujo o erotismo transgride as fronteiras geracionais. (RUBIN, 2017, p. 83).

Beatriz Nascimento (2021) e Lélia Gonzalez (2020) nos chamam a atenção para a emergência do que hoje entendemos por “lugar de fala” a partir de um olhar das mulheres negras e nos questionam a diferença entre lugar de fala e representatividade. Kilomba (2019), para destacar um expoente neste debate, argumenta:

Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou. (KILOMBA, 2019. p 28).

Aqui, o que há é, acadêmica e cientificamente, uma travesti negra tornando-se sujeita e propondo uma metodologia para com as minhas pares. Como elabora Kilomba (2019), ao dizer que esse método se configura como fazer uma pesquisa entre iguais *stady up*. As

mulheres negras provocaram e tencionaram o movimento feminista para contemplar a diversidade de mulheres no Brasil, assim como reconhecer que as lutas das mulheres negras também eram lutas feministas que necessitavam ser legitimadas, no intuito de potencializar as identidades de todas as mulheres para além de uma ideia de representatividade universal da categoria mulher a partir de um olhar binário ocidental de gênero mulher-homem. Assim, as contribuições de mulheres negras feministas, para pensar as intersecções das violências que são marcadas por gênero, raça e classe, são estratégias importantes para pensar as travestis no Brasil.

Sueli Carneiro (2001) nos chama atenção para pensar o lugar das mulheres negras na América Latina, pensar os conjuntos de opressões que essas mulheres vivenciaram no Brasil a partir de uma falsa democracia racial e a tríade de opressões que envolvem gênero, raça e classe que são fatores importantes para pensar as violências sofridas pelas mulheres negras brasileiras, com a falta de oportunidade no mercado de trabalho, violências domésticas e ocupação de lugares margeados na sociedade brasileira.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenhos tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, 2001, p, 1).

O pensamento de Sueli Carneiro (2001) analogicamente permite pensar o lugar das travestis no Brasil, o que nos aproxima das mulheres negras, a partir dos contextos de vulnerabilidades a um sistema opressor sexo/gênero como apresenta Rubin (2017), que tem como base a violência de gênero, de raça e classe e que é alimentado e alinhado pelo sistema de opressão colonial euroamericana. O lugar dado às mulheres negras, no excerto acima citado, quando Carneiro se refere ao ontem, que coloca as mulheres negras a serviço dos “tarados”, como uma obrigação de satisfazer o desejo sexual dos senhores e os lugares de subemprego e de servidão, é semelhante ao que nós travestis brasileiras vivenciamos ainda hoje. Restando-nos apenas as ruas, ruelas e avenidas para o comércio do nosso corpo como algo quase que compulsório para a subsistência de nossas vidas. O contexto de rua nos coloca nos lugares de maior vulnerabilidade às violências cotidianas que tem como raiz a transfobia, o racismo e a violência de gênero. Ainda não chegamos ao hoje, ainda estamos nas ruas para satisfazer os

desejos eróticos de senhores contemporâneos que usam nossos corpos como bem entendem em troca de migalhas.

Aproveito a reflexão de Soraya Oliveira para pensar, junto com a intelectual e ativista do movimento negro brasileiro, Lélia Gonzalez (1984), que aponta reflexões para pensar o lugar das mulheres negras brasileiras. Uma categoria apresentada por ela me chama a atenção para problematizar o lugar das mulheres e das travestis negras no Brasil dentro desse emaranhado de debates. A saber, o debate das “mulatas tipo exportação” e os corpos construídos de travestis brasileiras que são objetos de consumo e de exploração de um mercado que as coloca no *status* de mercadorias, símbolos sexuais, tráfico sexual e que não as humaniza na perspectiva de cidadania, do seu lugar que é claramente o do carnaval e às margens das estruturas sociais construídas.

E é justamente no carnaval que o reinado desse rei manifestadamente se dá. A gente sabe que carnaval é festa cristã que ocorre num espaço cristão, mas aquilo que chamamos do Carnaval Brasileiro possui, na sua especificidade, um aspecto de subversão, de ultrapassagem de limites permitidos pelo discurso dominante, pela ordem da consciência. Essa subversão na especificidade só tem a ver com o negro. Não é por acaso que nesse momento, a gente sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, a principal focalizada pela tevê, pelo cinema e por aí afora. De repente, a gente deixa de ser marginal prá se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo dessa terra chamada Brasil. É nesse momento que Oropa, França e Bahia são muito mais Bahia do que outra coisa. É nesse momento que a negrada vai prá rua viver o seu gozo e fazer a sua gozação. Expressões como: botá o bloco na rua, botá prá frevê (que virou nome de dança nas fervezas do carnaval nordestino), botá prá derretê, deixa sangrá, dá um suó, etc são prova disso. É também nesse momento que os não-negros saúdam e abrem passagem para o Mestre-Escravo, para o senhor, no reconhecimento manifesto de sua realeza. É nesse momento que a exaltação da cultura americana se dá através da mulata, desse “produto de exportação” (o que nos remete a reconhecimento internacional, a um assentimento que está para além dos interesses econômicos, sociais, etc. embora com eles se articule). Não é por reproduz um ato falho, uma mancada do discurso consciente, ao afirmar: Primeiro a cor, depois o amor. 240 acaso que a mulher negra, enquanto mulata, como que sabendo, posto que conhece, bota prá quebrar com seu rebolado. Quando se diz que o português inventou a mulata, isso nos remete exatamente ao fato de ele ter instituído a raça negra como objeto a; e mulata é crioula, ou seja, negra nascida no Brasil, não importando as construções baseadas nos diferentes tons de pele. Isso aí tem mais a ver com as explicações do saber constituído do que com o conhecimento. (GONZALEZ, 1984, p. 239-240).

Pensar o carnaval do Brasil, uma manifestação cultural de grande expressão no país com grande repercussão internacional, em especial o carnaval do Rio de Janeiro, que, em um país em que vive uma verdadeira falsa democracia racial, em que a juventude negra se encontra em cárcere e ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial de número de assassinatos de travestis no mundo como apresenta o Dossiê a Espacialização da Transfobia no Brasil: Assassinatos e violações de direitos humanos em 2021, de autoria de Tathiane Aquino de Araújo e Sayonara Naidier Bonfim Nogueira:

[...] duzentos e vinte e sete pessoas trans, travestis e de gênero diverso foram mortas em 2021 na América Latina e Caribe. Do total dos 227 casos monitorados, 111 foram registrados no Brasil; - Nos últimos 06 anos foram registrados 857 mortes violentas e 940 mortes violentas e sociais; - 97% das vítimas expressavam o gênero feminino, existindo uma dupla violência de gênero, por serem mulheres e trans. Quanto mais próximo ao construído social, cultural e historicamente como feminino, maior a violência; Destacou-se na imprensa casos de violência doméstica envolvendo mulheres trans; Percebe-se uma dificuldade no acesso ou até a recusa no atendimento de pessoas travestis e mulheres transexuais nas Delegacias da Mulher (...) (NOGUEIRA; ARAÚJO, 2022, p. 43).

O que temos de semelhança entre as mulheres negras no Brasil e as travestis brasileiras? As vivências das opressões e os desdobramentos sobre esse contexto de pessoas, que ainda disputam esse lugar de humanidade, visto que o carnaval nos pauta a partir dos estereótipos e numa lógica de consumo sexual e hipersexualização dos corpos, mas também construir possibilidades de disputar o debate público sobre perspectivas de existências e de ser nomeadas.

A construção da identidade de travestis, conforme já mencionado, passa pela emergência midiática a partir do carnaval, dentro de uma lógica que as travestis fazem parte de uma categoria mais ampla que a homossexualidade, ao tempo que essas categorias passam pelo processo de afirmação como identidade de gênero. Em um processo, como apresenta Nascimento (2021), sobre a construção dos corpos desses sujeitos:

Por isso, não somos corpos, fazemos corpos. Compreender esses processos de fabricação das normas regulatórias possibilita o questionamento e ruptura com as mesmas. Se é porque não existem “homens” e “mulheres”, ou, melhor dizendo, não existem corpos generificados/sexuados de modo essencial e imutável. (NASCIMENTO, 2021, p. 126).

Tomar a sério e com detalhes os processos de organização das travestis no Brasil é fundamental para refletir sobre a situacionalidade e o papel que dessas sujeitas organizadas para fazer frente ao debate de respeito e da inclusão; lideranças que acumularam experiências no campo da educação não formal para pautar questões importantes no marco do ativismo, como referência ao tempo da cidadania.

O movimento social de Direitos Humanos de travestis e transexuais no Brasil é um espaço de construção coletiva de saberes e de proposição de políticas públicas importantes para a construção de uma sociedade do respeito e do reconhecimento de outras possibilidades de vivências que não sejam as conhecidas pelo ocidente e impostas como únicas possibilidades de sexualidades e de identidades.

A importância de articular os diversos setores dos poderes do país para denunciar os contextos de violência extrema que os corpos das travestis vivenciam, a ausência de políticas

públicas e o extermínio dessa população são cotidianos no país que mais assassina travestis e transexuais no mundo por treze anos consecutivos, como afirma o Dossiê²⁰ “A espacialização da transfobia no Brasil: assassinatos e violações de direitos humanos em 2021”, sistematizado e produzido pela Rede Trans Brasil e o Instituto Brasileiro Trans de Educação.

3. SOMOS NOMES, SOMOS CORPOS E SOMOS TRAVESTIS: UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA, AFETIVA E POLÍTICA

Permita-me, leitor/a, apresentar um pequeno mapeamento do itinerário deste capítulo, como um preâmbulo ao mesmo. Em um processo de escrita, proposital e propositivamente, cumulativa, trarei à tona, com visibilidade central, uma série de eventos, lutas e ideias em concatenação: o expressivo número de assassinatos de travestis no Brasil; as reivindicações, por parte dos movimentos sociais, por mecanismos mínimos aceitáveis de reconhecimento de humanidades para as travestis; a participação das travestis nas lutas políticas, mas também uma participação na política partidária e eleitoral que vem ganhando maior volume nos últimos anos; os ideais e direitos em torno do nome e do ato de nomear, respaldados pelo tardio entendimento e reconhecimento da Suprema Corte do país, acompanhando as interpretações de magistrados e outros atores sociais; as leis, os decretos e outros dispositivos legais construídos nos últimos anos. A série de eventos que apresento, em minha análise, neste capítulo, serve de alicerce e de força persuasiva ao que desenvolverei, em seguida, com mais detalhes, sobre o caso Dandara e suas derivações, analisando, mais de perto, as formas de humanização consequentes.

3.1 Dando o nome!

Perdi-me do nome,
 Hoje podes chamar-me de tua
 Dancei em palácios
 Hoje danço na rua
 Vesti-me de sonhos
 Hoje visto as bermas da estrada
 De que serve voltar
 Quando se volta para o nada...
 (balada de Gisberta)

²⁰ disponível em <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/01/dossie-mortes-redetransbrasil-2021-web.pdf> acessado em 03/02/2022.

Abro esta seção com a epígrafe da música “Balada de Gisberta”. Conhecida, no Brasil, na voz de Maria Bethânia, que é de autoria de Pedro Machado Abrunhosa, a canção é uma homenagem à travesti brasileira Gilberta Salse Junior, assassinada na cidade do Porto, em Portugal, em fevereiro de 2006: um símbolo da luta do movimento trans em Portugal que teve sua vida precarizada e brutalmente assassinada, conforme apresentado por NUNES (2019) que aponta a existência várias versões sobre a morte de Gisberta.

[...]a morte de Gisberta Salce Júnior –brasileira, soropositiva, transexual, imigrante ilegal e sem-teto – que, depois de desenvolver problemas relacionados à aids e de não conseguir mais se sustentar na cidade do Porto, em Portugal, onde morava, ficou vivendo em situação de rua num prédio abandonado, até que um grupo de estudantes portugueses, que frequentavam uma instituição católica, encontraram-na quando invadiram o local para pichar os muros. Gisberta foi torturada e violentada por cerca de três dias pelos jovens até ser morta. O caso virou símbolo de luta contra a transfobia no país lusitano. (NUNES, 2019, p. 151).

A partir dos contextos de vulnerabilidades apresentados, atrevo-me aqui a fazer uma análise de uma morte social de Gisberta e de Dandara, anterior aos seus assassinatos físicos. As mortes estão incorporadas às vulnerabilidades que esses corpos se encontram em contexto de adoecimento, pobreza extrema, violência de gênero e o contato cotidiano com a morte. Nunes (2019) apresenta uma análise dos fatos que envolveram o assassinato de Gilberta Salsi em Portugal; existe uma semelhança que aproxima Gisberta com o caso de Dandara e os demais dezenove assassinatos de travestis no estado do Ceará em 2017. A crueldade empregada nos casos é um dos elementos que nos permite colocar como semelhantes, aproximando uns dos outros.

Achille Mbembe (2018) me é útil, quando olho para o modo como ele mobiliza e teoricamente usa o conceito de “biopoder” de Foucault, para forjar, para construir o conceito central de “necropolítica”. Grosso modo, para Mbembe se faz necessária uma articulação entre a noção de “biopoder” e outros dois conceitos, quais sejam: o de “estado de exceção” e o de “estado de sítio”. O intento é apresentar as conexões mediatas e intrínsecas entre *política* e *morte*, como construção e opção cultural em sociedades, a partir de um estado de emergência: “na visão de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer” (2018, 17). O autor destaca como algumas parcelas de uma população – por carregarem marcadores sociais da diferença – vivem para e pelo poder da morte, pois têm o estatuto de “mortos vivos”:

(...) além disso, propus a noção de necropolítica e de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são

dispostas como objetivo de provar a destruição máxima de pessoas e criar "mundos de morte", formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de "mortos vivos". Sublinhei igualmente algumas das topografias recalçadas de crueldade (plantation e colônia, em particular) e sugeri que o necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade. (MBEMBE, 2018, p. 71).

O número de pessoas travestis e transexuais assassinadas por (possível) transfobia chegou a vinte casos, incluindo o de Dandara. Os contextos de vulnerabilidade, nos quais nos encontramos, e a ausência do Estado em promover políticas públicas constituem um grande motor é que permite a propagação dessa morte social, isto é, sujeitos que não merecem viver ou têm suas vidas precarizadas (Butler, 2019).

O Brasil é o campeão mundial em assassinato de travestis e mulheres transexuais no mundo há treze anos consecutivos. Os dados são apresentados pelo *Transgender Europe* (TGEU), que monitora dados de assassinatos de travestis e transexuais globalmente, fruto de um levantamento das organizações de travestis e transexuais e LGBT. Dos casos, 70% de todos os assassinatos registrados aconteceram na América do Sul e Central, sendo 33% no Brasil, seguido pelo México, com 65 mortes, e pelos Estados Unidos, com 53. Os dados apontam também que, nos últimos treze anos, pelo menos 4.042 pessoas travestis e transexuais foram assassinadas entre janeiro de 2008 e setembro de 2021.

Gostaria de retomar o título deste capítulo da dissertação para dialogar com o pensamento da intelectual Vera Rodrigues (2020), a saber, a ação que visa a, solidamente, construção de uma rede afetiva, teórica e política dentro da academia. Acredito que a minha formação se encontra alicerçada nessa rede proposta e vivenciada por Rodrigues, na medida em que os meus escritos estão diretamente ligados a essa articulação de afeto em uma perspectiva de construção de uma irmandade travesti. Teóricos, na medida em que faço uma articulação dos saberes produzidos pelas minhas pares, das que me antecederam. Políticos, na medida em que esta pesquisa é uma denúncia das mortes dos nossos corpos como travestis no Brasil. E, por fim, afetivos, visto que meus escritos são frutos de afecções que atravessam o meu corpo, como também os corpos de minha irmandade, ao lado das redes de aliança. Logo, a articulação dessas três palavras me define como uma travesti negra que foi formada na militância dos Direitos Humanos desde muito cedo, como já apresentado anteriormente, uma travessia, a de minha trajetória, de vida entre o ativismo, a afetividade, a teoria e a participação política de forma engajada, seja nos partidos e ou nas organizações LGBT.

No Brasil, dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais -ANTRA apontam que a cada 48 horas uma pessoa travesti e ou transexual é vítima de assassinato. Nesse

quadro, vale ressaltar: 82% das vítimas são pretas e pardas. Em 80% dos casos, houve crueldade, como carbonização, apedrejamento e decapitação. O relatório, com base nos dados coletados em 2020, revela um quadro sistemático de desumanização e transfeminicídio no país; nos mostra o interseccionamento entre “classe”, “raça” e “gênero”. Os dados me chamam a atenção para uma reflexão a respeito dos marcadores sociais da diferença (MOTINHO, 2014) conectados, necessariamente, na intersecção entre raça e classe, gênero e política, por meio da travestilidade. Este cenário mostra que nós, travestis pretas e pobres, somos mais vulneráveis ao contexto de violência e ou contato com a morte. Como aponta minha amiga e ativista Gilmara Cunha, travesti negra e favelada, psicóloga e ativista da causa LGBT em entrevista para o portal da Brasil de Fato que relata as suas experiências em contexto de favela "a mulher trans negra não é reconhecida e, na favela, a vulnerabilidade é ainda maior".

O depoimento de Gilmara Cunha é importante para pensar esses corpos em contextos de favelas que o Estado não entra e que o crime é a única lei que predomina, assim a ativista completa:

A favela é um espaço onde se reproduz o machismo, transfobia e preconceito. Se o número de mulheres trans mortas já não é quantificado com precisão, nas favelas controladas pelo narcotráfico, é ainda pior"; "Estamos lutando pelo direito de existência e pela vida com dignidade, vemos avanços de resistência nas políticas públicas, mas ainda somos um grupo vulnerável na sociedade. Ser trans no Brasil é lutar para ter o que comer, é ser um corpo descartável na sociedade heteronormativa que nos assassina diariamente e ceifa nossas vidas. (GILMARA CUNHA, 2020).

A partir das reflexões apontadas por Gilmara acima, fica muito evidente que a disputa por reconhecimento de humanidades para as travestis é uma reivindicação do movimento social organizado. Quando aponta que nossas vidas são descartáveis, a ativista nos convida a refletir o que é descartado em nossa sociedade, como algo sem valor, sem utilidade, assim nos convidando a pensar estratégias de ressignificar a forma que tratamos as diferenças, em especial as travestis negras em contexto de favela.

É importante destacar outra camada. As travestis em contextos interioranos como apresentado por (AZEVEDO, 2020), pois é a partir da desigualdade social a que estas sujeitas se encontram, que as redes afetivas vêm sendo construídas. Em contexto nordestino e interiorano, temos uma travesti que é uma fortaleza, uma ativista e que é de total importância para tratar da participação política e a participação partidária: Kátia Tapeti. Ela deu o nome ao inaugurar feitos inéditos para as travestilidades. O envolvimento das travestis nessa frente de luta – partidária e do sistema político eleitoral brasileiro – vem sendo algo crescente no Brasil na contemporaneidade, mas é importante localizar e dar nome à vanguardista deste feito.

As travestis e a participação política partidária é algo crescente no Brasil atual, mas é importante localizar e dar nome à vanguardista deste feito. Vamos aqui retornar a 1992, em Colônia, no Piauí, cidade localizada a 360 km da capital Teresina. Em um texto publicado em 26 de março de 1995 pela Folha de São Paulo com o título "travesti vira líder político no sertão", o jornalista Xico Sá mostra em que contextos Kátia Tapeti inaugura esse novo tempo das travestilidades na política, conforme conhecemos hoje. À época, o jornalista criou um perfil da vereadora recém-eleita da cidade, que realizava sua primeira eleição pois estava a pouco tempo emancipada.

O texto inicia com o que chamamos na comunicação jornalística de lide: (o que? quem? quando? onde? porque?); nesse primeiro momento, o "quem" era o nome civil de Kátia Tapeti, aqui não me interessa usá-lo. Na época com 42 anos, "vestiu-se definitivamente de mulher e hoje é liderança política numa região dominada pelo machismo". Tapeti foi eleita, em 1992, como Vereadora no extinto Partido Frente Liberal- PFL, atualmente Democratas (DEM), partido de Direita conservadora. O artigo continua: Kátia é, na definição dos seus eleitores, "pai e mãe" dos sete mil moradores do município, que vivem em ambiente miserável no interior do estado mais pobre do país. Polivalente, ela como prefere ser tratada, é o que as feministas considerariam uma mulher exemplar: assiste aos carentes, arranca dentes, aplica injeções, ajuda nos partos, cuida de crianças, distribui comida, esclarece sobre a AIDS, milita na Câmara e ainda encontra tempo para criar galinhas, porcos e dedicar-se a seu "marido".

A construção da narrativa segue no texto trazendo questões sobre a vida pessoal de Katia e suas relações no cotidiano. Xico Sá segue os argumentos: "É dessa forma que Kátia trata Benervaldo Francisco de Assis, 28, com quem vive há nove anos. Ela leva uma aliança na mão direita, símbolo que substitui o casamento oficial, legalmente impossível".

É nítido observar que o contexto histórico que Kátia estava a vivenciar era permeado das questões que entendemos hoje como travestilidade e direitos civis, que foram conquistados a partir de uma luta de décadas e está em seus primórdios. A vereadora inaugura uma nova época para as existências das travestilidades em um tempo em que a prostituição era, na vida e no imaginário geral, uma das únicas possibilidades de vivenciar as travestilidades.

Em uma voz ativa, Kátia faz uma disputa de masculinidade e feminilidade: "Sempre fui homossexual, baitola, como dizem aqui", diz. "Mas queria mostrar que era possível vencer assim, até na política, em terra de cabro macho." As expressões empregadas demonstram que existe uma autoridade para falar da sua sexualidade e da ruptura das barreiras que envolvem o universo que hoje chamamos de travestilidade, uma dualidade de masculino e feminino: as

questões que envolvem as diversidades de orientações sexuais e de identidade de gênero se misturam, pois estamos a falar de um outro tempo e em outros contextos.

Durante a campanha para vereadora, em outubro de 1992, Kátia enfrentou a indignação de muitos contra a sua pretensão. Políticos rivais, do PDT e PL, diziam que sua candidatura desmoralizava o município, recém emancipado e às vésperas da primeira eleição da sua história. Kátia deu de ombros. Percorreu todo o município a pé, montada em lombo de jegue ou bicicleta. Visitou casa por casa e saiu das urnas como a segunda vereadora mais votada, com 175 votos. O campeão obteve 240, 10% dos votos válidos para a Câmara. Ela registrou a candidatura com dois nomes: Zé de Bastim – como era conhecida desde criança, por ser filha de Sebastião Nogueira Tapeti— e Kátia. Na hora do voto, Zé foi lembrado por 55 eleitores e Kátia ganhou a preferência da maioria: 120 dos 175 votos. "Isso provou que me olham mais como mulher do que homem", diz a vereadora.

O jornalista constrói uma narrativa, por meio das reflexões de Kátia sobre essa dualidade de nome, gênero e sexualidade; a vereadora, na época, estava por construir imagens e possibilidades não apenas sobre e para a sua identidade, mas estava também sobre e para uma comunidade que estava no início de sua organização política no Brasil. Kátia também foi eleita como vice-prefeita de colônia em 2004.

Importante aqui falar sobre as agências empregadas por travestis na desmistificação das convenções, que foram construídas para as travestis em um contexto marcado por uma moralidade reacionária. Atualmente, as travestis vêm ocupando espaços de poder com uma maior frequência do que no final do século passado. Mesmo com um discurso contrário às identidades de gênero no Brasil, encapado pela ultradireita e encabeçado pelo atual presidente da república, estamos por ocupar espaços para construir resistência. Dando continuidade ao feito de Kátia Tapeti, estamos a ocupar espaços políticos de poder como as universidades, o parlamento municipal, estadual, congresso nacional e espaços de gestão, anteriormente impensáveis para os corpos das identidades travestis.

Nas eleições nacionais de 2018, tivemos as primeiras travestis a ocupar cadeiras nas assembleias legislativas, a exemplo de Erica Malunguinho (PSOL), Erika Hilton em mandato coletivo também por São Paulo e Robeyonce pelo (PT) de Pernambuco. Trago à baila as questões que envolvem as representações políticas para pensar como estão sendo construídas as narrativas sobre as travestilidades em um contexto brasileiro, conforme esses corpos ocupam espaços de poder, como passam a enfrentar forças em um contexto maior de visibilidade, mas também de violência, de perseguição política, de ameaças de morte constantes para estas parlamentares. Acredito que isso tenha uma relação direta com a nossa estrutura racista,

machista, transfóbica e colonial, que é uma estrutura rígida e difícil de ser rompida, sendo uma marca da sociedade e da política brasileiras. Na contramão de promover direitos, lideranças – em sua maioria – da direita brasileira perseguem as nossas vidas nestes espaços de poder.

Nas últimas eleições de 2022, as travestis e transexuais continuam fazendo história na política por representações no poder legislativo brasileiro, pela primeira vez o congresso terá duas deputadas federais: uma travesti preta e uma mulher transexual. São elas: Erika Hilton do PSOL de São Paulo e Duda Salabert, do PDT de Minas Gerais. Outras sujeitas travestis tiveram uma votação expressiva, mas não obtiveram o assento no parlamento nacional a exemplo de Thabata Pimenta, do PSB do Rio Grande do Norte, e Robeyoncé Lima, do PSOL de Pernambuco. O estado do Rio de Janeiro elegeu, pela primeira vez, uma deputada estadual transexual negra, professora e doutora. Dani Balbi garantiu o assento na Assembleia Legislativa no Estado do Rio de Janeiro pelo Partido Comunista do Brasil – PCdoB. O Estado de Sergipe elegeu Linda Brasil como a deputada estadual mais votada para o cargo na Assembleia Legislativa de Sergipe; Linda continua fazendo história: a vereadora, agora eleita deputada estadual. Ela foi a primeira na câmara municipal e agora a primeira no parlamento estadual.

Fazer um paralelo entre os nomes das travestis que estão por ocupar espaços de visibilidade na política é também invocar os nomes das travestis e transexuais que foram assassinadas, creio que estamos por construir ações que pautam direitos e a construção de formas de humanidades, a partir do ativismo político, seja ele nas universidades, no movimento social organizado, nos espaços de poder a exemplo do legislativo. Mas, também nas ruas – muitas de nós só têm esse lugar para sobreviver e muitas das vezes para morrer.

Na dimensão do invocar, para que as nossas mortes não caiam em esquecimento, julgo importante mencionar as que foram tombadas pela violência e pela omissão do Estado brasileiro, são elas; Dandara Katheryn, Paola Oliveira, Hérica Isidoro, Pinha Priscila, Jennifer, Ketlin, Julhão Petruk, Salomé Bracho, Rayane, Larissa, Gabriela Sousa, Natália Moura, Nega Maradona, Priscila, Canoa e diversas outras que não sabemos os nomes, porque não foram nomeadas nem depois de mortas, a invisibilidade de suas existências e de suas humanidades que continuam por ser retirada.

Como aponta a pesquisadora Jacqueline Gomes de Jesus, o quanto da importância de nomear como uma marca importante da existência das pessoas, das comunidades e dos povos. Pensar a construção de nomear e “dizer quem é quem”.

Os nomes surgem como algo que nos dão, que a nós atribuem, e que se tornados, com a construção que cada pessoa faz de si, a partir de quem se considera ser e da realidade que cerca, aquilo que acatamos como nosso ou que mudamos, para o que melhor

entendemos nos representar. Assim se dá com as pessoas, mas também com os povos e os grupos sociais. (JESUS, 2018, p, 380).

Dessa forma, atribuir nome é dar sentido à vida e à existência, seja de uma e outra comunidade e ou de construção de raízes, afetivas, políticas, parentescos e de humanidade, assim articulo as contribuições de Iêda Figueiró para pensar o epistemicídio travesti a exemplo dos nossos nomes, saberes e existência. O apagamento histórico de nosso conhecimento, dos saberes produzidos por nós, tratado sempre como o não científico e/ou, muitas das vezes, o não acesso aos espaços de educação formal como as escolas e as universidades, que estão estruturadas em um pensamento generificado e colonial, que, muitas das vezes, oprimem as diversidades.

Como já mencionado por mim anteriormente, nossos corpos e identidades foram tratadas no campo do clandestino, por não obedecerem a uma lógica cisnormativa, branca e colonial; a ruptura desse modelo de produção de saber ocidental, necessita urgentemente de uma fissura para um futuro rompimento. Como é ainda muito recente, em um tempo histórico, a inserção dessas vozes no espaço da academia, considerando assim as primeiras travestis e transexuais doutoras em universidades públicas no Brasil é datada do início do século XXI a exemplo de Jaqueline de Jesus, Luma de Andrade, Megg Rayara, Adriana Sales, Leilane Assunção, Amaira Moira e Fran Demétrio, que foram as pioneiras a tocar nessas estruturas que são as universidades brasileiras, as travestis e pessoas trans acima citadas estão no campo das ciências humanas aplicadas em sua maioria. Suas contribuições são de total importância para que outras travestis possam romper com esses modelos de pensamento que negam a existência de uma história das sujeitas travestis anteriores a esse tempo da organização política como conhecemos na contemporaneidade.

A marca do tempo mostra que as nossas lutas estão atreladas ao direito de existir, a exemplificação prática e à reivindicação do reconhecimento do nome social, que esteve nas lutas do movimento social organizado de travestis no Brasil. Assim, destaco ser uma das primeiras pautas de uma comunidade, que passa pelo direito de se nomear, de dar o nome. As lutas por direito à identidade, fazer nomes, que é, também e sobretudo, fazer corpos: fazer pessoa. Pelo nome e a partir dos nomes muito se segue.

Dar o nome também é parte da existência travesti no Brasil. A Dandara Katheryn, que é homenageada na obra "Uma mulher de nome bonito", que apresenta questões analíticas da vida, da morte e do julgamento de seus assassinos, de autoria de Cavichioli (2021), e que também tenciona as estruturas de poder, que é uma marca das identidades ditas dissidentes. O autor nos convida a refletir sobre a invisibilidade pós-morte e mostra que Dandara, mais uma

vez, teve seu nome (in)visibilizado pela mídia, após seu assassinato. Negar nossos nomes é negar a nossa existência e nos apagar, pois somos nomes, somos corpos e somos travestis.

O nome de uma pessoa a faz estar no mundo de forma singular, registrar sua presença particular, a destaca da multidão. De todas as pessoas que serão mencionadas, a única que nunca pôde ter sua verdadeira identidade reconhecida foi Dandara. Oficialmente ela nunca existiu. Apagada na vida e na morte. Nunca pôde estar no mundo a partir de sua autoidentificação, de seu autorreconhecimento. Nomear Dandara é um ato de responsabilidade, uma forma de reconhecer sua existência como alguém cujos direitos foram violados, como tardiamente admitiram os sistemas de justiça nacional e internacional. Sua história exige o testemunho de seu extermínio. Nomeá-la é forçar a reconhecer o seu rosto, identificá-la como travesti assassinada à luz do dia, abandonada à decisão de vida ou morte sobre sua vida precarizada e destruída de humanização. (CAVACHIOLI, 2021, p. 45).

A Dandara Katheryn, como mais à frente abordarei em detalhes, foi vítima de uma *outra série* de violências, ligada ao seu nome: sobrenome apagado e silenciado; sobrenome renomeado em detrimento da autonomia e escolha da própria Dandara, que virou, na opinião pública, “dos Santos”.

Somente há pouco tempo que pessoas travestis e transexuais passaram a ser reconhecidas, no Brasil, tendo o direito de alterar o prenome e gênero no registro civil sem que passem por cirurgia de redesignação sexual, processo judicial e/ou laudos médicos em nome dos princípios da autodeterminação e da dignidade da pessoa humana. Assim decidiu a maioria do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento de ações que trataram do tema, em sessões nos dias 28 e 29 de março de 2018. O relator do caso, ministro Marco Aurélio, defendeu a “vivência desimpedida do autodescobrimento, condição de plenitude do ser humano” e considerou:

[...] dever do Poder Público, no Estado Democrático de Direito, promover a convivência pacífica com o outro, na seara do pluralismo, sem admitir o crivo da maioria sobre escolhas exclusivamente morais, sobretudo quando decorrem de inafastáveis circunstâncias próprias à constituição somática da pessoa.

Como observamos acima, apenas em 2018 que nós, travestis e transexuais, conseguimos acessar o direito à retificação de prenome e gênero na certidão de nascimento; acredito que o nome é uma marca de humanidade como apresentado na defesa dos ministros da suprema corte brasileira. Esse direito garantido é um marco importante para o movimento de travestis e transexuais, e, em especial, para as/os sujeitas/os travestis, mulheres e homens transexuais que passaram a ser reconhecidas no Brasil.

Continuo aqui analisando alguns depoimentos da suprema corte sobre a matéria aprovada no intuito de observar os argumentos utilizados pelos ministros. Importante ressaltar que os avanços obtidos no movimento nacional LGBT são frutos de uma grande articulação da

sociedade civil organizada com o Supremo Tribunal Federal: foi assim com o casamento civil em 2011, com o reconhecimento da retificação de prenome e gênero em 2018 e com o reconhecimento da LGBTfobia aos crimes de racismo em 2019.

A garantia da humanidade da pessoa travesti e transexual não era pauta até o ano de 2018, pois não era reconhecido e nem respeitado o nome, assim você, logo, não existe, pois, o nome é como uma marca individual; o ministro Marco Aurélio sentenciou, “a dignidade da pessoa humana tem sido desprezada em tempos tão estranhos e deve prevalecer o direito do ser humano de buscar a sua integridade e apresentar-se à sociedade como de fato se enxerga”.

Continua o ministro: "impedir uma pessoa de ter seu nome alterado de acordo com o que entende de si pode levá-la à depressão, à prostituição e até mesmo ao suicídio". O ministro Luís Roberto Barroso acompanhou as propostas dos colegas: “Estamos escrevendo uma página libertadora para um dos grupos mais marginalizados e mais estigmatizados da sociedade”, assim votou o magistrado. A análise ocorreu em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), na qual a Procuradoria-Geral da República (PGR), discute se é possível dar interpretação conforme à Constituição ao artigo 58 da Lei 6.015/1973, reconhecendo o direito de transexuais à substituição de prenome e sexo no registro civil, independentemente da cirurgia.

Há também um Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que manteve decisão de primeiro grau permitindo a mudança de nome no registro civil, mas determinando que a parte passasse por cirurgia de transgenitalização. Todo cidadão tem direito de escolher a forma como deseja ser chamado. Assim definiu o Supremo Tribunal Federal, nessa quinta-feira (1º/3/2018), por unanimidade, ao reconhecer que pessoas trans podem alterar o nome e o sexo no registro civil sem que se submetam a cirurgia. O princípio do respeito à dignidade humana foi o mais invocado pelos ministros para decidir pela autorização.

Com o resultado, o/a interessado/a na troca poderá se dirigir diretamente a um cartório para solicitar a mudança e não precisará comprovar sua identidade psicossocial, que deverá ser atestada por autodeclaração. A maior parte dos ministros, no entanto, acompanhou a divergência aberta por Edson Fachin. O ministro Celso de Mello afirmou ser “imperioso acolher novos valores e consagrar uma nova concepção de direito fundada numa nova visão de mundo, até mesmo, como política de Estado, a instalação de uma ordem jurídica inclusiva”. Trata-se de uma conquista que evidencia, em sua representatividade e em seus meandros, a construção de uma central de humanização das travestis e pessoas trans.

Alinhada com a ideia acima, trabalho nas próximas páginas em um processo de uma construção teórica em diálogo com as travestis, dando o nome e seus sobrenomes no intuito de

uma proposição teórica e prática de um alinhamento de saberes, epistemes, centrada na produção das travestis e suas contribuições intelectuais, sejam na academia e ou movimentos sociais.

Bruna Benevides, em Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil, em 2017, realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, publicado no ano de 2018, denuncia o contexto de violência letal em que se encontra essa população. Bruna Benevides contribui para a reflexão de um *duplo assassinato* da população de travestis e transexuais ao denunciar a ausência de trato com o nome dessas sujeitas pós-morte.

O Estado, ao ignorar a existência da população Trans, os males impostos a ela, se omitindo diante dos números, está chancelando a continuidade das violações e assassinatos. O problema se agrava quando, muitas vezes, a mídia ao publicar o nome de registro da vítima ou desrespeitar sua identidade de gênero, comete um duplo assassinato. Isso para não citar as famílias que optam por ser intolerantes, que apagam de vez a existência de suas familiares, ao enterrá-las com nomes e roupas que não as representam. Se houvesse uma lei que tipificasse a LGBTfobia, poderíamos sonhar com um combate eficaz a essas mortes, um levantamento real dos dados, que em sua maioria absoluta acabam passando impunes ou tratados como um crime comum, por motivação torpe. Ignorando o contexto e as violências específicas a que está exposta a população trans. (BENEVIDES, 2018, p. 7,8).

Ao denunciar os conjuntos de violações que as nossas identidades estão por sofrer até pós-morte, mostra-nos que apresentamos o contexto de violência letal a que estamos por experimentar, desde muito cedo, em sua grande maioria, como apresenta a intelectual Luma Nogueira de Andrade em sua pesquisa intitulada “travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa”.

O nome pelo qual atendemos não é apenas nosso, antes de nos pertencer traz uma história que faz referência a outra pessoa que atende ou atendia pelo mesmo nome, sendo na maioria das vezes escolhido pelos familiares como uma forma de induzir o receptor a trilhar o percurso de vida que consideram adequado. É assim que as pessoas são induzidas a seguir um caminho pré-determinado e trilhado, é assim que damos significado aos nomes que as crianças recebem. Portanto, o nome expressa um desejo em potencial de familiares em relação aos seus receptores na tentativa de estes assumirem o papel previamente determinado a ser desempenhado na sociedade. (NOGUEIRA, 2015, p. 242).

Assim como Luma Nogueira de Andrade, o nome que foi atribuído a mim, em meu nascimento, nunca esteve associado com as minhas experiências enquanto uma sujeita travesti, nunca foi algo que me pertenceu. Só apenas no ano de 2018, a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, que obtive o direito de retificar o meu prenome e gênero na minha certidão de nascimento. Anteriormente, no ano de 2014, pleiteei, junto à justiça, o direito à retificação do meu prenome e gênero, por meio de um processo judicial junto à quarta vara de família, no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. O meu pedido nunca foi atendido.

No que se trata de nome social, o movimento social organizado de travestis e transexuais cearense, por meio de uma incidência política junto à Secretaria de Educação do Ceará, iniciou a pleito em 2012 junto a Secretária de Educação, na época Izolda Cela, hoje Governadora do Estado do Ceará, que enviou o pedido do movimento ao Conselho Estadual de Educação. O conselho que aprovou uma normativa que autoriza o uso do nome social em toda a rede estadual de ensino. Importante destacar que o ano de 2012 foi marcado pela defesa da tese de doutorado da ativista e intelectual Luma Nogueira de Andrade que denunciou essa problemática nas escolas estaduais, a tese de doutoramento de Luma é um marco na luta por nome social no estado do Ceará.

Em seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem, com facilidade, adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido a educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo o uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis que caracterizam a institucionalidade da transfobia no Brasil. (JESUS, 2018, p.388).

Como desenvolve Jaqueline Gomes de Jesus, é visível que existe uma estrutura de transfobia no contexto brasileiro, que, somada às desigualdades sociais que nossos corpos estão por experimentar, contribui para a violência muito cedo, como aponta os estudos das organizações de travestis e transexuais sobre as expectativas de vida de uma travesti ser de 35 anos de idade. Quando a travesti é negra e pobre essas vulnerabilidades são potencializadas. A partir desse horizonte, lanço o seguinte questionamento: onde estão as travestis?

3.2 Onde estão as travestis?

“Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, tempo, tempo, tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo, tempo, tempo, tempo”
(oração ao tempo - Caetano Veloso)

Saudação ao tempo “Nzara Kitembo!” Para iniciar esta seção que seguem nas próximas páginas, que não são apenas palavras ou um texto solto em nada, aqui trato de escritos de um ativismo, de uma antropologia travesti, memórias de uma nordestina, e sou umas das pretas que resiste ao racismo, colonialismo e ao imperialismo. Sou filha de Santana do Acaraú, minha cidade natal, filha do útero da dona Lindalva, filha de Iansã, filha de Xango, filha do

mundo e na travestilidade, sou filha de Thina Rodrigues que me nomeou, sou irmã de mais um montão de pretas e tia de uma nova geração de crianças pretas que estão por conviver as e nas diferenças ainda muito cedo.

Sou uma pessoa a escrever sobre humanidades de travestis no contexto brasileiro, estou alinhada afetivamente com as minhas mais velhas, minhas ancestrais, minhas mestras e minha irmandade. Daqui para frente, será um grande vai e vem, puxo e encolhe, escritos sobre dores, afetos, resistências e existência em uma articulação com o individual e o coletivo.

O tempo vem sendo um ancestral importante, aqui o trato como um deus, e um dos deuses mais lindos, conforme o trecho da música de Caetano Veloso. Acredito no tempo como um grande articulador dos meus caminhos, um tempo em que tudo sabe e que vem juntinho comigo nesse exercício de refletir os ensinamentos da antropologia, junto com o meu lembrar, com o reviver e com o meu planejar no decorrer da escrita desta dissertação. Junto com Dandara, estamos por dar o nome e o sobrenome das travestis numa perspectiva de construir narrativas de humanidades para e com as travestis em Fortaleza (CE).

O tempo traz a marca de uma temporalidade que não é dos relógios, mas uma marca do tempo da natureza, o tempo da Lua, do sol, das estrelas e o tempo dos ventos. Estou a lembrar as dores que atravessam o meu corpo, as felicidades vividas, as experiências nos ativismos, a memória de uma construção de corpo, de identidade e a marca de um conjunto de opressões que, agrupadas a partir do meu pertencimento racial, a identidade de gênero se articula entre si para dar contorno a minha existência. As opressões que se articulam a partir de minhas vulnerabilidades, o acesso cotidiano às violências e à ausência de políticas públicas que reparem os contextos de vulnerabilidades que marcam meu corpo, minha identidade como uma pessoa negra e travesti, das minhas manas das "quebradas" que, assim como eu, estão por fabricar corpos e identidades.

Escrever sobre o meu pertencimento racial é refletir sobre os lugares que não são dados a esses corpos no contexto brasileiro e na Antropologia, que concentra nossos corpos aprisionados. É também pensar nos agenciamentos produzidos por nós, numa perspectiva de superação dessas mazelas sociais, numa proposta de desconstrução de uma moralidade que nos desumaniza, de desconstrução da normalização da ideia de que nas cadeias é algo natural estar lotadas com pessoas do meu povo.

Sueli Carneiro (2011), em "Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil", apresenta-nos questões importantes para pensar a humanidade: "a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, conseqüentemente leva à naturalização da desigualdade de direitos" (p. 15). De um lado, temos mais humanos e, de outro,

menos humanos, o que nos leva a pensar que existe uma "naturalização" e ou uma autorização para tratar esses menos humanos como sujeitos inferiores e que todas as violências são permissíveis a esses corpos.

A articulação das lutas de classe e raça é estruturante para pensar as desigualdades sociais no Brasil como aponta Carneiro (2011) ao apresentar dados do Índice de Desenvolvimento Humano para dar forma a esse argumento:

Mais recentemente, economistas vêm qualificando a magnitude dessas desigualdades a ponto de, neste momento, podemos afirmar que vivemos em um país apartado racialmente. De fato, as disparidades nos Índices de Desenvolvimento Humano entre brancos e negros revelam que o segmento da população brasileira auto declarado branco apresenta em seus indicadores socioeconômicos - renda, expectativa de vida e educação - padrões de desenvolvimento humano compatíveis com os de países como a Bélgica, enquanto o segmento da população brasileira autodeclarado negro (pretos e pardos) apresenta índice de desenvolvimento humano inferior ao de inúmeros países em desenvolvimento, como a África do Sul, que a menos de duas décadas, erradicou o regime do *apartheid*. (CARNEIRO, 2011, p.18).

Os contextos de desigualdades entre brancos e negros apresentados por Carneiro me leva à seguinte reflexão: onde estão as travestis negras brasileiras? As travestilidades estão invisíveis nos dados produzidos para os diagnósticos sobre as desigualdades no Brasil, não sabemos sequer em quantas somos, quais as nossas necessidades reais no campo do acesso às políticas públicas. A partir dessa invisibilidade, organizações de travestis e transexuais vêm produzindo dados ainda experimentais para apresentar os contextos socioeconômicos, vulnerabilidades às violências e acesso às políticas públicas.

Para ilustrar o contexto de desigualdade social que as travestis se encontram no Brasil, a Rede Nacional de Pessoas Trans produziu um documento chamado CENSO TRANS que visa a apresentar os contextos de vulnerabilidade social que nós travestis encontramos no contexto brasileiro:

Em resposta à ausência de dados do perfil socioeconômico da população de travestis e mulheres transexuais no Brasil, por parte dos órgãos competentes, a Rede Trans inicia uma discussão de um questionário contendo perguntas sobre o perfil de identidade de gênero, idade, cor/raça, moradia, escolaridade, condição de trabalho, conhecimento sobre nome social e nome civil, saúde, acesso a teste de HIV, prevenção, uso de drogas, serviço ambulatorial do processo transexualizador, uso de silicone industrial e discriminação por identidade de gênero. (SOUZA; ARAÚJO. 2022, p. 12).

Os dados foram coletados pelas próprias lideranças travestis e transexuais em dez capitais brasileiras; os questionários continham em torno de trinta questões e foram aplicados juntos às travestis e mulheres transexuais, somando um total global de 1.161 questionários respondidos e sistematizados pela rede trans, no decorrer do primeiro semestre de 2022.

O documento representa uma sistematização das respostas que fornece um retrato do panorama do contexto social, econômico e de violência de travestis e transexuais de gênero feminino que, de alguma forma, estão envolvidas com a prostituição e ou são atendidas pelas organizações locais de travestis e transexuais nas capitais em que a pesquisa foi aplicada. Tive a oportunidade de coordenar essa iniciativa e o processo da sistematização dos dados, como apresentado no relatório por Dediane Souza e Tatiane Araújo.

Acredito ser importante ressaltar que os dados aqui refletem os contextos que a população de travestis e transexuais de gênero feminino se encontra em capitais dos estados brasileiros e que estão em contexto de prostituição e ou são atendidas por organizações de base que trabalha com esse público. Acredito ser importante destacar que o contexto de vulnerabilidades que nos encontramos é de total importância para realizarmos uma leitura dos dados que logo vamos apresentar. (SOUZA; ARAÚJO. 2022. p. 12).

Um ponto importante é a autodeclaração das respondentes. Ela nos mostra que não existe uma universalidade das vivências do que chamamos no movimento de identidade de gênero, antes, o contrário, o que há são múltiplas formas de se autodeterminar como identidades diversas: quando perguntadas sobre a sua autodeclaração de identidade de gênero, as pessoas responderam que 41,4% mulheres transexuais, 29,9% travestis, 7,9% mulheres travestis e 20,3% transexuais, totalizando o percentual de 61,7% das respostas de pessoas que estão se autodeclarando como mulheres transexuais e ou transexuais, assim como 37,8% de travestis e mulheres travestis, mostrando a diversidade da população conforme já apresentado.

A idade das pessoas, que responderam o Censo Trans da Rede Trans Brasil, estão majoritariamente na idade de jovens de até 29 anos, somando o número de 69,7%. A autodeclaração de cor e raça mostra que 58,7% do total das respondentes do Censo Trans se reconhecem como pessoas negras (pretas ou pardas). A identidade de gênero, idade e raça são marcadores importantes para pensar os lugares onde estamos ocupando.

Os dados mostram que 64,1% não possuem o ensino médio completo e que 33,9% não chegaram a concluir o ensino fundamental. A baixa escolaridade das pessoas de identidade de gênero – transexuais, travestis, mulheres travestis e transexuais – tem uma relação direta com a transfobia no ambiente escolar e a ausência de políticas de valorização das diversidade nas escolas brasileiras, fazendo com que os corpos destas sujeitas não vejam a escola como uma possibilidade, gerando assim uma evasão e expulsão escolar, já que a marca desse abandono é a *violência institucional*. O contexto de baixa escolaridade, que afeta a população de travestis e transexuais, tem correlações efetivas com o caminho das pessoas em direção à prostituição no país, cenário que necessita ser reparado urgentemente com políticas públicas. Aliada à baixa escolaridade, temos a ausência de trabalho formal que receba pessoas travestis e transexuais: a

soma desses fatores mostra o agravamento das vulnerabilidades, que estão estruturadas na idade, raça, baixa escolaridade e a ausência de oportunidade de emprego e renda para essa população no Brasil.

O contato com a violência e a discriminação tem uma relação direta com o corpo e como apresentamos a nossa travestilidade e/ou a transexualidade. Perguntadas se já sofreram algum tipo de violência e ou discriminação em decorrência da identidade de gênero, as marcas das violências institucionais demonstram que o maior violador de direitos de pessoas travestis e transexuais é o Estado Brasileiro, tendo que responder com urgência sobre as nossas vidas e nossas mortes como os dados apontam; 74,1% relataram que foram maltratadas em algum tipo de serviço de saúde; 67,7% foram expulsas de lugares públicos; 68,7% relatam agressão por policial e 64,3% foram expulsa de instituições educacionais.

A outra dimensão da violência é comunitária (compreendida como vizinhança, trabalho e família). Os números mostram argumentos já trabalhados aqui na dissertação a exemplo de que 69,8% foram expulsas dos lugares onde moravam; 85,1% relatam já ter sofrido algum tipo de violência verbal; 72,1% relataram ter sofrido violência sexual e 71,7% foram expulsas ou excluídas do ambiente familiar.

Os números de violências relacionadas a trabalhos: 78,7% sentiram-se discriminadas em busca de trabalho; 71,5% já foram discriminadas ou demitidas de um trabalho; 66,9% já foram exploradas no exercício do trabalho sexual e o contato com a violência parece ser uma marca das identidades de travestis e transexuais no Brasil, um total de 77,8% relatam ter sofrido violência física.

Os dados mobilizados são frutos das iniciativas das organizações da sociedade civil de travestis e transexuais, visto que, sem números sistematizados pelo Estado, passa-se a coletar dados para a construção de uma agenda de incidência política e de denúncias junto aos governos e as organizações internacionais de Direitos Humanos.

Sayonara Nogueira (2022) apresentou, no “Relatório Reflexões sobre os Dados do Censo Trans”, informações importantes para tencionar o contexto do apagamento das demandas da população de travestis e transexuais no Brasil, por meio dos dados que permitem instruir a elaboração de políticas públicas.

Em 2022, a Justiça Federal do Acre determinou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluísse questões sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo Demográfico de 2022. A medida acolhe um pedido do Ministério Público Federal do Acre e vale para todo o país, mas o IBGE anunciou que irá recorrer da decisão da

Justiça Federal do Acre e que não é possível incluir a população LGBT no recenseamento que iniciou no dia 1º de agosto de 2022 e que está em curso.

Estou a refletir também a partir da minha localização enquanto uma pessoa que pertence a esses grupos tidos como subalternos: a construção de dados é importante para pensar as elaborações de políticas públicas que possam diminuir os contextos de violência que é uma marca do racismo e a transfobia no Brasil. A população de travesti negra está em uma estrutura social de subemprego e/ou na prostituição, pois esses lugares são frutos de uma marca do racismo estrutural, conforme apresentado por Silvio Almeida (2021). Acredito que esse emaranhado de violência que meu corpo está por vivenciar, no que se tange ser uma pessoa negra no Brasil, travesti e pobre, como estão articulados às opressões de raça, identidade de gênero e classe, como já apontado anteriormente.

Importante demarcar que todas essas diferenças estão alicerçadas na minha construção identitária e racial, enquanto uma pessoa que reivindica o *status* de humana, uma sujeita que vem, ao longo de sua vida, dedicando-se ao ativismo, nas lutas da classe trabalhadora e pelo reconhecimento da sua humanidade e de seus pares (Crenshaw, 1991)

Resgato aqui, de modo breve, coisas que desenvolvi anteriormente. O racismo e suas marcas me atravessam desde a minha infância, período em que era comum escutar que "além de preto era viado"; essas memórias são seguidas de um conjunto de conflitos no âmbito comunitário. Lembro perfeitamente de ter tido uma infância super violenta ou de uma autorização da vizinhança para os xingamentos, diariamente tendo que escutar o "pei, pei matei um gay", isso era cotidiano. Na escola, os conflitos eram diários: certo dia, um rapaz, que estudava comigo, pediu para que abrisse a mão, ao assim fazer, ele colocou um besouro preto em minha mão, só percebi quando fui ferroadada; era uma dor sem tamanho, lembro de sair da sala de aula e só chorar, a minha turma estava por rir pelas próximas semanas da situação. Acreditava que apenas a transfobia estava operando neste contexto, hoje tenho certeza que não era somente isso, pois se tratava-se de uma pessoa branca, que me colocou nesse lugar de inferioridade, uma marca do racismo que enfrentei e me colocou nos lugares de corpo onde tudo era possível para uma sujeita com uma menor humanidade (Carneiro, 2011).

Em uma outra camada, a marca do jornalismo brasileiro constrói por meio de sua constante e hegemônica reprodução de estereótipos, preconceitos e de invisibilidade de sujeitos historicamente discriminados – como é o caso das travestis brasileiras. Porquanto, como eu falei há algumas páginas, esta pesquisa surge a partir das minhas inquietações enquanto travesti e jornalista que, em 2017, um ano em que os casos de assassinatos de travestis no Ceará obteve uma maior visibilidade midiática, senti-me provocada a pensar o fenômeno da invisibilidade

das travestis na mídia cearense, uma invisibilidade das pautas de reivindicação política e de denúncia pública dos casos que envolveram os assassinatos de vinte travestis durante só no ano de 2017.

Para a construção de algumas propostas analíticas da pesquisa, faz-se necessário compreender o papel do jornalismo e suas múltiplas plataformas e meios de circulação como apresentado por Carlos Alberto de Carvalho em “Jornalismo, Homofobia e Relações de Gênero”, em 2012:

Como exemplo das possibilidades não fragmentadoras do jornalismo, tomemos um assassinato motivado por homofobia. Ao narrá-lo, a notícia se aterá aos elementos de singularidades que o tipificam, como autor e vítima, local e peculiaridades – detalhes sobre a arma utilizada, nível de crueldade e outras variáveis que contribuam para o esclarecimento daquele acontecimento. No nível das particularidades, ainda que não necessariamente explicitado pela notícia, temos o fato de ser homofobia uma prática largamente difundida, portanto, aquele não é um crime isolado, nem motivado por uma exceção. Pelo contrário, há outros registros de crimes homofóbicos, além dos muitos que não chegaram ao conhecimento do público das mídias noticiosas. Na perspectiva da universalidade, aquele crime, potencialmente, projeta noções mais complexas, como as origens da homofobia e os modos como ela se manifesta em diversas realidades socioculturais. (CARVALHO. 2012, p. 124 e 125).

A partir das contribuições de Carvalho (2012), é importante pensar o jornalismo como uma prática importante na denúncia das violências e violações de direitos que pessoas travestis estão enfrentando, uma violência *sistemática e cotidiana*. O autor apresenta as violências na dimensão apenas da homofobia, esquecendo as múltiplas identidades do movimento LGBT, contudo, aqui incorporo, na minha análise, os contextos de lesbofobia e transfobia.

Sodré (2002) nos traz à baila uma reflexão sobre um olhar de uma mídia fragmentada, que necessita pensar em profundidade as pautas que promovam cidadania de forma mais estruturada, para provocar um olhar mais próximo de contexto geral de violência que as populações mais vulneráveis se encontram no país.

O conteúdo midiático – tanto na mídia tradicional quanto nas redes ciberculturais, na hipermídia – apresenta-se como um fluxo heterogêneo, senão estilhaço, de dados significativos da existência, mas sempre sob modalidades de discursos afins ou compatíveis como microuniversos de eticidade cotidiana. (SODRÉ, 2002, p.54).

Sodré coloca, por outro lado, uma observação importante sobre visibilizar os sujeitos como uma possibilidade de cidadania. A população de travesti está fora de diversas instituições: representação na grande mídia, na política e na academia. Necessitamos repensar o lugar que essas sujeitas ocupam para avançar no campo da cidadania e na possibilidade de visibilizar as pautas dessas pessoas como um compromisso social de minimizar a desigualdade. A representatividade do caso Dandara Katheryn, na disputa dos imaginários sociais, traz a

heteronormatividade como uma compulsão, negando a existência de outras possibilidades. Carvalho (2012) complementa: o jornalismo como uma construção social da realidade e não apenas como um espelho da realidade.

Butler (2019), em sua obra “quadro de guerra: quando a vida é passível de luto?”, convida-nos para refletir alguns contextos que as vidas das travestis brasileiras se encontram. A condição precária da vida nos impõe uma obrigação. Devemos nos perguntar em que condições se torna possível apreender uma vida ou um conjunto de vidas como precária, em que condições isso se torna menos possível ou mesmo impossível.

Entender os enquadramentos dados aos assassinatos de travestis no Brasil é algo importante para a construção de uma análise sobre o assassinato de Dandara em Fortaleza.

3.3 Dandara e a pressão por ações do Estado

“Dandara Katheryn, identificada pela imprensa como Dandara dos Santos, foi morta em Fortaleza (CE), em 2017. “Sua tortura à luz do dia foi filmada e disponibilizada nas redes sociais, à princípio como um prêmio para quem expressa seu ódio por meio de uma execução que remete às leis abraâmicas. Por fim, diante da mobilização das organizações e ativistas, as imagens serviram como prova para a condenação dos criminosos”, (Neon Cunha Mulher para o site Catarinas, 2020)

Neon Cunha, uma pessoa "transgênera" (termo usado pela Neon para se identificar) e negra, apresenta elementos importantes para pensar o lugar de humanidade da Dandara Katheryn. Cunha nos chama atenção para a reflexão de que Dandara seria, para seus assassinos, um prêmio. "A travesti foi coisificada, posta em um carro de mão. Como se fosse cimento ou tijolo. Tiraram sua condição de humano" como foi apresentado pelo advogado assistente de acusação do caso de Dandara, Hélio Leitão – em entrevista ao jornal O Povo. A partir dessa reflexão do Advogado do caso Dandara, passo a refletir o contexto de humanidades das travestis no Brasil: quem pode ser humana? Como podemos tirar a humanidade de *alguém que nunca teve esse lugar?*

Tomando uma definição de *humano*, sintetizada por Clifford Geertz (2019), para encaminhar pontos de minha descrição, interpretação e análise:

[...] Tornar-se humanos é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas. Os padrões culturais envolvidos não são gerais, mas específicos - não apenas o "casamento", mas um conjunto particular de noções sobre como são os homens e as mulheres, como os

esposos devem tratar uns aos outros, ou quem deve casar-se com quem; não apenas "religiosa", mas crenças na roda do Karma, a observância de um mês de jejum ou a prática do sacrifício do gado. O homem não pode ser definido nem apenas por suas habilidades inatas, como fazia o iluminismo, nem apenas por seu comportamento real, como faz grande parte da ciência social contemporânea, mas sim pelo elo entre eles, pela forma em que o primeiro transformado no segundo, suas potencialidades genéricas focalizadas em suas atuações específicas. É na *carreira* do homem, em seu curso característico, que podemos discernir, embora difusamente, sua natureza e apesar de a cultura ser apenas um elemento na determinação desse curso, ela não é o menos importante. Assim como a cultura nos modelou como espécie única — e sem dúvida ainda nos está modelando — assim também ela nos modela como indivíduos separados. É isso que temos realmente em comum — nem um ser subcultural imutável, nem um consenso de cruzamento cultural estabelecido. (GEERTZ, 2019, p.37-38).

Tenho que problematizar o lugar de humanidade das travestis e transexuais no Brasil: *a visibilidade dos invisíveis*, porque estamos invisíveis na perspectiva do acesso às políticas públicas e na reivindicação do lugar de humanidade, porém, estamos *visíveis para as mais diversas formas de violências* que possamos imaginar como apresenta Tim Ingold (1994), em “Animalidade e Humanidade”:

[...] não há apenas uma maneira humana de ser. A "aptidão para a cultura", sejam quais forem os demais sentidos da expressão, é uma capacidade de gerar diferença. Nesse processo criativo, que se realiza no curso ordinário da vida social, e através dele, é que a essência da condição de humanidade se revela como diversidade cultural. (INGOLD, 1994, p.08).

Isso revela que a essência de humanidade é algo construído a partir do contexto social, então, pensar que nós travestis não temos humanidade, perpassa pelo entendimento de que nossas vidas não são passíveis de serem vividas, como se fosse necessária uma autorização do outro para existir, assim como se esperasse que alguém nos desse a devida humanidade tal como um título, visto que falamos de humanidades e construção de corpos e identidades.

É preciso questionar: quais concepções de humanidade estão em cena? E quem era a travesti Dandara? Antes de seu assassinato, não tínhamos notícias sobre ela e nem sobre outras travestis, numa perspectiva de humanidade como uma categoria identitária. Quantas sujeitas travestis, assim como Dandara, não têm ou não tiveram a mesma notoriedade em vida, da importância de suas vidas como sujeitas de uma sociedade, como *entes* humanas?

O livro de Vitória Holanda, “O casulo Dandara”, publicado pela editora CeNe, em 2019, traz narrativas da infância de Dandara e de sua melhor amiga. Consta, na publicação, uma seção dedicada às brincadeiras e à infância: a autora apresenta memórias de um tempo marcado por brincadeiras e cumplicidades de crianças nos bairros da periferia de Fortaleza da década de 1980: Vitória era recém-chegada no bairro Conjunto Ceará e Dandara já era moradora junto com seus familiares. O grupo Balão Mágico era o grande sucesso nas casas dos brasileiros. Na narrativa de Vitória, a ausência de televisão em cores na casa e família de Dandara, levava

aquele garotinho para outra dimensão, de cabelos loiros e cacheados, olhos verdes e sorriso aberto, que logo foi acolhido pela amiga. Aquele garoto, que se tornaria a Dandara, tinha aproximadamente sete anos de idade, costumava ir à casa da amiga para ver os programas matinais, tomar “bananada” e comer biscoitos, preparado pela mãe de Vitória; Dandara era encantada com as cores da TV.

Essa criança, narrada por Vitória, torna-se travesti e caminha por todas as vivências em comum à história das travestilidades, naquilo que se estabelece como a dor e a delícia de ser quem somos: a dor da construção dos corpos, muitos deles fabricados pelos silicones industriais e pelas intervenções estéticas, assim como o contato cotidiano com as violências e negação de direitos; a delícia da dimensão do desejo, de viver na plenitude, de romper com a lógica binária de gênero e poder ser o que queremos ser, sem os impedimentos e opressões a nós impostas desde que nós entendemos travestis.

Dandara, assim como eu e várias outras travestis, realizamos trânsitos: sejam eles corporais, identitários e/ou geográficos. Conforme aponta a reportagem produzida pelo Jornal O Povo no dia 07 de março de 2017, na página 03 no caderno cotidiano. A travesti prestativa, alegre e cheia de amigos; com 42 anos, Dandara Katheryn era conhecida no bairro onde morava, o Conjunto Ceará, periferia de Fortaleza (CE), pelo bom humor e prestatividade. Assassinada brutalmente em 15 de fevereiro de 2017, no bairro vizinho, o Bom Jardim, Dandara deixou lembranças alegres em quem conhecia.

Além de amigos, Francisca, mãe de Dandara, foi entrevistada pela equipe do jornal, que contou um pouco da trajetória da travesti: conta que “ela foi para São Paulo por volta dos 25 anos e lá morou por uma década. Voltou a Fortaleza e descobriu ser HIV positivo. Bebia, fumava, mas a família não tinha conhecimento se usava drogas ou pelo menos nunca apareceu em casa sob seus efeitos”.

Como observamos acima, no depoimento da mãe de Dandara, o trânsito de Dandara de Fortaleza (CE) para São Paulo (SP) é algo tido comum às travestis e transexuais nos anos de 1990, na busca da transformação corporal e de uma autonomia financeira. É importante aqui ressaltar o contexto dos anos 1990 tendo em consideração que, a partir do depoimento de Francisca, Dandara ficou por São Paulo por uma década e não conseguiu realizar seus sonhos.

A cidade de São Paulo é a maior capital do país, historicamente ficou conhecida pelas travestis, em especial as nordestinas e nortistas, como um lugar bom para ganhar a vida. Um lugar onde as travestis faziam seus trânsitos, sejam os corporais, os geográficos e ou uma espécie de estágios antes de deixar o Brasil para países da Europa, os destinos mais procurados Itália e Espanha.

Embora Dandara tenha residido por dez anos na capital paulista, no imaginário das suas contemporâneas, este era o lugar bom para a prática da prostituição e de maior acesso aos procedimentos de mudanças corporais, a exemplo de implante de prótese mamária, uso de silicone para a transformação corporal e, por conta de ser uma grande metrópole mundial, considerando que a convivência com o preconceito e a discriminação é menos visível.

Seguindo na mesma reportagem, a equipe pergunta sobre sonhos e Francisca relata: “ele tinha muita amizade e ganhava muitas roupas. Vivía de vender o que ganhava”, citou a mãe. O sonho era montar um salão de beleza e comprar um carro. Francisca disse que os amigos pagaram o caixão, o ônibus que levou as pessoas ao cemitério e as fotos que ficaram em cima do caixão, que não pôde ficar aberto. “Pra mim, vingança é só Deus. Se Ele achar que a pessoa merece, Ele se vinga por ele e por mim”. E diz, sobre o vídeo que ganhou o mundo: “Quando as pessoas o viram daquele jeito, ele já estava em paz”.

A mãe de Dandara emprega o pronome "ele" para se referir à filha, uma prática que é comum nas mães das travestis. Quando a transição ocorre na juventude é mais comum o reconhecimento dessa identidade feminina, na minha situação existe uma diferenciação no tratamento, pois minha mãe muito cedo reconheceu que estava por me descobrir uma pessoa "diferente". Aos dezessete anos, saí de casa e passei um tempo sumida nesse processo de transição, retomando o contato apenas dois anos depois; já tinha feito os trânsitos corporais, minha mãe e meus irmãos não demoraram para perceber que eu estava por reivindicar uma identidade travesti e, para isso, era necessário o tratamento no feminino e me reconhecer pelo nome que adotei para encarar a vida real.

Dandara representa bem o sentido da existência da nossa experiência enquanto sujeita travesti no Brasil: resistente aos empecilhos que a vida proporciona, mais resiliente na perspectiva de acreditar em uma nova possibilidade de vida. Contudo, essa vida foi interrompida: em 15 de fevereiro de 2017, o mundo passava a se mobilizar para se comover com um assassinato brutal uma travesti no bairro do Bom Jardim em Fortaleza, que passaria a mobilizar o Brasil para pensar os contextos de violências a que nós, travestis e transexuais, no Brasil, estamos submetidas.

Dandara pautou todos os veículos de comunicação em suas diversas modalidades; então, iniciei uma pesquisa a partir das notícias veiculadas no jornal O Povo. Nesse período, eu estava ocupando uma cadeira enquanto Conselheira do Conselho de Leitores do O Povo, que o jornal mantém, desde 1998, um coletivo de leitores que se reúne mensalmente para avaliar sua cobertura editorial. O Conselho é composto por cerca de quinze integrantes (podendo haver pequenas variações a cada ano) e é escolhido pela própria Redação para um mandato de um

ano, com possibilidade de recondução de dois integrantes para o ano seguinte. Uma de suas principais características é a diversidade de perfis sociais, de modo a representar a pluralidade de público do O Povo. O Conselho é mais uma ferramenta de avaliação do Grupo. Eu ocupava esse espaço representando o movimento LGBT cearense por indicação dos profissionais de comunicação daquele jornal.

Além dos contextos apresentados em notícias no jornal, devem-se levar em conta os dados produzidos e que retratam a violência contra travestis, contextualizando aquele momento. Como os que foram produzidos e relatados pelo Centro de Referência LGBT Janaína Dutra - CRLGBT, sistematizados no Levantamento do LGTBcídio em Fortaleza e no Estado do Ceará (2017), os quais apontam o número de assassinatos e o perfil das vítimas LGBT do referido ano. O estudo mostra que, apenas no Ceará, foram trinta assassinatos com possíveis atravessamentos da LGTBfobia e, destes casos, 67% são de travestis e transexuais, totalizando o número de vinte assassinatos, sendo dezenove travestis e mulheres transexuais e um caso de homem trans. Os dados chamam atenção para refletir o alto número de travestis e transexuais assassinadas, proporcionalmente, tendo em vista que o número de pessoas dessa população, que visualmente é inferior ao número de outras categorias políticas da sigla, está vivenciando a violência e os assassinatos com uma maior frequência, comparado a outras populações em contexto de vulnerabilidade social.

Ressalte-se que o Brasil não produz dados oficiais para quantificar o número da população LGBT brasileira, tendo apenas dados de denúncias de violências sistematizadas por meio do Disque 100, canal de denúncia de violências e/ou violações de Direitos Humanos, sendo assim uma população invisibilizada do ponto de vista de dados oficiais sobre o perfil socioeconômico e de dados reais sobre: tamanho da população, suas reais necessidades de acesso às políticas públicas de cidadania e direitos, bem como suas vulnerabilidades.

Acrescente-se a isso a dificuldade de apresentar um perfil social mais próximo da realidade de LGBT em maior contexto de vulnerabilidade e de formulação de políticas públicas de acesso à cidadania. As travestis e transexuais apresentam um maior contexto de vulnerabilidade social, como apontam os dados do levantamento do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, no ano 2017, o qual mostra que os corpos de pessoas travestis e transexuais estão mais sujeitos à violência letal.

Os dados do CRLGBT Janaína Dutra são frutos de um processo coletivo que envolve órgãos públicos de segurança, entidades de Direitos Humanos, movimento LGBT e dados levantados por pesquisa hemerográfica via monitoramento semanal de notícias veiculadas na imprensa local.

Travestis e Transexuais apresentam o perfil identitário mais vulnerável à violência letal intencional com possível atravessamento da LGBTfobia no Ceará, corresponde a 67% das vítimas de homicídios catalogados, totalizando 20 casos em 2017. Das 19 mulheres travestis e transexuais identificadas como vítimas, 06 não tiveram suas ocupações conhecidas e 11 foram relacionadas por alguma fonte ao exercício da prostituição, mesmo que eventual. Tal fato indica que os contextos de vulnerabilidade social, em especial a relação excludente do mercado de trabalho formal para com as pessoas trans, podem ter uma relação determinante ou potencializadora de acesso à violência letal. (Levantamento do LGBTcídio em Fortaleza e no Estado do Ceará, 2018, p.7).

Além das violências a que estamos sujeitas, convivemos com o exercício quase que compulsório do trabalho sexual que é ainda uma das poucas possibilidades que nós travestis encontramos para a sobrevivência no Brasil. Considerando isso, faço o seguinte questionamento: quais são as outras populações no Brasil que tem a prostituição como a mais frequente e preponderante forma de subsistência? Essa é uma realidade da população de travestis que encontram apenas a prostituição como trabalho, tendo em vista que, no mesmo local onde se ganha recursos para sobreviver, é o mesmo lugar que nossos corpos são eliminados, são tombados por facadas, tiros, estrangulamento, coração retirado do corpo, apedrejamento e abandonados em matagais como uma vida não passível de luto (Butler, 2020).

Quando a população de travestis não acessa direitos básicos como educação, trabalho, emprego, renda e saúde, demonstra-se que estamos falando de uma estrutura de opressão que nos invisibiliza até no pós-morte; a ausência de políticas públicas é o retrato do descaso com nossas vidas. O acesso à cidadania para as travestis e transexuais é algo ainda distante da realidade brasileira. Existe uma política de morte social que nos (travestis) categoriza como pertencentes a uma categoria menos humana e sujeitas que não alcançam o direito à vida, à cidadania plena, dignidade e reconhecimento de uma identidade travesti.

Voltando à questão. A síntese do caso de Dandara, que foi catalogado pelo CRLGBT Janaína Dutra, ilustra o tamanho da crueldade empregada no extermínio de Dandara, assim como o de outros assassinatos reunidos e sistematizados no mesmo ano. Caso de número 04, nome social com as iniciais D.F, iniciais de nome de registro A.C.F.V, identidade; travesti, data do homicídio: 15/02/2017, bairro; Bom Jardim e no campo circunstâncias e observações;

Torturada por pelo menos 12 pessoas em via pública, foi humilhada e espancada à exaustão. Ainda com vida, os envolvidos a levaram em um carro de mão para um lugar ermo no bairro, onde foram feitos disparos com arma de fogo em sua cabeça. Parte da ação foi registrada em vídeo e circulou nas redes sociais. Não houve prestação de socorro. Os suspeitos foram identificados e, no dia 05 de abril de 2018, 05 deles foram a júri popular na 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Fortaleza. 04 foram condenados por homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, meio cruel e uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima) e 01 condenado por Homicídio duplamente qualificado. Até o fechamento deste relatório, 02 indiciados ainda se encontravam foragidos e 01 aguardava julgamento em prisão preventiva. 04 menores

de idade envolvidos tiveram seus processos tramitados na vara da Infância e Adolescência. (Levantamento do LGTBcídio em Fortaleza e no Estado do Ceará, 2018, p.16).

O crime cometido contra Dandara traz elementos que julgo importante para a construção de análises para pensar as humanidades que foram negadas a ela por parte da vizinhança que assistiu à sua tortura e ao seu espancamento, em praça pública, e que não se comoveram com aqueles atos de tortura perpetrados contra ela. A síntese apresentada, no relatório do CRLGBT Janaína Dutra, mostra-nos o emprego da crueldade e da banalidade da vida de uma travesti que estava sendo espancada e torturada como uma vida que não merecia ser vivida.

Analisando as notícias veiculadas no jornal O Povo sobre o assassinato de Dandara, faço uma costura com as contribuições de ativistas LGBT da cidade de Fortaleza que foram ouvidas como fonte pelo Jornal durante a cobertura do assassinato de Dandara.

A primeira fonte a ser ouvida pela equipe de reportagem do Jornal O Povo é a travesti Helena Vieira: "Às vezes é violência puramente de ordem transfobia. Mas a marca do ódio é grande. Sempre inclui tortura, espancamento, esquarteramento". A intelectual Helena Vieira traz elementos importante para pensar as articulações que os crimes que são cometidos contra os corpos e vidas das travestis carregam as marcas da crueldade e da tortura que são características dos *modus operandi* dos crimes de ódio.

Wescla Vasconcelos destaca:

Nós nos solidarizamos. Fomos tomados por um grande sentimento de dor em nossos corações pelo que aconteceu com a Dandara. A ideia foi construir esse ato, registrando na Feira de São Cristóvão, [Rio de Janeiro], um símbolo do Nordeste nesta Cidade, um ato de repúdio à violência contra a população LGBT, principalmente a travestis e transexuais.

A travesti cearense Wescla relata a movimentação ocorrida para a mobilização por justiça por Dandara e todas as outras travestis assassinadas disputando espaços da identidade nordestina como é a feira de São Cristóvão na Cidade do Rio de Janeiro, fazendo essa articulação imediata do assassinato de Dandara e espaços físicos de identidade nordestina na capital sudestina.

A travesti piauiense Tertuliana Lustos assim se coloca: "Somos todos Dandara" e "Respeite as travestis". "Ninguém pode agredir uma travesti e tirar a sua vida. De nenhuma pessoa". A atual Coordenadora da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da Prefeitura Municipal de Fortaleza, na época, era presidente do Conselho Municipal de Promoção dos Direitos LGBT, Labelle Silva Rainbow: "se fazem necessárias ações reais, que de fato mudem a vida das pessoas e que garantam dignidade e segurança". Labelle invoca questões práticas da

ausência de políticas públicas para mudança do contexto de vulnerabilidade que as travestis cearenses se encontram.

A ativista Silvia Cavalleire assim se posiciona: “Como as travestis e pessoas trans são mais agressivas porque é a negação do nosso direito à nossa identidade de gênero. Nós não queremos visibilidade só em período de eleição, nós queremos políticas públicas na prática, como decretos, portarias e projetos de lei”. A ativista e intelectual cearense que atualmente reside em Niterói - RJ e ocupa função de Diretora da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra, Bruna Benevides, destaca que, diante deste cenário, o julgamento dos acusados de torturar e matar Dandara dos Santos se torna emblemático.

A referência do emblemático que Bruna destaca é o reconhecimento da qualificadora do crime de transfobia que está sendo disputado pela acusação do caso de Dandara: o Advogado Hélio Leitão e o Promotor de Justiça Renan Palácio. Tema que abordarei com mais detalhes e vagar no próximo capítulo.

“O Caso da Dandara pode ser um divisor de águas, em que teremos uma condenação por assassinato motivado por transfobia, que é esse ódio que as pessoas têm contra as travestis e transexuais. Há 10 anos, estamos denunciando que o Brasil vem se superando no índice de assassinatos de travestis e transexuais. E esse caso joga luzes sobre essa que é, hoje, nossa luta principal: sobrevivência”, a ativista travesti apresenta questões que julgo importante analisar aqui na sequência; os dados apresentados nesta pesquisa são frutos deste esforço relatado.

Ao citar ainda a subnotificação como fator que dificulta um diagnóstico mais preciso sobre o problema, Bruna ressalta que a forma como Dandara morreu não foi um fato isolado. “Nossa pesquisa mostra que 85% dos assassinatos contra travestis ou transexuais contém requintes de crueldade. O Caso Dandara escancara isso, mas ele também foi filmado. Isso mostra que as pessoas se sentem confortáveis em desumanizar, matar, violentar e expor tudo sem pudor”, assim ressalta a pesquisadora Dáry Bezerra.

“As travestis continuam sendo assassinadas e a gente precisa cobrar do governo, da segurança pública, medidas efetivas que venham a transformar essa realidade”, segundo Ari Areia. “A brutalidade desse caso e os criminosos terem filmado e publicado isso, foi muito constrangedor. Deixar de dar uma resposta teria sido ainda mais”, analisa o militante e integrante do Fórum Cearense LGBT.

Acredito ser importante marcar aqui o rosto de Dandara Katheryn em vida, de forma a destoar das imagens veiculadas nas redes sociais de sua tortura em praça pública, em vídeo feitos pelos assassinos e das que foram veiculadas nos jornais. A centralidade é dar vida e humanidade neste processo de escrita da dissertação. Dandara assim como uma boa parcela da

população de travestis passou pela construção de uma identidade travesti, que tem como marca uma construção corporal e identitária, que foi retirada quando observamos o vídeo de sua tortura; aqui apresento uma foto de Dandara pousada, afim de desconstruir imagens de sua tortura.

Figura 1 – Dandara pousada para as redes sociais.



Fonte: Arquivo pessoal/ divulgação na internet

No dia 10 de março de 2017, quando sociedade civil, militantes, familiares de vítimas de LGBTfobia e políticos protestaram por efetivação de direitos em frente ao Palácio da Abolição, o governador Camilo Santana (PT) anunciou uma série de ações como o decreto que permite o uso do nome social em serviços públicos prestados pelo Estado e a possibilidade de atendimento a travestis e transexuais na Delegacia da Mulher.

A portaria que regulamenta o atendimento de travestis e transexuais nas Delegacias de Defesa das Mulheres - DDM vítimas de violência doméstica e familiar foi assinada pelo Delegado Geral da Polícia Civil e publicada em 10 de março de 2017; a portaria trata sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha Nº 11.340/06 às vítimas de violências travestis e transexuais de gênero feminino.

Dandara é homenageada na Lei nº 16.334 que institui o dia estadual de combate à transfobia no estado do Ceará; a lei é de autoria do então deputado estadual Elmano Freitas

(PT), eleito governador do estado do Ceará em 2022, que foi sancionada em 13 de setembro de 2017, pelo então Governador Camilo Santana, senador eleito pelo PT, nas eleições de 2022.

O conteúdo na lei segue:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Combate à Transfobia no Estado do Ceará. Parágrafo único. O Dia Estadual de que trata o *caput* deste artigo será no dia 15 de fevereiro, em homenagem à travesti Dandara dos Santos. Art. 2º O Dia Estadual do Combate à Transfobia, instituído por esta Lei, passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Ceará. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Lei Municipal nº 10.709, de autoria da vereadora Larissa Gaspar, do PT, estabelece a data de 15 de fevereiro como o Dia Municipal de Enfrentamento à Transfobia em Fortaleza, na forma que indica. A lei foi assinada pelo Prefeito em exercício Salmito Filho em 05 de abril de 2018, como segue:

Art. 1º. Fica estabelecida, no âmbito do Município de Fortaleza, a data de 15 de fevereiro de cada ano como o Dia Municipal de Enfrentamento à Transfobia. Art. 2º. A Prefeitura Municipal de Fortaleza, através do seu setor competente, promoverá ações e parcerias a fim de divulgar a referida data, e de incentivar o combate à transfobia, bem como as demais formas de discriminação em decorrência de orientação sexual, identidade ou expressão de gênero. Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apesar dessa inegável conquista, quero aqui sublinhar algo que desenvolvo mais à frente, contudo precisa ser aqui ressaltado. Essa lei municipal traz, em si, em sua forma de visibilização, o paradoxo de invisibilizar algo central às socialidades travestis. O nome de Dandara é apagado, como um segundo assassinato para usar a imagem antes desenvolvida, porquanto Dandara, na lei, vira Santos, e não Dandara Katheryn, o seu efetivo nome. Mais à frente retomarei esta questão; no momento, é importante só frisar este paradoxo, que, no mais, atravessa boa parte das conquistas que o movimento travesti carrega. A lei que visa a visibilizar, a dar a ver, é também a mesma lei que traz em sua *literalidade* o apagamento de Dandara, o apagamento de sua pessoa, já que se dá em seu próprio nome.

A partir dos compromissos assumidos pelo Governador do estado do Ceará em reunião com o movimento social LGBT em 10 de março de 2017, com as demandas de criação dos seguintes mecanismos da política pública LGBT: Conselho de Combate à Discriminação LGBT, Criação do Centro Estadual de Referência LGBT e o Plano Estadual de Políticas LGBT.

O Conselho de Combate à discriminação foi criado a partir da Lei Estadual nº 16.953/2019 em agosto de 2019 e sancionado pelo Decreto Estadual nº 33.906/2021, conforme o art. 1º, com a finalidade de órgão consultivo e deliberativo vinculado à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBT, da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania,

Mulheres e Direitos Humanos – SPS, com a finalidade de elaborar, acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), destinadas a assegurar a essa população o pleno exercício de sua cidadania.

Em 07 de abril de 2017, o Governo do Estado do Ceará decreta a criação do Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Estado do Ceará e dá providências correlatas. Composto por metas e ações a serem cumpridas pelo Governo do Estado do Ceará no que se trata no parágrafo único - a implementação do Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Estado do Ceará, além das Secretarias de Estado, poderá envolver parcerias com outras instâncias governamentais. O plano é resultado da 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para a população LGBT realizada em 2016. Apenas após a reunião, que foi resultado da manifestação realizada pelo movimento social, que essas ações passam a ser implementadas, o que chamo de apelo após a morte de Dandara.

O Centro Estadual de Referência LGBT Thina Rodrigues foi inaugurado em 18 de outubro de 2021: o equipamento de proteção e promoção dos direitos LGBT é o primeiro equipamento do Governo do Estado do Ceará para o atendimento específico da população LGBT em contexto de violência e discriminação. O centro homenageia a ativista travesti Thina Rodrigues a qual já apresentei no início da dissertação.

No Congresso Nacional, tramita o Projeto de Lei Nº 7.292/2017 que é uma homenagem à Dandara, de autoria da Deputada Federal Luizianne Lins do PT do Ceará, apresentado na Câmara Federal em 04 de abril de 2017; o projeto de lei tem como finalidade alterar o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o LGBTcídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o LGBTcídio no rol dos crimes hediondos. O PL se encontra na comissão de Direitos Humanos e Cidadania desde o dia 06 de outubro de 2021 para relatoria da Deputada Federal do PT do Distrito Federal Erika Kokay.

O deputado Weverton Rocha (PDT-MA) elaborou, em conjunto com o segmento do PDT Diversidade, o Projeto de Lei 7702/17 que, se aprovado, chamar-se-á Lei Dandara. A proposta inclui o crime de discriminação ou preconceito de orientação sexual e de identidade de gênero na Lei 7.716, de 1989 – que já define transcrições resultantes de preconceito de raça ou de cor. O PL encontra-se na mesa diretora da Câmara Federal desde 11 de maio de 2021.

Apresentada aqui as iniciativas que foram implementadas após assassinato de Dandara Katheryn, para mostrar a capacidade de mobilização que a travesti, que foi brutalmente assassinada, passou a mobilizar entorno das pautas de políticas públicas para a população LGBT em Fortaleza, no Ceará e no Brasil. Pautas que estavam paradas e sem movimentação ganharam adesão, impulsionamento e implementação a partir do diálogo estabelecido com o poder público estadual. Iniciativas de leis foram encaminhadas, algumas aprovadas nas instâncias legislativas municipal, estadual, ao lado de outras iniciativas que tramitam no congresso nacional.

Dandara, como já apresentado, torna-se um símbolo da luta por direitos humanos LGBT no Brasil, é homenageada ao emprestar seu nome para uma rua do Bairro Granja Lisboa, que integra o grande Bom Jardim, inaugurando, pela primeira vez na história cearense, esse feito. A rua com o seu nome está localizada no bairro em que foi assassinada na periferia de Fortaleza, bairro com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humanos. Dandara Katheryn carrega, na sua trajetória situada, assim como no seu pós-morte, uma forma de signo, que passa a ancorar noções de humanidade, de existências, de direitos, que assumem, ao lado de outra série de lutas e movimentos políticos das travestis de central importância, o espaço simbólico e social capaz de assegurar direitos e produzir visibilidades para pessoas que, na história deste país, foram alocadas assimétrica e violentamente nas margens.

4. ANÁLISE DA COBERTURA DO ASSASSINATO DE DANDARA KATHERYN NO JORNAL O POVO

4.1. Dandara: A travesti prestativa, alegre e cheia de amigos

“Não há o que comemorar repetimos a cada ano e as nossas vozes não ecoam aonde deveria chegar. Estamos à mercê de nós mesmas. Quem chora por nós? Quem vai contribuir com a vaquinha pra enterrar mais uma? pra que não seja enterrada como indigente, sim porque abjeta já somos, a sociedade já nos cunhou esse adjetivo”.

Keila Simpson, presidenta da Antra

A intenção, neste capítulo, é apresentar um esboço de hipóteses, interpretações e análises da pesquisa a partir dos seguintes questionamentos: quais as narrativas produzidas pelo Jornal O Povo sobre o assassinato de Dandara? Quais as repercussões do caso Dandara na centralidade do debate sobre assassinatos de travestis e quais categorias antropológicas, sociológicas e filosóficas atravessam o contexto de violência vivenciada pelas travestis no Brasil? Assim, quer-se abordar o modo como o Jornal O Povo tratou o caso de Dandara, observando as notícias produzidas e veiculadas no período proposto pela pesquisa. Aqui irei trabalhar de forma categorizada, observando a cronologia dos eventos que envolveram o assassinato da travesti e seus desdobramentos.

Anderson Cavichioli (2021) realizou uma descrição, que já apresentei no início desta dissertação, do vídeo que viralizou nas redes sociais em 03 de março de 2017, dezesseis dias após o assassinato da travesti. O vídeo chama atenção do mundo pelo emprego da violência e da forma que Dandara estava sendo tratada em via pública e à luz do dia. Após a tortura e a humilhação, os assassinos levaram a travesti para o final da rua e dispararam dois tiros e finalizam o processo de execução de Dandara. Peço licença à/ao leitor/a para reproduzir, novamente, o trecho, apesar da dor que ele carrega e desperta, na medida que, agora, no texto, tirarei maiores consequências do fato.

Muitos gritos e risadas são ouvidos: “sobe nisso aí seu viado feio”! “Vai viado despeitado”! “Sobe nessa buceta, arrombado”! “Tu tá embaçando aqui na favela baitola”! “A imundiça tá de calcinha e tudo”! “É pra botar aqui dentro”! “É pra botar ele na tora pivete”! A sequência de agressões inclui chutes, chineladas e golpes com pedaços de madeira em diferentes partes do corpo de Dandara, principalmente em sua cabeça e rosto. Sem forças, Dandara tenta levantar-se, mas falha. Três agressores, um segurando-a pelas tiras de sua camiseta e outros dois pelos pés, arremessam no carrinho de mão (CAVICHOLI, 2021, p.15).

Apresento abaixo um quadro com as notícias para uma melhor visualização das manchetes e a repercussão que o caso tomou na imprensa cearense. O quadro ilustra uma visão panorâmica da produção jornalística que venho propondo na pesquisa: como Dandara pós-morte passa a agendar a mídia para denunciar não apenas seu assassinato, mas descortinar uma série de homicídios cometidos contra travestis no Ceará.

Quadro 01 - Levantamento do material publicado no jornal O Povo/títulos das matérias

Manchete	Data	Seção e Pág.	Desdobramento
“Bom Jardim. “Travesti é espancada até a morte: A morte de Dandara dos Santos, no último dia 15 de fevereiro, foi filmada pelos agressores e o vídeo viralizou ao longo do dia de ontem”.	04/03/2017	Cotidiano, pág. 4.	<i>EM PRÉ-CARNAVAL</i> – Outra travesti foi vítima de espancamento coletivo em fevereiro.
“Crime de ódio contra Dandara – Morte brutal de travesti causa comoção e revolta”.	04/03/2017	Capa, pág. 1.	(chamada na capa em destaque).
“Iracema travesti e o bode”.	05/03/2017	Memória, pág. 8.	(crônica de Demitri Túlio, das antigas).
“Ato. No RJ, travestis e transexuais protestam após a morte de Dandara”.	06/03/2017	Cotidiano, pág. 6.	
“Caso Dandara. Quatro adolescentes suspeitos estão internados por 45 dias”.	07/03/2017	Radar, pág. 12	
“Dandara dos Santos. A travesti prestativa, alegre e cheia de amigos”.	07/03/2017	Cotidiano, pág. 3.	

“Espancamento coletivo – Quatro adolescentes apreendidos por morte de travesti”.	07/03/2017	Capa, pág. 1.	(destaque na capa com uma foto da mãe de Dandara com uma foto 3x4 e o questionamento, quem foi Dandara dos Santos, a chamada da capa chama para o conteúdo do dia, cotidiano, vertical e opinião).
“Dandara. Cinco pessoas envolvidas na morte de travesti são capturadas”.	08/03/2017	seção: cotidiano, pág. 4.	Hérica (Izidório – Família de travesti espancada em fevereiro na Avenida José Bastos enfrenta dificuldades).
“A baixo a transfobia!”,	09/03/2017	seção: cotidiano, pág. 2.	(coluna vertical por Eliomar Lima)
“Crime. Dandara foi alvo de linchamento após boatos, diz polícia”.	10/03/2017	seção: cotidiano, pág. 2.	
“Depoimentos indicam que Dandara foi vítima de justicamento após falsa acusação de roubo”,	10/03/2017	seção: CAPA, pág. 1.	(chamada de capa).
“Direitos. Em reunião, Camilo assume compromisso com LGBTs”.	11/03/2017	seção: cotidiano, pág. 4.	(página inteira com uma coordenada- GRUPOS LGBT – Protesto cobra direitos e justiça para casos de violência).
“Deu no New York Times”	12/03/2017	Farol.dom, pág. 2.	(uma crônica do André Bloc - Jornalista do O Povo) sobre a repercussão do caso Dandara no <i>New York Times</i> .
“Dandara e a Fortaleza descompensada”.	12/03/2017	Seção: memória , pág. 8.	(crônica de Demitri Túlio – Das Antigas).

“Transfobia e homofobia”. “Não é só espancamento”.	12/03/2017	seção: Aguanambi 282. dom, pág. 15.	(Entrevista com o Coordenador da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual de Fortaleza Paulo Diógenes).
“Desculpas por estar chorando, mas não consigo parar de chorar”	12/03/2017	seção: Farol, pág. 4.	(Destaque de frases de Francisca Ferreira de Vasconcelos, mãe de Dandara e frases do Governador Camilo Santana).
“LGBTFOBIA. O sacrifício de Dandara e a pressão por ações do Estado”	15/03/2017	seção: cotidiano, pág. 4.	(reportagem especial de página inteira).
“Como Dandara me dói vez enquanto”.	17/03/2017	seção: Vida & Arte guia, pág. 8.	(Caderno Cena G, Émerson Maranhão).
“Manifesto: Arte para Dandara”.	18/03/2017	seção: Vida & Arte, pág. 1. (capa inteira).	
“Frases”.	19/03/2017	seção: farol, pág. 4.	(frases do irmão de Dandara e do Padre Expedito Telles).
“Dandara. Relatório do MPCE detalha como agiu cada um dos envolvidos”	25/03/2017	seção: cotidiano, pág. 3.	(com uma coordenada – LGBTFOBIA – Dandara, Hérica e Paulete: a demanda por respeito e justiça).

Fonte: produção da autora.

O título deste tópico faz menção a uma manchete publicada no jornal “O Povo”, no dia 07 de março, página 03, caderno: cotidiano – “DANDARA DOS SANTOS. A travesti prestativa, alegre e cheia de amigos”. Com 42 anos, Dandara Katheryn era conhecida no bairro onde morava, o Conjunto Ceará, pelo bom humor e prestatividade. Assassinada brutalmente, em fevereiro de 2017, deixou lembranças alegres em quem conhecia. A manchete da notícia

acompanha uma foto de Francisca Ferreira de Vasconcelos, 75 anos, mostrando uma foto 3x4 da filha Dandara, a mesma foto que acompanha a chamada da capa do jornal no dia 07 de março de 2017.

Trago, aqui, para as análises, o debate da relação de parentesco que foi construído pelo jornal, a foto de Francisca, mãe de Dandara é a imagem mais reproduzida pelo jornal; as entrevistas têm uma constância, de alguma forma a sua narrativa de humanidade, na frase acima grifada por mim, deixa nítido a intenção de humanização do jornal na construção de uma personagem que era prestativa e cheia de amigos. Creio que esse apelo editorial está estruturado na busca de sensibilização da sociedade e/ou na justificativa dos leitores do jornal em convencimento de que uma pessoa como Dandara não merecia morrer daquela maneira.

A chamada da capa do jornal O Povo vem acompanhada da seguinte frase? Quem foi DANDARA DOS SANTOS?

Figura 2 – Imagem de Mãe de Dandara segurando uma foto 3x4 Dandara – imagem veiculada no Jornal O Povo em 04 de março de 2017.



Fonte: Jornal O Povo

A narrativa retrata o percurso de Dandara até o local onde foi brutalmente assassinada à luz do dia, filmada e viralizada nas redes sociais: “quando subiu na moto que a levaria ao local onde o vídeo de seu espancamento foi feito, Dandara dos Santos deu tchau e sorriu para quem estava ao redor”. Era 15 de fevereiro de 2017. Naquela rua, no Conjunto

Ceará, ela cresceu, fez amigos, distribuiu favores, cuidou da mãe, dançou... Dandara era querida e alegre. Até quem nem a conhecia direito, sabia da fama de educada e brincalhona.

A primeira notícia publicada no jornal O Povo é datada de 04 de março, na capa, a seguinte manchete em letras garrafais chamando a atenção dos leitores: “CRIME DE ÓDIO CONTRA DANDARA: MORTE BRUTAL DE TRAVESTI CAUSA COMOÇÃO E REVOLTA”.

Figura 3: Capa do Jornal O Povo no dia 04 de março de 2017 – Primeiro material publicado sobre o assassinato de Dandara.



Fonte: Arquivo pessoal

A narrativa do jornal, em primeiro momento, nomeia Dandara e cria-se um sobrenome para construir um personagem mais redondo, afinal todas as pessoas têm, no mínimo, um nome e sobrenome, então é criada a Dandara “dos Santos”, de 42 anos, que foi agredida até a morte. O crime ganhou visibilidade e grande repercussão após denúncia pública feita pelo vídeo que os agressores fizeram questão de documentar para mostrar poder sobre o território. As palavras empregadas no repertório do vocabulário dos assassinos de Dandara apresentam questões ligadas diretamente à diminuição da experiência das travestis, o emprego dos termos de baixo calão e exemplifica o tamanho da transfobia e do ódio a Dandara.

Eu já fiz referência, há algumas páginas a essa questão, mas com mais detalhes agora desenvolvo o ponto. O sobrenome de Dandara é *Katheryn* e, assim, passarei, a partir

daqui, tratá-la pelo seu nome e sobrenome corretos, partindo da compreensão do respeito à construção de nome que é uma dimensão importante das travestilidades. Nomes são corpos, são identidades, são vidas. Assim como em minha experiência, quando Thina me nomeou, passei a existir como Dediane Souza, assim compreendo que Dandara passou a existir e performar como Dandara Katheryn como um processo de poder nomear-se. Quando O Povo cria um sobrenome para Dandara sem uma apuração da verdade, o Jornal está diretamente comprometido com a negação da existência de um processo de construção das travestilidades assim como as mudanças corporais, o nomear as travestis é o reconhecimento de sua construção individual e política de nossa existência. O nome que Dandara escolheu para si é o nome real, uma nomeação que faz parte do seu processo de construção de sua pessoa, de sua existência, da sua identidade travesti e de sua humanidade.

A invenção do sobrenome para a Dandara, pelo O Povo, é colocar o desejo e a autonomia da própria pessoa, de se nomear, como algo de menor importância; trata-se de um artifício violento que nega a construção da pessoa travesti e das subjetividades que perpassam as vivências das travestilidades. O sobrenome dado a Dandara foi “Santos”, uma nomeação super “higienista”, e negando o seu verdadeiro nome, Katheryn. Essa forma de negação é, em sua inteireza, outra forma violenta de negação, qual seja: o modo de conhecimento e de atuação típico das construções e práticas, com propriedades formais e estéticas, de nomeação das travestis, por sua vez fundado e situado numa série de concepções e ações êmicas. A anulação e o silenciamento de Katheryn – repito, um sobrenome que coloca visível e com saliência os tropos e a estética das travestis, com fins políticos e existenciais – a favor do uso de um outro sobrenome “neutro” (etimologicamente colonial), um sobrenome super difundido e popular no país. Trata-se de uma das formas mais frequentes de violência perpetradas contra travestis e pessoas trans, quando o Cistema quer calá-las, ou ainda negá-las direitos fundamentais. O ato de nomear é central para as vivências e sociabilidades das travestis. Esse silenciamento, via substituição por um nome “neutralizante”, é forte demais, pois repete o que mais acima chamei de paradoxo comum aos processos de visibilização das socialidades travestis: um ato de tornar visível e humano, em que, a um só tempo, invisibiliza e desumaniza, porquanto, no mesmo movimento, nega a autonomia e integridade das pessoas ao não reconhecer (ou substituir) seus próprios nomes. Como apresenta Cavichioli:

O nome Dandara dos Santos nunca existiu. Invenção da imprensa local ou algum burocrata, ninguém próximo de Dandara sabe ao certo. Mas se estivesse viva, poderia apresenta-se com o nome que escolheu para si. Não um nome imposto ou inventado, mas o que lhe foi negado desde sempre. Sua singularidade no mundo, ao menos nesta escrita, será garantida. A personagem do testemunho tem nome, o que foi por ela escolhido: Dandara Katheryn. (CAVICHOLI, 2021, p. 46).

Dar nome às travestis é reconhecer e respeitar a sua construção identitária, visto que o nome é uma marca individual de cada pessoa; enquanto travestis, nossos nomes vêm carregados de inúmeros significados: ora remetem às nossas inspirações, sejam elas culturais, sejam elas surgidas nas relações de parentescos consanguíneos e não consanguíneos, assim como compostos de inúmeros signos que denunciam e reafirmam uma posição frente ao mundo que nos rodeia. Além disso, o nome nos coloca no lugar em que queremos estar, como também numa rede de filiações e ancestralidades que só um olhar mais atento ao parentesco estendido, presente nas redes de sociabilidades das travestis, capta e dá o valor central e imperativo à questão.

Na mesma edição do jornal, em que apareceu a notícia de capa da morte de Dandara, é apresentada a seguinte manchete: “Travesti é espancada até a morte: A morte de Dandara dos Santos, no último dia 15 de fevereiro, foi filmada pelos agressores e o vídeo viralizou ao longo do dia de ontem”.

A pesquisadora Helena Vieira traz para o debate público que a experiência da violência se apresenta como uma marca da identidade travesti, que Dandara, naquele momento, não era a única a sofrer e ser exterminada, mas várias outras Dandaras estão sendo eliminadas de forma violenta todos os dias no contexto brasileiro e os requintes de crueldade são empregados em uma grande parcela desses assassinatos: o “ela” que somos nós, ou o “nós” que somos “ela”, no poder sugestivo e persuasivo que o oxímoro aqui encerra.

A segunda pessoa a ser ouvida pelo jornal foi o Delegado titular do 32º Departamento de Polícia, Bruno Ronchi, que ressalta que “os envolvidos no crime foram identificados, mas ainda não foram presos. Além das pessoas que participaram do vídeo, outros criminosos são apontados como responsáveis pelo homicídio”. Assim segue o fio condutor da pauta pelo O Povo: “O delegado diz que aguarda o poder judiciário”. Continua o delegado, “dois dias depois do crime, recebemos o vídeo e buscamos a identificação. “Não foram somente as pessoas que estavam no vídeo. Era necessário apurar o homicídio em si. Houve detalhes do crime que precisam ser esclarecidos”, relata o delegado.

Somente quando os vídeos do assassinato de Dandara viralizaram é que o movimento social e a imprensa local tomaram conhecimento do ocorrido; aqui deixo o seguinte questionamento: se o vídeo não tivesse sido vazado e viralizado nas redes sociais, Dandara teria sido só mais um caso ignorado e normalizado de assassinato de travesti? Alta é a probabilidade de respondermos um sim a essa questão, porquanto, até mesmo, a lacuna temporal entre o assassinato de Dandara e sua repercussão indica isso. Julgo esse questionamento como

importante, pois outros dezenove casos de assassinatos de travestis e mulheres e homens trans não tiveram a mesma repercussão e nem o mesmo tratamento pela mídia, como aconteceu com o caso Dandara, considerando, para isso, que esses assassinatos ocorreram no mesmo ano do de Dandara, sendo que nenhum desses casos ganhou mobilização e cobrança por justiça.

Quero dizer: a humanização – construída após o crime hediondo e que ganhou tração e ares de sensacionalismo no caso Dandara – parece guardar, sobretudo, uma forma de metonímia no tratamento da imprensa, como se o exemplo particular aplacasse as violências cotidianas, permitindo à mesma mídia, em suas derivações, ignorar a totalidade das violações de corpos e direitos humanos que se dá corriqueiramente com as (outras) travestis. Como uma típica ferramenta de controle, a metonímia acaba por cumprir o apagamento do múltiplo, ao ecoar em hipérbole só uma parte.

Aqui trago o pensamento de Butler (2019) sobre o poder das imagens para a comoção pública: é possível ver, a olhos nus, o papel das imagens no caso de Dandara e como foi construído uma perspectiva sobre a sua humanidade para ela, por meio da mobilização do vídeo que se tornou viral nas redes sociais. As imagens são chocantes, mostra a tortura a luz do dia.

Em *Precarious Life* (2014), abordei a questão do que significa tornar-se eticamente responsável, levar em consideração e cuidar da dor dos outros e, de uma forma mais geral, a questão de quais enquadramentos permitem a representabilidade do humano e quais não. Essa investigação parece importante não apenas para sabermos como podemos responder efetivamente a dor a distância, mas também para formular um conjunto de preceitos a fim de salvaguardar vidas em sua fragilidade e precariedade. (BUTLER. 2019, p. 100 e 101).

As imagens abaixo mostram um fragmento pausado do vídeo. As mesmas imagens foram um divisor de águas para o caso tomar um debate público e a pauta da mídia mundial; aqui centrarei nas análises específicas da cobertura do Jornal O Povo. A imagem mostra o momento exato em que os envolvidos na tortura e no assassinato de Dandara a espancam com pedaço de madeira e a colocam em um carro de mão, ferramenta usada em trabalhos da construção civil, tratando a travesti como um objeto sem valor, sem humanidade.

Figura 4 – Sequência do espancamento de Dandara veiculado nas redes sociais.



Fonte: trecho do vídeo reproduzido pelo G1

Na primeira imagem da figura 03, é possível perceber o momento exato que Dandara toma uma paulada nas costas; em seguida, a travesti está caída ao chão com no mínimo cinco homens se revezando na prática da tortura que, logo em seguida, finda-se no assassinato dela, com o disparo de dois tiros de uma arma de fogo.

Como desdobramento da notícia coordenada, reforça o meu pensamento, conforme se vê:

Moradores do Conjunto Ceará, onde Dandara morava, afirmavam revolta e tristeza ontem, nas redes sociais. Diziam que Dandara era figura carismática no bairro, frequentadora do Polo de Lazer. Outras pessoas relataram, nas redes sociais, que o caso ganhava repercussão em outros estados. Um dos comentários dizia que, mesmo o crime acontecendo no dia 15 de fevereiro, só teve conhecimento agora, após a divulgação do vídeo. (O Povo, 04 de março de 2017, p. 04).

A repercussão do vídeo da tortura e assassinato de Dandara, bem como a mobilização no entorno do ocorrido, estão diretamente ligados ao trato que a mídia deu ao caso, as imagens se mostram como uma aliada no que diz a respeito à repercussão, investigação e comoção pública, contudo, o mesmo não ocorreu com os demais crimes de assassinato ocorrido no mesmo ano. Acredito ser importante destacar que a demora em pautar o caso se deve à ausência de compromisso na produção de narrativas favoráveis à cidadania de travestis no Ceará.

O coordenador da Coordenadoria da Diversidade Sexual de Fortaleza – Paulo Diógenes – publicou, no *Facebook*, que a pasta e o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra

entraram em contato com o advogado Hélio Leitão que se disponibilizou para acompanhar a investigação, junto ao Ministério Público e à Polícia Civil. Isso se constitui como um fato importante para entender os futuros desdobramentos, bem como as estratégias da acusação para a qualificação do crime como sendo o de transfobia.

Em seguida a essa primeira notícia do caso em estudo, verifiquei um desdobramento, qual seja: “Em Pré-Carnaval – Outra travesti foi vítima de espancamento coletivo em fevereiro”. Três dias antes da morte de Dandara dos Santos, outro episódio de espancamento coletivo vitimou outra travesti. Hérika Izidoro, 24, foi espancada na avenida José Bastos, em Fortaleza, na volta de festa de pré-carnaval e encaminhada para o Instituto Doutor José Frota (IJF) com traumatismo craniano e continuou internada até sua morte. Ao se deparar com essa notícia, passo a resgatar nas memórias que retratam o carnaval como possibilidade de sociabilidade coletiva que revela outras tantas faces além da alegria e do glamour, como apresentado anterior em Gonzalez (2020): a categoria "mulata tipo exportação", como, por exemplo, as violências, os assédios, as perseguições e os xingamentos que são práticas vivenciadas e sofridas por nós travestis nesses espaços de entretenimento e interação social, pois o carnaval é tido como o momento em que tudo é permitido, inclusive agredir abertamente travestis, como noticiado anteriormente.

A Avenida José Bastos, compreendida entre o final da Avenida Carapinima (Benfica) até o Terminal Lagoa (Parangaba), é um histórico ponto de trabalho em Fortaleza (CE), para nós travestis, que utilizamos e ocupamos as ruas paralelas para encontrar os nossos potenciais clientes e também possíveis algozes. Nesse espaço, também se tenciona como um local de conflitos muito comuns na prática do trabalho sexual, como, por exemplo, a cafetinagem, o tráfico de drogas e assassinatos de travestis.

Logo após a divulgação e a viralização do vídeo nas redes sociais, o assassinato de Dandara mobilizou diversas manifestações da sociedade civil e também de autoridades políticas, assim como ativistas dos Direitos Humanos LGBT no Ceará e no Brasil. Tal fato é evidenciado conforme se vê nas notícias veiculadas, como segue: Jornal O Povo, Dia 06 de março, Caderno cotidiano, pág 06, Título: “ATO. No RJ, travestis e transexuais protestam após a morte de Dandara.

A manifestação foi organizada depois da repercussão do vídeo. Coordenada na mesma notícia REPERCUSSÃO, Jornal O Povo segue a seguinte narrativa – Após publicação da matéria do O Povo no último sábado referência a notícia do dia 04 de março com o Título: “Crime de ódio de travesti causa comoção e revolta”; na capa do jornal O Povo e seguindo da matéria completa com a manchete “Bom Jardim. Travesti é espancada até a morte.”

Figura 5: uma fotografia das mãos de Francisca Ferreira, mãe de Dandara segurando duas fotos.



Fonte: jornal O Povo divulgado no site

Retomo os depoimentos das ativistas que mobilizaram o ato no Rio de Janeiro em protesto contra a violência sofrida por Dandara, em entrevista para o jornal O Povo, Wescla Vasconcelos, cearense e transexual: “Nos solidarizamos. Fomos tomados por um grande sentimento de dor em nossos corações pelo que aconteceu com a Dandara. A ideia foi construir esse ato, registrando na Feira de São Cristóvão, um símbolo do nordeste nesta Cidade, um ato de repúdio à violência contra a população LGBT, principalmente a travestis e transexuais”, comentou Wescla. Seguindo o mesmo pensamento, Tertuliana Lustosa, Travesti Piauiense, apresentou, no ato, cartazes com os dizeres: “Somos todos Dandara” e “Respeite as travestis”. “Ninguém pode agredir uma travesti e tirar a sua vida. De nenhuma pessoa”. Afirmou a travesti.

O governador do Ceará, à época, Camilo Santana (PT), manifestou-se sobre o crime no período: “Todo e qualquer ato que atente contra a vida tem meu mais profundo repúdio”, afirmou o chefe do executivo estadual, por meio do *Facebook*. “Diante do repugnante e inaceitável crime do qual foi vítima Dandara dos Santos em Fortaleza, determinei ao Secretário de Segurança total empenho no sentido de identificar e punir cada um dos criminosos. Tenham certeza de que eles não ficarão impunes”, completou. Por sua vez, Roberto Cláudio, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), então prefeito de Fortaleza, foi solidário aos familiares e amigos de Dandara e classificou o crime como ato “covarde”. “Essa é uma expressão de violência que não podemos tolerar em nossa Cidade nos tempos atuais”, disse.

Importante destacar que, em nenhum outro momento da história cearense, um chefe do executivo, seja estadual ou municipal, manifestou-se para repudiar ou de solidarizar com tantas outras travestis que foram assassinadas antes ou depois do caso Dandara; chama-me a

atenção o fato de que nenhum dos dois representantes acima não citam em seu pronunciamento as palavras “travestis”, “transfobia”, “crime de ódio” ou qualquer menção à identidade de gênero da vítima. Pelos pronunciamentos, nota-se que os interlocutores apresentam uma solidariedade genérica, não se atendo ao fato de que a vítima era uma travesti e que foi morta por transfobia, como desenvolvo mais à frente.

Essas contradições são importantes dar destaque – a (in)visibilidade e o ocultamento, no ato de não nomear os *qualificadores do crime hediondo*, pelas autoridades públicas, reverberam uma configuração assimétrica, desigual, hierárquica de poderes. Sem o exercício de tornar visível o fator central e responsável pelo crime, qual seja, o fato de ter sido um crime de ódio e transfóbico, torna inviável o contrabalanceamento das relações assimétricas atravessadas pelo poder que viola violentamente estes e/ou aqueles corpos. Sem qualificar como crime de ódio, o balanceamento das relações assimétricas permanece o mesmo: e, sim, deixando à mercê as travestis, sujeitas a outras violações extremas – corpos e seres que parecem permanecer, nestas estruturas, como se “matáveis” para esta sociedade.

O discurso apresentado por essas autoridades – situados em suas relações específicas – em nada se relaciona com aquele apresentado pelas ativistas – situadas em outros lugares de relações sociais – que organizaram o ato no Rio de Janeiro: elas fazem questão de mencionar e nominar o lugar da travestilidade, expondo inclusive as vulnerabilidades a que estão expostas, bem como denuncia o contexto que essas violências são cometidas contra esses corpos travestis de forma acintosa e impune.

Estampado na capa do jornal O Povo do dia 07 de março de 2017, a seguinte manchete: ESPANCAMENTO COLETIVO – Quatro adolescentes apreendidos por morte de travesti – Os adolescentes estão em centros socioeducativos desde o dia em que foi expedida a internação dos suspeitos. Os adultos, cujos mandados de prisão demoraram dez dias para serem apreciados pela justiça, seguem foragidos. Chamada para a matéria completa no caderno Radar, pág 12.

Figura 6: Segunda capa do jornal O Povo com a manchete sobre o assassinato de Dandara



Fonte: Arquivo pessoal

A matéria segue com uma chamada – Saiba mais para uma manifestação no dia 10 de março na Praça Luiza Távora e comunicando uma reunião com o Secretário de Segurança Pública e Defesa Social no dia 07 de março.

figura 7 - imagem do ato por justiça para Dandara, Érika e para todas!



fonte: Jornal O Povo

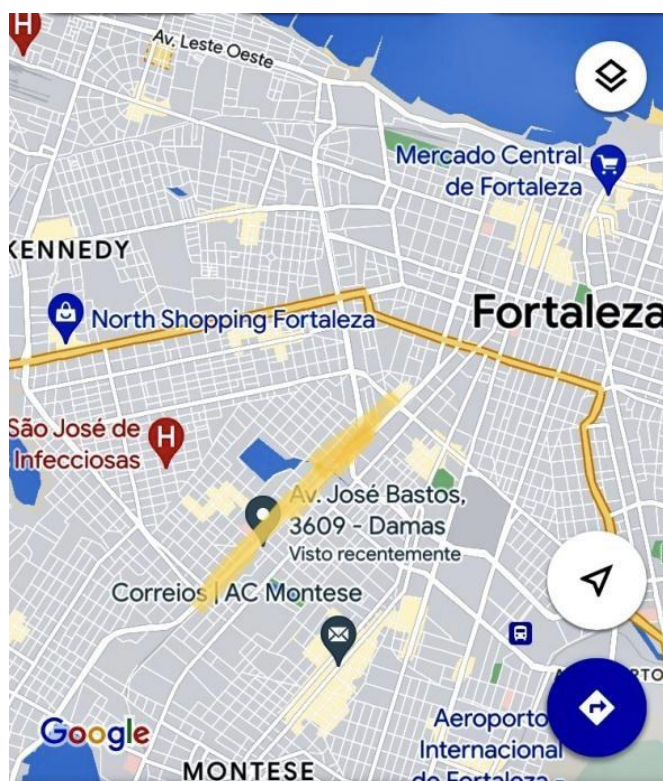
O ato por Justiça para Dandara, Érika e para todas! Trata-se de uma articulação realizada pelo Grupo de Resistência Asa Branca e pelo Fórum Cearense LGBT; o ato terminou na porta da sede do Governo Estadual e foi quando, pela primeira vez, o então Governador Camilo Santana recebeu o Movimento Social Organizado para tratar das demandas do movimento LGBT e do caso de Dandara.

Figura 8: Mesa da reunião com o Governador Camilo Santana e o Movimento LGBT



Fonte: Acervo da defensoria pública do Estado do Ceará

Figura 9: mapa da cidade de Fortaleza localizando a Avenida José Bastos.



Fonte: Google

O jornalista Émerson Maranhão acompanhou a reunião do governador Camilo Santana com o movimento LGBT e publicou na coluna do Cena G, no caderno Vida e Arte, em 17 de março de 2017, o texto intitulado: "Como Dandara me dói vezenquando!". O jornalista inicia seu texto fazendo uma menção ao conto Harriet, de Caio Fernando de Abreu, com a seguinte frase: "Eu vou ficar calado um tempo enorme só olhando você, sem dizer nada: meu Deus, ah meu Deus, como você me dói vezenquando". O trecho do conto veio à cabeça do jornalista a partir da cena que ele descreve sobre a Francisca Ferreira, mãe de Dandara em reunião com o Governador. Carpindo entre lágrimas, nos ombros de Camilo Santana, Dandara a filha morta. "Fizeram tanta coisa ruim com o meu filho, Governador"...

A coisa ruim que Francisca estava se referindo ao governador era a tortura que Dandara sofreu antes de ser assassinada, mas também tem uma relação com todas as violências que Dandara sofreu durante a vida toda; violência que é fruto da intolerância e descasos que nossos corpos travestis estão por vivenciar a vida toda e até pós a morte. A cultura de violência contra Dandara é lembrada pelo irmão Ricardo: "Em nenhum momento ele quis correr. Só fazia olhar e achar que era só mais uma pisa que tava levando. Fico pensando: por que tanta maldade?".

No depoimento de Ricardo Ferreira, irmão de Dandara, fica nítido que as violências físicas faziam parte do cotidiano da travesti, *como se* norma aceitável socialmente. O jornalista continua:

O martírio a que Dandara foi submetida não foi à toa, traz visibilidade à dura realidade de pessoas trans no Ceará, argumentam, à guisa de consolo, alguns. Mas temo ser um placebo essa alegação, a servir de bálsamo para um dor que não cessa. Porque não foi o suplício de Dandara que causou comoção e mobilizou a opinião pública. Se assim o fosse, a agressão a Hérica Izidoro, três antes, não teria permitido que a filha de dona Francisca fosse barbaramente assassinada.

A invisibilidade que Dandara carregou em vida não findou com sua morte, e sim (e só) com a espetacularização dela nas redes sociais – uma característica recorrente, aliás, na medida em que as vidas que são concebidas, em uma dada sociedade, como mais supérfluas, como descartáveis, são frequentemente tornadas exemplares e importantes por meio, justa e necessariamente, da espetacularização. Assim como a família sabia que eram frequentes as agressões que ela sofria, que eram sistemáticas as "pisas corretivas", também sempre soubemos e sabemos o quanto a transfobia e a homofobia fazem vítimas todos os dias no Brasil. Aqui temos algumas reflexões que trato como importante para a minha pesquisa.

O primeiro é a invisibilidade que Dandara teve em vida, segundo a espetacularização de sua morte nas redes sociais e terceiro a sistemática violência que Dandara,

assim como diversas outras travestis estão vivendo. As travestis estão invisibilizadas no campo das políticas públicas e visível nos contextos de violências. O caso de Dandara se destaca pela comoção e pela forma como foi capaz de sensibilizar a opinião pública após ter seu massacre filmado e transmitido nas redes sociais. Dandara convoca o debate sobre humanidade para com as travestis, nenhuma outra travesti assassinada no Ceará obteve a mesma cobertura midiática que Dandara teve e, como eu sustento em minha análise, a única coisa que diferencia o caso de Dandara é o vídeo viralizado nas redes sociais, com seu efeito e sua tração sensacionalista.

A espetacularização atua em conjunto com outros mecanismos, visto que permite o funcionamento interseccional dos marcadores sociais da diferença – travesti, negra, pobre – atrelados às formas socialmente validadas de desumanização do outro – matável. Conforme a reflexão que o jornalista aponta no texto: "E não nos importamos. O que comoveu a sociedade civil não foi o sofrimento imposto a Dandara, foi ter esse sofrimento invadido a zona de conforto e segurança das *timelines* mundo afora".

Como uma macabéia lispectoriana do século XXI, Dandara teve uma morte redentora para a vida pouca que lhe coube – não por gosto ou opção, mas porque foi privada de outra possibilidade de vida. Tornou-se mártir em uma causa nobre e urgente. Torço com todas as forças para que sua morte divida águas, como já está ocorrendo em relação a algumas políticas públicas no Ceará. Mas, em algum lugar no fundo do peito, Dandara me dói “vezenquando”. Talvez por saber que ela, transmutada em tantas iguais, segue morrendo barbaramente todos os dias por aí.

No último parágrafo do texto do jornalista, transcrito acima, chama-me atenção para a reflexão de mártir que ele faz de Dandara, lembrando-nos que a travesti se torna uma representação das lutas por Direitos Humanos para as iguais no Ceará e no Brasil. Como já apresentado anteriormente, Dandara articulou pautas de políticas públicas para a população LGBT que estavam paradas nos gabinetes dos gestores governamentais. Ela se tornou um símbolo da luta contra a LGBTfobia, emprestando o seu nome para batizar iniciativas no Congresso Nacional; Dandara nos traz reflexões sobre humanidades de uma categoria de sujeitas: as travestis brasileiras, quantas de nós vamos ter que morrer para que outras tenha acesso a uma existência viva?

4.2 A construção de narrativas de humanidades de travestis

“O preconceito é cumulativo.
Você sofre preconceito por ser homossexual e sofre
mais preconceito por ser travesti.

O preconceito aumenta quanto tem uma pele negra.
Aumenta mais ainda quando você é soropositivo. Aumenta mais ainda quando você mora em uma favela.

Aumenta mais ainda quando você não tem uma conclusão do ensino fundamental. Então, talvez todos esses conjuntos de demandas que fazem com que a travesti seja posta nessa segunda categoria de cidadã são o alimento carregador das minhas baterias para ir em frente e tentar vencer os desafios que me são impostos”.
(depoimento de Janaína Dutra em *Dama de Ferro*. GRAB, 2009).

Estou por escrever algo que não sei a dimensão que irá tomar aqui na minha pesquisa, mas, quero aqui fazer uma relação com alguns símbolos da mitologia e do imaginário da cidade e do povo de Fortaleza, inspirada na Crônica Jornalística, publicada no jornal *O Povo*, em 05 de março de 2017, no caderno *Memória Das antigas*, assinada pelo Jornalista Demetri Túlio, com o título "Iracema travesti e o bode". O texto foi publicado um dia após as primeiras notícias do caso Dandara ocuparem os principais jornais do Brasil e do mundo afora.

Antes de entrar na análise da crônica em si, quero dizer que escreverei sobre um novo símbolo da cidade de Fortaleza e das lutas de direitos humanos: Dandara. Estou por construir, em termos acadêmicos e políticos, uma nova memória ou uma mirada pretensiosa de relacionar três símbolos da cidade de Fortaleza.

O primeiro é Iracema, a personagem do romancista cearense José de Alencar (1865), a personagem é descrita pelo autor como:

[...] a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna e mais longos que seu talhe de palmeira. O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado. Mais rápida que a corça selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira tribo, da grande nação tabajara.

O outro símbolo é o bode Ioiô que é uma personagem da cidade, um frequentador assíduo da praça do Ferreira dos anos de 1920; a praça é situada no coração da cidade, um espaço que já foi dedicado à boemia fortalezense. Em 1922, o bode Ioiô foi eleito vereador da Capital cearense, numa época em que o voto era espontâneo numa folha de papel, como protesto da população alencarina, elegendo um dos mais famosos frequentadores da praça do Ferreira, o Ioiô. O bode faz parte do imaginário da história de Fortaleza. Em 2022, o bode mais conhecido da cidade de Fortaleza completa 100 anos. O bode se tornou símbolo de rebeldia e irreverência presentes na cultura do Ceará, o animal se encontra exposto no Museu do Ceará até hoje e é presente na história do povo cearense.

A terceira personagem é a travesti Dandara Katheryn, que, a partir do seu assassinato na periferia de Fortaleza, torna-se um símbolo das lutas por Direitos Humanos no Ceará e no Brasil. A sua história só ganhou os holofotes após tornar viral imagens em audiovisual de sua tortura, praticada em praça pública à luz do dia. Quando Dandara ganha visibilidade e passa a pautar discussões e lutas em torno dos direitos humanos da população LGBT no Ceará e no Brasil, estendendo a sua força simbólica em alhures como, por exemplo, com a criação de diferentes monumentos no país e fora do Brasil, como na cidade de Nova York.

A crônica publicada de Demitri Túlio traz uma articulação entre o carnaval, a travesti e o bode,: “Iracema Travesti e o Bode: o mito de Iracema, a índia engabelada do Romantismo, encarnada numa travesti tapeba”. Ao som de uma orgia carnavalesca, entre o cortejo teatral de rua e as andanças do festival de New Orleans, ela acasala com um Bode da mitologia cearense, ao vento salgado do mar da Praia dos Amores. Ao contrário da notícia jornalística, a crônica conta uma possível história permeada por fatos consolidados na realidade e que ganha um lirismo e uma poética característicos desse gênero textual. Acredito que a crônica vem numa perspectiva de evidenciar o ocorrido com a travesti Hérika Izidório, visto que utiliza de elementos do fato (a agressão sofrida por ela), a relação com o carnaval e a demarcação dos símbolos cearenses, como é o Bode IôIo, trazendo, para o leitor, uma dimensão que retrata a disputa dos imaginários da identidade travesti em Fortaleza, utilizando-se, ao mesmo tempo, a acidez e o sarcasmo para exemplificar um fato. Na figura a seguir, apresento a ilustração usada na edição do texto para ilustrar a crônica. É possível perceber que os elementos semióticos estão aplicados ao imaginário da travestilidade e da personagem do romantismo de José de Alencar e sua índia dos lábios de mel.

Figura 10 – Ilustração da Crônica Iracema Travesti e o Bode veiculado no jornal O Povo no dia 05 de março de 2017 na página 08.

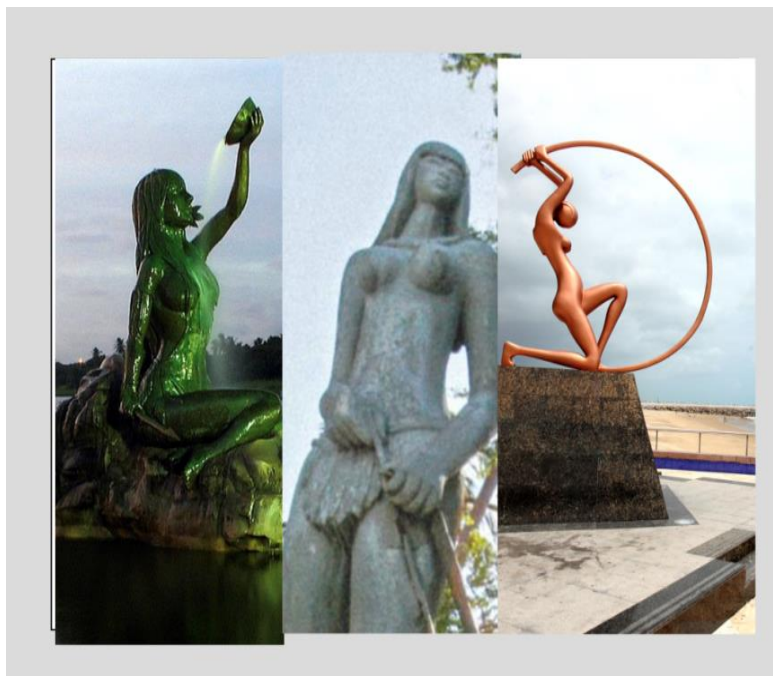


Fonte: Jornal O Povo

É possível perceber que, na figura que foi publicada juntamente com a crônica, existe uma construção caricaturada do imaginário dos corpos das travestis; quadris largos, bunda grande, cintura fina e traços que nos remetem a uma ideia de corpo de boneca. As imagens seguintes retratam a personagem de José de Alencar que ganha vida em monumentos na cidade.

Figura 11 - Iracema do Romance de José de Alencar²¹

²¹ figura: imagem 01 - Estátua de Iracema na lagoa da Messejana; imagem 02 Iracema do Mucuri; e 03 é Iracema guardiã na praia de Iracema.



Fonte: produção da autora

Iracema se torna um dos maiores símbolos da cidade de Fortaleza: a capital tem três monumentos que homenageiam a personagem dos romances de José de Alencar. Um dos bairros mais nobres da cidade leva o nome de Iracema.

Dandara Katheryn, a travesti que sensibilizou a pauta jornalística e ganhou visibilidade na mídia tradicional pós morte, é uma exceção no universo dos assassinatos das travestis no Brasil. A construção de narrativas que possam humanizar as travestis brasileiras está sempre marcada pelas tragédias que os corpos travestis encontram, trazendo para o debate público que é urgente o comprometimento de uma mídia de valorização das diversidades.

A música "Dandara/sangue nas mãos" ²² é uma homenagem à travesti Dandara Katheryn. A música torna-se um agente voltado para o ato de dar vida à existência da travesti, mostra a mobilização pública que sua morte tomou mundo afora. A canção tem um tom de protesto ao denunciar que temos sangue nas mãos, sangue de Dandara e de outras vítimas da intolerância, no sentido em que, ao tratar as violências de forma naturalizada e sem a devida criminalização, estamos por contribuir com as mortes de travestis no cotidiano. A travesti também foi homenageada pelo artista Rubem Robierd com uma escultura que representa as

²² Você tem sangue nas mãos/ Quando agride com palavras/ Sua opinião racista/ Essa sua homofobia descabida/ Disfarçada e escondida/ Tem sangue nas mãos/ E se esconde atrás de um deus/ Perverso e mau/ Que a sua mente insana/ Transformou em ditador/ Doente, Hitler, punidor. (trecho da música "Dandara/sangue nas mãos" de autoria de Lilian Jardim.)

de borboleta em perspectiva de crença nos sonhos, a obra ficou exposta em Nova York (Estados Unidos).

Figura 12: escultura em forma de asas de borboleta em homenagem a Dandara Katheryn em Nova York



Fonte: IG

A mobilização de artistas, ativistas de Direitos Humanos, lideranças travestis e transexuais, lideranças políticas, gestores de políticas públicas e imprensa, foi de total importância para a incidência por justiça e visibilidade do caso de Dandara no Ceará e no Brasil. De maneira nítida, esta série de ações possibilitou, com maior persuasão e eficácia, destacar a constante vulnerabilidade e violência que os corpos das travestis estão submetidos no país. E assim o fez a partir do caso Dandara que, em sua repercussão, é uma exceção perante a imensa invisibilidade de outros casos em que os corpos das travestis são violados, destruídos e ignorados. Como afirmado, entendo que as tentativas de construir imagens e narrativas voltadas para a humanização das travestis são erigidas a partir de tragédias e de violências, como se fosse uma – e aqui está uma faceta nítida da estrutura social que concebe estes corpos como descartáveis e, no limite, matáveis – pré-condição para reconhecer a humanidade destas pessoas. Horizonte que coloca como questão central o necessário debate público, o comprometimento e a sensibilização de uma comunicação que afirme, em sua plenitude, a vida e a diversidade dos coletivos que vivem no país. A humanização pós-morte, ou pós violências cotidianas, é também uma faceta de um país que escolhe, deliberadamente, recusar a humanidade viva de alguns de seus corpos.

Fabiana Moraes (2022) apresenta reflexões importantes para pensar como é construída a série de agendamentos das pautas nas redações dos jornais no contexto brasileiro. A intelectual desenvolve, com vigor, como as pautas jornalísticas são construídas e elaboradas a partir de diretrizes que são situadas e, devido a essas características, são atravessadas por distintos interesses. As pautas são, sobretudo, não inocentes; ou ainda, são forjadas numa interseccionalidade, "ela nasce em (e é constituída por) uma base racializada, generificada, hierarquizada e que se percebe como fiadora de uma humanidade e de uma verdade universal" (MORAES, 2022).

Partindo dessa ideia, convido a refletir o contexto que a produção das notícias, que foram produzidas e veiculadas no jornal O Povo, a partir da viralização do vídeo da tortura e do assassinato de Dandara em 2017. Período em que o assassinato bárbaro ganha visibilidade nas páginas impressas do jornal, seguido de desdobramentos referentes à questão central (a pauta): o caso do assassinato da travesti Dandara, o conseqüente tema das travestilidades e, em outra escala, o aumento da visibilidade dos assassinatos de travestis no veículo de comunicação.

Os apontamentos chamam-nos a atenção para pensar como são construídas as pautas no jornal e as escolhas dos temas que serão abordados nas edições dos periódicos diários. Importante entender a diferença entre pauta jornalística e temas de matérias; esse entendimento é necessário para poder compreender como são construídas as coberturas no jornalismo. A pauta é uma espécie de recorte de um tema central e o tema é uma centralidade que envolve um eventual acontecimento. O editorial apresenta as pautas que serão cobertas diariamente na redação de um jornal, uma espécie de planejamento, que são divididas por cadernos e editorias (uma espécie de recorte temático). A pauta é um recorte de um tema central, aqui exemplifico.

A pauta: caso Dandara, como estão as investigações do assassinato da travesti?;

O tema: assassinatos de travestis no Ceará.

Destarte, a pauta é um fragmento de uma centralidade que seria o tema, um recorte; e quando a pauta é tratada reflexivamente, torna-se uma arma de combate (Moraes, 2022).

O jornal O Povo não só pautou o assassinato de Dandara e seus desdobramentos no decorrer dos acontecimentos, que envolveram a morte e julgamento da travesti. É visível uma construção de outras narrativas envolvendo o tema do universo das travestilidades e a construção de outros enfoques, tais como a temática da cidadania de travestis e transexuais. A feitura de reportagens sobre produções artísticas e culturais, construção de perfis de travestis e

transexuais, crônicas e artigos de opiniões com a temática da travestilidade, entrevistas e o universo que rodeia as suas vivências.

Outro ponto importante para o nosso entendimento, que preciso aqui destacar, é o referente às imagens. Etienne Samain, em “Como pensam as imagens” (2018), desenvolve a ideia segundo a qual as imagens têm uma “vida própria” e um verdadeiro “poder de ideação” (isto é, um potencial intrínseco de suscitar pensamentos e ideias), em especial ao se associarem a outras imagens. Julgo importante destacar este ponto (Samain, 2018), para analisar o recorte do caso Dandara no jornal O Povo, no qual a capa do jornal que trata do assassinato da travesti precisa ser trabalhada com mais vagar, a fim de observar como a imagem usada na capa remete-nos imediatamente aos contextos de humanidades quem venho tensionando no decorrer desta pesquisa.

Ao usar a imagem da mãe de Dandara segurando uma foto 3x4 (figura 05), a fotógrafa Mariana Parente articula noções que visam a dar sentido à vida da travesti. A partir do uso das memórias, a jornalista produz uma imagem das memórias de Francisca Ferreira, da mãe de Dandara. Ao veicular essa imagem na capa do jornal, no dia 07 de março de 2017, com a chamada – ESPANCAMENTO COLETIVO em caixa alta com letras azuis e com uma tarja preta com o questionamento: “Quem foi Dandara dos Santos” –, *a mídia nos remete imediatamente às outras imagens, às da tortura de Dandara*. Ao editar essa capa, o editorial do jornal está diretamente nos levando a construir um poder de ideação conforme apresentado por Samain (2022), que afirma que a imagem não está sozinha ela vem acompanhada de uma legenda, então ela ganha uma (que o autor chama de) “ideação”, um movimento de ideias, que, em sua dinâmica, nos conecta com outras imagens que compõem o fato, o contexto, o horizonte em questão.

Aqui fazendo uma leitura da imagem, a partir de uma triangulação técnica apresentada nas reflexões de Samain (2018), é possível perceber que a centralidade da foto é a imagem de uma fotografia 3x4 de Dandara. Argumento que o maior sentido dessa fotografia pousada é dar vida à existência de Dandara, a partir da autoridade de sua mãe, uma senhora, na época, de 75 anos. A imagem mostra a mão envelhecida pelo tempo de dona Francisca, usando o foco na câmera apenas na foto de Dandara e borrando a imagem da senhora.

Uma leitura desta composição imagética evidencia uma intencionalidade – que reconhecemos é bastante persuasiva e eficaz, no caso –, a saber: é Francisca Ferreira, mãe de Dandara, que assume esse lugar de dar vida à existência da filha travesti, brutalmente assassinada à luz do dia. Ainda, um assassinato registrado, um “ritual” de tortura que teve, em seguida, uma reprodução massiva nas redes sociais, que foi responsável pela intensa

repercussão ao caso, trazendo ao debate público os contextos de violência que a população de travestis e transexuais são submetidas, no cotidiano brasileiro. Vivências em contato direto com a violência letal e as violações diversas de direitos elementares.

O jornal passa a dar vida a essa imagem, usando a técnica da repetição; a foto ganhou uma repercussão dentro do jornal, durante a cobertura do assassinato de Dandara. Acredito que está diretamente articulada a ideia de construção de humanização da vítima; o jornal aciona noções de parentesco para humanizar a travesti. Visando a desconstruir o imaginário social de que as travestis não são humanas e fazendo um contraponto às imagens que circularam nas redes sociais: aquelas, as presentes no vídeo de sua tortura.

No dia 07 de março, o jornal O Povo pautou o caso de Dandara em quatro locais diferentes do jornal: Capa, caderno cotidiano na página 3, caderno vertical na página 2 e no caderno de opinião, na página 10. A primeira vez que essa imagem apareceu no jornal, como dito, foi no dia 07 de março, na capa do jornal, com a seguinte manchete: “Espancamento coletivo”, em caixa alta e em cor azul, abaixo a seguinte frase: “Quatro adolescentes apreendidos por morte de travesti”, em seguida o seguinte lide da notícia “Os adolescentes estão em centros socioeducativos desde o dia em que foi expedida a internação dos suspeitos”.

Ainda articulada à ideia da invocação de noções de parentesco, outros elementos usados pelo jornal foram os depoimentos (entrevistas com parentes e pessoas próximas a travesti) para construção da humanidade de Dandara. A amiga de Dandara, Marcela Mota, afirma que Dandara não acreditava que ela, por ser uma pessoa querida na região, pudesse sofrer esse tipo de violência: “ela confiava nas pessoas. Nunca achou que alguém fosse capaz de fazer isso. Mesmo já tendo ouvido falar de outros casos de agressão a homossexuais”, diz em entrevista para o Jornal O Povo.

Em audiência com o Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, a mãe de Dandara disse: “Açoiaram meu filho, governador. Fizeram tanta coisa ruim com ele... Eu não tive coragem de ver, mas me contaram tudo”. A um só tempo, a “tranquiliza muito ver essas pessoas juntas aqui e saber que todos amam o Clenilson, que era uma pessoa que só tinha bondade no coração” completou a Francisca Ferreira de Vasconcelos. O jornal O Povo acrescenta que Marcela Mota, moradora do Conjunto Ceará, bairro que Dandara morava com sua mãe, foi à casa da família da Dandara para saber se precisavam de alguma coisa. As lembranças compartilhadas na calçada foram de uma pessoa que adorava dançar e gostava muito de crianças, alguém que não sabia dizer não a ninguém. “No dia em que ela morreu, a vi no supermercado comprando pão. Ela ia todas as manhãs, ajudando um senhor ali debaixo”.

Independentemente da estatística que tenha se tornado muitos dias depois da morte, o nome e a imagem dela passaram a representar esperança por melhorias. Acho que, depois da morte dele (Dandara), pessoas que têm preconceito, coração mal, vão pensar duas vezes antes de agredir” Ricardo Ferreira, Irmão de Dandara, para o jornal O Povo.

Ricardo Ferreira e Francisca Ferreira, irmão e mãe de Dandara, creditados pelo Jornal O Povo com o sobrenome "Ferreira" (e por que não Dandara com o mesmo sobrenome?), comentam que Dandara era agredida cotidianamente, o irmão lembra que, no vídeo que grava a sessão de espancamento sofrida pela irmã, não a vê demonstrar surpresa diante do comportamento dos assassinos. Repito, “em nenhum momento ele quis correr. Só fazia olhar e achar que era só mais uma pisa que tava levando”, lamenta Ricardo. E conclui: “não quero vingança. Só fico pensando: por que tanta maldade?”

Em artigo publicado no dia 12 de março de 2017, pelo jornalista André Bloc no caderno farol.dom, no jornal O Povo, ele faz uma articulação da repercussão do assassinato de Dandara com a música de Jorge Benjor W/Brasil (Chama O Síndico), refletindo o nosso complexo de vira-latas, o que impõe um desejo ancestral de reconhecimento internacional no povo brasileiro, nossa ânsia de nos sobressairmos. O texto nos apresenta elementos importantes para refletir que lugar o Brasil ocupa nos números de assassinatos de travestis no mundo.

Deu no New York Times - Em tom de galhofa, Jorge Benjor canta o caos que é nosso País em W/Brasil (Chama O Síndico). Nosso complexo de vira-latas impõe um desejo ancestral de reconhecimento internacional no povo brasileiro, nossa ânsia de nos sobressairmos. Na última semana, Fortaleza conseguiu. Só que com um dos crimes mais violentos e tristes de nossa história recente. Viramos notícia no resto do mundo — “deu no New York Times”, diria Benjor. E esse material mostrou uma característica tão incrustada no nosso DNA quanto o futebol, a música e a simpatia. O mundo leu, em choque, sobre os últimos momentos de vida de Dandara dos Santos, 42, morta brutalmente em espancamento coletivo. Isso vem para lembrar que o Brasil é o País que mais mata LGBTQs no mundo. E nesses dados, Fortaleza sempre disputa a liderança. Em morte, Dandara conseguiu a atenção que lhe foi dispensada em vida. A mãe foi até amparada pelo governador! Paralelamente, Herica Izidório, 24, outra travesti, foi espancada por dez homens e jogada de cima de um viaduto no último dia 18 e, por milagre, sobreviveu. Hoje, segue internada, agonizando alheia à atenção dispensada a Dandara. As duas tragadas por um ciclo de ódio recorrente e que as separou por um pouco. A repercussão do caso Dandara nos faz crer que nos importamos com a população trans. Já Herica, é estatística. Esquecida pela frieza que o cotidiano violento nos impõe, ela prova que não nos importamos tanto assim. (André Bloc, Jornal O Povo de 12/03/2017).

A reprodução extensa acima do artigo de opinião pública, que foi publicada no jornal no dia 12 de março, é para chamar atenção de como o caso tomou uma repercussão mundial. A crítica do jornalista é fundamental para o debate aqui na pesquisa. Quais as narrativas de humanidades foram reproduzidas pela cobertura do jornal O Povo sobre o assassinato da travesti Dandara Katathery? A partir das análises, é possível perceber que o

vídeo, veiculado nas redes sociais, representa um ponto de partida na construção de uma comoção pública e na mobilização da ideia de humanidade que Dandara, em vida não teve o direito de usufruir, assim como muitas de nós travestis brasileiras ainda estamos longe de alcançar, visto que dentre todos os assassinatos de travestis e transexuais no Brasil, em 2017, apenas Dandara ganha esse status, que permitiu que ela fosse, pós-morte, reconhecida como ser plenamente portador de humanidade.

Retomo aqui os depoimentos e questionamentos de Ricardo - Irmão de Dandara (O Povo). Independentemente da estatística que tenha se tornado muitos dias depois da morte, o nome e a imagem dela passaram a representar esperança por melhorias. A esperança que Ricardo Ferreira estava se referindo são os agenciamentos que o caso Dandara passou a permitir em diversos campos de atuação, tanto nas esferas de governos, no legislativo, e/ou quanto nas da mobilização junto à sociedade civil e aos artistas. O irmão de Dandara se pergunta o "por que tanta maldade?"

Os porquês sobre o assassinato de Dandara Kathryn vêm sendo expressos e desenvolvidos no decorrer desta dissertação. O irmão de Dandara pergunta-se, ao lembrar de tantas outras surras que a irmã já tomou na vida, na própria comunidade onde morava. A intolerância e naturalização das violências é uma das respostas para a pergunta de Ricardo; creio que a estrutura central é o tratamento dado às vivências das travestis nas periferias de Fortaleza e de outras cidades Brasil afora, como já apresentado nos dados sistematizados pela Rede Trans, no Censo Trans, que mostra os contextos de violências que estamos à mercê. Tomando e parafrazeando a música "Geni e o Zepelim" , de Chico Buarque, que apresenta a personagem sofrendo um conjunto de violências, é possível perceber uma simetria entre Geni e Dandara; em certo ponto, parece está autorizado a jogar tudo em Dandara: "Joga pedra na Geni - Joga pedra na Geni - Ela é feita pra apanhar - Ela é boa de cuspir - Ela dá pra qualquer um - Maldita Geni"; se substituir o nome de Geni por Dandara, vamos ter o seguinte enredo: Jogaram pedra na Dandara, Ela é feita para apanhar, Ela é boa de cuspir, Ela dá pra qualquer um, Maldita Dandara.

Apesar de ser a única pessoa morta em Fortaleza no dia 15 de fevereiro, Dandara ficou invisível para a sociedade, o crime não gerou repercussão, como já apontei, até a viralização do vídeo do crime nas redes sociais. Segundo consta no resumo das principais ocorrências atendidas pelas Delegacias vinculadas à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Dandara é identificada como Antônio C.F.V. No dia 15 de fevereiro, somente esse caso foi registrado na capital, às 15h30min. No relatório, a causa da morte é "a outros", não é descrito se houve tiro ou espancamento. O local do crime é a rua Manoel Galdino, Bom

Jardim (Área Integrada de Segurança 2). Ainda no relatório, é informado que os suspeitos não foram identificados. Após a divulgação do vídeo nas redes sociais, autoridades se pronunciaram sobre o caso, entre elas o governador do estado do Ceará, Camilo Santana (PT), o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, e o coordenador da Diversidade Sexual de Fortaleza, Paulo Diógenes. O delegado Bruno Ronchi, em entrevista divulgada na ocasião, disse que o caso é caracterizado pela transfobia: "a motivação do crime tem outras linhas de investigação da Polícia Civil, mas a causa e a continuidade das atitudes é considerada transfóbica". Destaco aqui a fala do delegado sobre a causa do crime, elemento importante para a análise e desenrolar do caso no próximo tópico deste capítulo da dissertação.

No dia 07 de março de 2017, artistas repercutiram a morte de Dandara de forma nacional, por meio das redes sociais. A atriz Leandra Leal, por exemplo, expressou indignação com o caso: "Fiquei sem ar com o crime que tirou sua vida. Um crime que acontece com tanta frequência no Brasil. Somos donos da vergonhosa estatística de País que mais mata travestis, transexuais, gays, bissexuais no mundo". Silvero Pereira, ator e diretor teatral, exibiu vídeo ao vivo no *facebook*, já assistido por mais de duas mil pessoas. Ele, autor da peça BR-Trans, ressalta o fato de que o crime aconteceu em momento de discussão social mais acalorada sobre o respeito aos direitos da população LGBT.

André Costa - Secretário da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - relata a autoria do vídeo em coletiva de imprensa no dia 08 de março: "As provas demonstram ser essa pessoa. Mas será feita uma perícia de reconhecimento de voz para confirmar", explicou o secretário. É sabido, pela polícia, que um deles efetuou os dois disparos na execução da travesti. Para que as investigações não sofram interferência, André Costa, porém, confirmou que um dos procurados atende pelo apelido de Chupa-Cabra na região do Bom Jardim. Outro ponto não revelado durante a coletiva é sobre as linhas de investigação. Nem o secretário, nem o delegado disseram se a Polícia trabalha com outras hipóteses de motivação do crime além da transfobia. "Ainda faz parte da investigação. No caso de homicídio é importante desvendar, porque, a depender do motivo, pode gerar qualificadora para esse crime", explicou André Costa. Questionado sobre as ações que a SSPDS adotaria para combater a violência relacionada à transfobia e à homofobia, André Costa garantiu manter diálogo com entidades representativas LGBT. O objetivo é traçar políticas públicas de proteção.

Bruno Ronchi – Delegado responsável pelo inquérito policial – não confirmou quantas pessoas ainda são procuradas pela Polícia. Mas confirmou que, no mínimo, mais duas pessoas ainda não detidas estão envolvidas; já a delegada da Delegacia da Criança e Adolescente, Arlete Silveira, relata que as agressões iniciaram após o grito de "Pega ladrão".

O grito teria sido mais um agravante que motivou a morte brutal da travesti Dandara dos Santos, caracterizada pela delegada como crime de “preconceito, ódio e atordoamento”. Com a apreensão de um adolescente de 17 anos e a prisão de Rafael Alves da Silva Paiva, 21, a Polícia Civil coletou mais depoimentos e obteve a informação de que moradores seguiram um falso alerta de roubo. Esse boato teria feito com que pessoas se reunissem para agredir, torturar e humilhar Dandara. Conforme a delegada, os suspeitos que prestaram depoimentos afirmaram que Dandara teria praticado roubos e furtos no bairro. Porém, conforme a delegada, a informação é falsa e teria servido para incitar a violência. “A vítima não tinha passagem pela Polícia, não tinha antecedentes, era querida na comunidade. O que acontece é um atordoamento. Uma pessoa chega e diz ‘pega ladrão’. As pessoas começam a correr, entram no tumulto e começam a agredir a vítima”, descreveu Arlete.

O que a delegada apresenta acima é uma narrativa que me leva a refletir sobre "os justiceiros" que “fazem justiça com as próprias mãos”, ao escutar os gritos “pega ladrão”, eles partem para cima de Dandara Kathryn com objetos para o espancamento no intuito de "fazer justiça"; com um aparelho celular nas mãos, iniciam as filmagens no intuito de mostrar nas redes sociais sua força e demarcar poder no bairro, o que é uma prática comum das facções criminosas que controlam vários territórios nos bairros no Ceará. Dandara seria mais uma vítima de um alarme falso do crime organizado no bairro do Bom Jardim em Fortaleza. Se estavam cometendo furto na região do bairro, onde foram parar os objetos furtados? Em lugar nenhum, pois eles não existiram, Dandara estava sendo alvo da violência de ódio, por ser um corpo matável, por se tratar de uma travesti de "calcinha e tudo", como é possível escutar em trechos do vídeo, aqui novamente trecho da música de Chico Buarque: “Ela é feita para apanhar, ela é feita para cuspir”.

Em 11 de março de 2017, o jornal O Povo publica a repercussão da reunião do movimento LGBT com o Governador Camilo Santana que ocorreu, no dia anterior, na sede oficial do governo estadual. Com um tom bem-humorado, o jornalista Emerson Maranhão inicia a matéria com uma metáfora: "Unindo a fome com a vontade de comer". A primeira vez que o Governador do Estado do Ceará recebe o movimento LGBT no Palácio da Abolição, sede oficial do Governo. O chefe do estado recebe o movimento LGBT após um ato realizado “Justiça por Dandara e por todas”, que ocorreu na manhã do dia 10 de março de 2017; o ato foi organizado pelo fórum cearense LGBT, saiu da praça Luiza Távora em direção a sede do governo do estado do Ceará, conforme já tratei.

A reunião passa a ser um marco importante das lutas por Direitos Humanos da População LGBT cearense, no momento que as políticas públicas iniciam o seu processo de

implementação com um compromisso do Governador do Estado, à época, não apenas para o movimento localmente situado, mas também para o mundo, pois as câmeras e os microfones estavam ligados para alhures, não era mais uma “tentativa de corredor” e ou “tratos de apertos de mãos”, era um compromisso assumidos após uma tragédia que sensibilizou o mundo.

A seguir, tratarei com mais vagar o status dos compromissos do Governador com o movimento LGBT, o julgamento do caso de Dandara Katheryn e sua contribuição na vida da população de travestis em nomear a causa central de sua(s) morte(s), os argumentos de familiares, defesa e acusação do caso, rememorar o dia do julgamento, os protestos e o clima que envolveu as 15 horas de júri popular em abril de 2018.

4.3 Dandara: Um símbolo da luta pela criminalização da transfobia no Brasil.

"Se (ainda) não temos hoje uma travesti ou uma mulher trans referência como Lélia Gonzalez, é porque somos assassinadas antes dos 35 anos, a maioria não consegue estudar e muitas são expulsas dos bancos escolares. Em um processo longo de perseguição, o Brasil naturalizou um projeto de marginalização das travestis e demais pessoas trans, onde a maior parte dessa população vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas".
(Jovanna Baby Cardoso da Silva, em Bajubá Odara: História do movimento político e social das travesti do Brasil).

A ativista e fundadora das primeiras organizações brasileiras de travestis, Jovanna Baby, apresenta elementos importantes para pensar o extermínio da população das travestis no Brasil, ao afirmar que existe um processo de “naturalização” da marginalização das travestis e pessoas trans. A intelectual e fundadora do movimento nacional de travestis e transexuais nos convoca para pensar este lugar de subalternização que fomos colocadas no Brasil, além dos não lugares que ainda estão por ser ocupados como o da intelectualidade e saber científico, ao dizer que ainda não temos referência de grande visibilidade a exemplo da intelectual brasileira Lélia Gonzalez.

Acredito que estamos construindo nossas referências, seja no campo acadêmico ou no campo dos movimentos sociais, já temos dezenas de intelectuais travestis que são potências em debate público sobre a cidadania da população de travestis nas universidades e nos movimentos sociais. O que falta é ampliação da ocupação desses lugares, que ainda estão sendo conduzidos pelo CISTema, branco e heteronormativo, que com seus filtros nos impede de

acessar os lugares que, muitas das vezes, são constituídos para pagar de desconstruídos, mas não nos reconhecem nas nossas subjetividades que envolvem o contexto histórico de precarização.

Retomo o caso de Dandara Katheryn, em 15 de fevereiro de 2018, um ano após a execução de Dandara, o jornal O Povo traz no caderno: Cidades, Pág. 14. – A manchete: Após um ano do caso Dandara, dois acusados continuam foragidos, o caso ganhou repercussão internacional depois da divulgação do vídeo viralizar nas redes sociais.

O Povo - Ridicularizada, espancada, carregada em um carro de mão, apedrejada e cruelmente morta por ousar ser uma mulher transexual no quarto estado do País que mais mata pessoas trans. Há exatamente um ano, Dandara dos Santos foi morta aos 42 anos, no bairro Bom Jardim, por um grupo de oito homens e quatro adolescentes que filmou toda a ação. Somente 16 dias depois, o caso ganhou repercussão internacional e suscitou debates sobre **LGBTfobia (preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros)**. Ainda assim, passados 12 meses, Francisco Wellington Teles e Jonatha Willyan Sousa da Silva, dois dos acusados, permanecem foragidos, com mandados de prisão preventiva em aberto. (grifo nosso).

Na construção da reportagem de um ano do assassinato de Dandara Katheryn, o jornal O Povo retoma o caso ainda usando o sobrenome construído, por meio de uma violenta hetero-denominação, para a travesti "dos Santos". Na narrativa d'O Povo, é visível que Dandara chega a uma nova identidade, é colocado no lugar de mulher transexual, termo diferenciado do início da cobertura do caso. O trecho da reportagem aqui em análise me chama a atenção para o trecho grifado: debates sobre a criminalização da LGBTfobia e o preconceito contra a população LGBT.

É imperativo destacar que o debate sobre a criminalização da LGBTfobia é uma pauta antiga do movimento social LGBT, e desde o ano de 2006, a partir de debate nacional pautado pelo movimento, oriundo do Projeto Lei 122/2006, apresentado no Congresso Nacional pela então deputada federal do PT de São Paulo, Iara Bernardes. Acredito que, a partir da repercussão do caso Dandara, o assunto da criminalização da LGBTfobia tenha tomado fôlego novamente no debate público; irei voltar a essa questão mais à frente. Importante destacar que o ano de 2018 é o primeiro ano do governo de Jair Messias Bolsonaro, um inimigo declarado das pautas de Direitos Humanos e LGBT no Brasil.

Volto aqui ao caso Dandara: o Promotor de Justiça Marcus Renan Palácio, responsável pela acusação, diz sobre a morosidade da Polícia Civil do Estado do Ceará em prender dois, dentre os oito (adultos), que praticaram esse crime contra Dandara. Eles se encontram foragidos e o processo dos dois em suspenso. Em nota, a Secretaria da Segurança

Pública e Defesa Social (SSPDS) diz considerar o caso elucidado e não informa sobre buscas aos foragidos. Já o advogado assistente de acusação, Hélio Leitão, apresenta o status do caso que se encaminha para júri popular no próximo período.

Para o advogado Hélio Leitão, assistente da acusação, o processo que aguarda somente a chamada para júri popular transcorreu dentro da normalidade. “A tramitação foi regular, os acusados tiveram respeitadas suas garantias constitucionais, dentro da mais absoluta regularidade”, afirma. A expectativa do Ministério Público Estadual é que a partir da segunda quinzena de março os réus pronunciados sejam julgados em júri popular. “No juízo de valor do Ministério Público, as provas carreadas para os autos são abundantes e não sobressai nenhuma dúvida quanto à responsabilidade penal de todos os envolvidos”.

O Coordenador da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBT do Governo do Estado, Narciso Júnior, destaca os avanços das políticas públicas que foram pautadas em reunião entre o Governador Camilo Santana e o Movimento Social LGBT em 10 de março de 2017.

Plano Estadual de Políticas Públicas Para a População LGBT, decreto de abril de 2017, e o atendimento de pessoas trans em Delegacia da Mulher como avanços aprofundados após o assassinato de Dandara. Para ele, é preciso combater a onda conservadora que tenta influenciar na retirada de direitos da população LGBT”. “O desafio é trabalhar as questões socioculturais de uma sociedade que recrimina, vitimiza e violenta o cidadão LGBT do nosso Estado”.

O gestor estadual de políticas para o segmento LGBT apresenta apenas os fragmentos das pautas tratadas em reunião. É possível perceber que, após um ano do caso Dandara, pouco se avançou no marco das políticas públicas para a população LGBT cearense, com a justificativa da existência de uma onda conservadora que dificulta o avanço nos compromissos assumidos pelo chefe do estado com as organizações da sociedade civil há pouco menos de ano. Importante aqui destacar que as únicas demandas encaminhadas ocorreram logo após a reunião do Governador com os movimentos.

O jornal O Povo destaca os avanços no campo da proposição no parlamento. O projeto de lei, proposto por Elmano de Freitas (PT), foi aprovado e se tornou a lei nº 16.334, que institui o Dia Estadual de Combate à Transfobia no Ceará, sendo que é a única lei aprovada até o julgamento sobre. A data foi estabelecida em 15 de fevereiro em homenagem à Dandara.

Em esfera nacional, um outro projeto de lei, já mencionado aqui, é o de número 7292/17: quer alterar o Código Penal Brasileiro para prever o LGBTcídio como circunstância qualificadora de homicídio; o projeto é de autoria da deputada federal Luizianne Lins (PT): o PL tramita na Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

No parlamento municipal, tramita o Projeto de Lei nº 85/2017, que cria o Dia Municipal de Enfrentamento à Transfobia, que já foi votado pelas comissões temáticas e

aguarda ser colocado para votação na assembleia pelos vereadores. A data seria marcada, por exemplo, por ações governamentais focadas na sensibilização pelo respeito à diversidade sexual. A vereadora Larissa Gaspar, que, na época, estava no Partido Pátria Livre (PPL), hoje no PT, é a autora do projeto.

Mais uma vez destaco as ações e Providências anunciadas pelo Governador em 10 de março de 2017 e que estão às vésperas de aniversariar:

1. Elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas Para a População LGBT
2. Atendimento de travestis e transexuais em casos de violência doméstica e familiar nas 10 Delegacias de Defesa da Mulher
3. Constituição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos LGBT
4. Estabelecimento de um centro de referência para dar assistência jurídica e psicossocial às vítimas de LGBTfobia
5. Criação de ambulatório transexualizador no Ceará
6. Criação de Delegacia Especializada no Atendimento a Pessoas Vítimas de Crimes de Ódio

O jornal O Povo destaca que, das ações acima, somente o Plano Estadual e o atendimento de travestis e transexuais em casos de violência doméstica e familiar, nas Delegacias de Defesa da Mulher, foram executados. Por meio de nota, a assessoria do Governo informou que o projeto que cria o Conselho Estadual será enviado para a Assembleia Legislativa em breve. Já o Ambulatório para Atendimento à Pessoa Trans, tem previsão para começar a funcionar em dois meses a contar a partir de fevereiro de 2018. O serviço será localizado no Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto, que foi reformado para abrigar o equipamento. Contará com atendimento por equipe multiprofissional composta por médico psiquiatra, médico endocrinologista, psicólogo, assistente social e enfermeiro”, disseram. Já a SSPDS informou que a Delegacia Especializada está prevista na proposta de reestruturação da Polícia Civil. No entanto, ainda não há prazo para a criação.

Destaco aqui a importância do jornal O Povo em rememorar os compromissos assumidos pelo Governador um ano após o assassinato de Dandara: é notório que as demandas acima listadas não foram encaminhadas com a brevidade necessária para combater as violências e os assassinatos da população de travestis, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais no estado do Ceará. As reivindicações do movimento social organizado LGBT, tratadas em reunião com o Governador, são demandas datadas de muito antes do assassinato da travesti Dandara. São propostas estruturadas e encaminhadas a partir da participação popular de três Conferências

Estaduais de Políticas Públicas para LGBT que foram realizadas pelo Governo do Estado nos anos: 2008, 2011 e 2016. É nítida a morosidade em tratar as pautas de direitos humanos para a população LGBT nas estruturas governamentais, demonstrando que o compromisso do Governador não é o suficiente para a construção concreta de mecanismos que possam salvaguardar o direito à vida daqueles e daquelas que necessitam morrer para dar vida a outras, ainda que de forma precária.

Continuando a análise do caso Dandara, após um ano, apenas cinco pessoas foram pronunciadas e devem seguir para julgamento no primeiro trimestre do ano de 2018. Francisco José Monteiro de Oliveira Júnior, Jean Victor Silva Oliveira, Rafael Alves da Silva Paiva, Júlio César Braga da Costa, Isaías da Silva Camurça são os pronunciados. Francisco Gabriel de Sousa Reis ainda aguarda se será pronunciado ou não. Francisco Wellington Teles e Jonatha Willyan Sousa seguem foragidos mesmo com mandados de prisão preventiva emitidos em março de 2017. Os adolescentes estão com caso na 2ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza que determinou cumprimento de medida socioeducativa de internação. A defesa de dois deles recorreu em outubro, mas a decisão foi mantida.

A seguir temos uma tabela em ordem cronológica da cobertura do jornal O Povo, que está organizada pelos acontecimentos que envolveram o caso Dandara até o júri popular dos cinco primeiros envolvidos no crime contra a travesti.

Tabela II: Acontecimentos do Caso Dandara organizado em ordem cronológica.

DATA	ACONTECIMENTO
15/02/2017	Na tarde do dia 15 de fevereiro, no bairro Bom Jardim, Dandara dos Santos, 42, foi espancada, com socos, chutes e pauladas por 11 indivíduos, sendo quatro deles adolescentes. Um 12º homem grava a ação e incita a violência. Posteriormente, Dandara é alvejada por tiros na cabeça e uma forte pedrada.
04/03/2017	Dêsseis dias depois da morte cruel de Dandara dos Santos, vídeo do assassinato é compartilhado nas redes sociais e ganha repercussão nacional. Até aquele momento nenhum dos responsáveis pelo crime havia sido preso.
06/03/2017	Adolescente, de 16 anos, foi apreendido no bairro Granja Lisboa. Os adultos envolvidos no caso, apesar de identificados, seguiam foragidos.
08/03/2017	Dois adolescentes de 17 anos foram apreendidos, um no município do Trairi, e o outro junto a dois adultos também presos pela polícia. Os adultos foram identificados como Isaías da Silva Camurça, 25, e Júlio Cesar Braga da Costa, 19.

10/03/2017	Mais um adolescente de 17 anos é apreendido e Rafael Alves da Silva Paiva, 21, é preso em Maracanaú – ele era o dono do carrinho de mão em que Dandara foi levada. Suspeitos justificam crime dizendo que Dandara cometia furtos no bairro e que o linchamento teria essa motivação. A delegada Arlete Silveira afirma que as acusações contra Dandara são falsas.
11/03/2017	Após manifestação, o governador Camilo Santana se comprometeu trabalhar na elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBT, na constituição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos LGBT e no estabelecimento de um Centro de Referência para dar assistência jurídica e psicossocial às vítimas de LGBTfobia. Camilo também se comprometeu a articular, junto à Secretaria de Saúde (SESA) a vinda de um ambulatório transexualizador no Ceará. Delegacia da Mulher (DDM) passa atender demandas de pessoas trans
13/03/2017	Francisco José de Oliveira Junior, 21, é o oitavo suspeito de homicídio. Ele foi detido em Pedra Branca. Ele é indicado de ter sido um dos que efetuaram tiros contra Dandara
20/03/2017	Seis adultos são indiciados por homicídio triplamente qualificado e corrupção de menores no assassinato da travesti
24/03/2017	Francisco José de Oliveira Junior, Jean Victor Silva Oliveira, Rafael Alves da Silva Paiva, Francisco Gabriel Campos dos Reis, Júlio César Braga da Costa, Isaias da Silva Camurça e Francisco Wellington Teles e Jonatha Willyan Sousa da Silva tiveram prisões preventivas decretadas. Os dois últimos seguem foragidos.
25/03/2017	Relatório do Ministério Público indica quais foram as participações de cada acusado no caso Dandara. Dos 12 envolvidos, um homem não foi identificado pela Polícia.
10/08/2017	1ª Vara do Júri de Fortaleza realiza a primeira audiência da ação penal relativa à morte da travesti Dandara. São ouvidas testemunhas indicadas pela acusação.
06/09/2017	Na segunda audiência de instrução do caso, quatro acusados confessaram participação no crime.
13/09/2017	Sancionada a Lei 16.334, que institui o Dia Estadual de Combate à Transfobia no Estado do Ceará. 15 de fevereiro, em homenagem a Dandara.
04/10/2017	A 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) manteve a aplicação de medida socioeducativa para dois adolescentes acusados de participar do crime.
30/11/2017	Cinco acusados são pronunciados e irão a júri popular
12/12/2017	Audiência pública discute lei de autoria da deputada federal Luizianne Lins (PT) que quer transformar assassinato de pessoas LGBT em crime hediondo.
15/02/2018	Após um ano do caso Dandara, dois acusados continuam foragidos.
15/03/2018	O julgamento dos acusados de matar Dandara é marcado.

04/04/2018	O julgamento do Caso Dandara será marco.
05/04/2018	DANDARA- Mãe de travesti diz que pena de 30 anos é pouco para tanta crueldade.
06/04/2018	Júri popular condena matadores de Dandara.

Fonte: Jornal O Povo e atualização pela autora a partir de 15/02/2018.

Fortaleza, 15 de março de 2018: O jornal O Povo retoma o caso Dandara no Caderno Farol – com o tema: Justiça - Julgamento dos acusados de matar Dandara é marcado, foi agendado para o próximo dia 5 de abril de 2018 o julgamento de cinco acusados de participação no espancamento e morte de Dandara dos Santos, 42. A travesti foi cruelmente assassinada no Bom Jardim no dia 15 de fevereiro de 2017. O caso foi filmado e, a partir da divulgação do vídeo, ganhou repercussão internacional.

Conforme o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), serão levados a júri popular os réus Francisco José Monteiro de Oliveira Júnior, Jean Victor Silva Oliveira, Rafael Alves da Silva Paiva, Isaías da Silva Camurça e Francisco Gabriel Campos dos Reis. **Os cinco serão julgados por homicídio triplamente qualificado (por motivo torpe, meio cruel e uso de recurso que impossibilitou defesa da vítima), além de corrupção de menores.** Júlio César Braga Costa também foi pronunciado no processo, mas recorreu da decisão e aguarda julgamento do recurso pelo TJCE. Outros dois acusados, Francisco Wellington Teles e Jonatha Willyan Sousa, **continuam foragidos, mesmo com mandados de prisão preventiva emitidos há cerca de um ano.**

Uma marca importante do pronunciamento da acusação do caso Dandara Kathryn é a possibilidade das qualificadoras do crime, aqui no depoimento ao jornal O Povo é sustentado como um crime *triplamente qualificado*. Ou seja, um crime que envolve elementos importantes para responder a *transfobia como motivador* do terrível crime que vitimou Dandara. Aqui também é possível observar que, mesmo com a pressão do movimento social organizado pelo governo do estado do Ceará, ainda não foi possível a prisão de todos envolvidos no caso.

No dia 04 de abril de 2018, às vésperas do júri popular de cinco dos envolvidos no massacre de Dandara, o jornal O Povo apresenta uma reportagem com a seguinte manchete: Um ano e 36 dias após a tortura e execução de Dandara dos Santos, um júri popular em Fortaleza decidirá o caso que mistura transfobia e a banalização dos homicídios no Brasil. – Julgamento do Caso Dandara será Marco.

O jornal continua em narrativa: dificilmente os primeiros cinco réus pela morte de Dandara dos Santos, 42, não serão condenados no julgamento previsto para amanhã, a partir

das 08 horas, no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza. Dada a repercussão mundial do assassinato, gravado por um telefone celular e replicado pela *web*, a sessão tende a ser um marco na luta em desfavor da intolerância de gênero e um basta na escalada dos homicídios e a banalização da vida no Brasil. Cinco homens serão julgados pela tortura e execução de uma travesti.

Observo aqui que o jornal O Povo sustenta uma tese, que eu destaquei como central e desenvolvi em outras páginas, qual seja, de que o caso de Dandara Katheryn só chega a julgamento por conta da repercussão do vídeo que mostra o martírio de Dandara nas redes sociais e que ganha os holofotes da grande mídia mundial em denunciar o ocorrido com a travesti cearense. Retomo aqui o fato: nenhum dos dezenove casos de assassinatos de pessoas travestis, que foram vítimas da intolerância e da transfobia no mesmo ano que Dandara Katheryn, chegaram ao *status* de ser julgado, a imensa maioria foi sequer visibilizada, antes, o contrário, ignorada.

A expectativa sobre o caso de Dandara é de fazer uma pressão para que os demais assassinatos que vitimaram travestis e ou transexuais não sejam mantidos impunes. Para acusação do caso em análise, é que o julgamento tenha uma relevância coletiva para a comunidade que Dandara Katheryn pertencia, tendo em vista o emprego da tortura e por se tratar de pertencer a um coletivo historicamente hostilizado e que vem recebendo maior a atenção dos organismos de Direitos Humanos a níveis do Estado do Ceará e do Brasil.

De acordo com Marcus Renan Palácio, promotor da 1ª Vara do Júri, “estará em julgamento um caso de homicídio com particularidades decorrentes do fato de que tudo foi filmado, e a vítima integrava um grupo social tradicionalmente hostilizado, tanto é que tem recebido atenção especial de proteção dos direitos humanos nos níveis estadual e federal”. Afirma o responsável pela acusação no julgamento.

O Jornal O Povo apresenta mais um elemento da importância do caso de Dandara Katheryn e as estatísticas que envolveram os números de homicídios no estado do Ceará no ano de 2017, dando saliência ao caso de Dandara devido à repercussão do vídeo. Fazendo com que a tese aqui apresentada de que o diferencial do assassinato de Dandara são as imagens – espetacularizadas e consumidas de modo intenso e difuso – de sua tortura terem sido divulgadas nas redes sociais e ter tomado a pauta dos grandes veículos de comunicação no Brasil e no Mundo. Caso não tivesse tomado esse rumo, o fato seria só mais um número na estatística de morte, sem outros desdobramentos públicos, assim como foram os das demais pessoas travestis e transexuais assassinadas no mesmo ano com semelhantes requintes de crueldade e desideratos de desumanização das vítimas.

Dandara dos Santos só não virou estatística entre os 5.134 homicídios registrados no ano passado, no Ceará, porque os denunciados não tiveram o constrangimento de postar as cenas do martírio na Internet. O que, aparentemente, seria tratado como mais uma execução na periferia de Fortaleza, dominada pelas facções criminosas e a disputa por territórios para o tráfico de drogas, tomou outro rumo.

Para o Promotor de Justiça do caso de Dandara, Marcus Renan, “não há exagero no tratamento dispensado ao Caso Dandara e que cada assassinato deve ser enfrentado com suas características especiais ou particulares. Dificilmente um homicídio será idêntico a outro”. Ele apresenta elementos constitucionais sobre jurisprudência em caso que envolve direitos humanos de populações vulneráveis como é o caso da travesti.

[...] desde a Constituição Federal de 1988 e a reiterada jurisprudência sobre direitos humanos do Supremo Tribunal Federal - como o caso do habeas corpus conhecido como antissemitismo - que grupos sociais tradicionalmente vulneráveis têm recebido especial atenção. Sigo esta orientação constitucional, jurisprudencial e de recomendação internacional dos organismos e tribunais mundiais dos quais o Brasil participa e se submete à jurisdição. Devo obediência à Constituição Federal e às leis democraticamente promulgadas, independentemente de convencimento pessoal.

Esta afirmação, em entrevista ao jornal O Povo, na véspera do julgamento dos acusados de tortura e assassinato da travesti Dandara Katheryn, coloca elementos centrais para entender os desdobramentos do Júri Popular que vamos já analisar. Aqui tenho um ponto que trato com cuidado para dar destaque visto que o promotor também é responsável por mais casos que envolvem assassinatos de travestis. Além do caso Dandara, Marcus Renan é o promotor de mais três processos de assassinatos de travestis: em 15/01/2018, ele denunciou Josimberg Rodrigues de Abreu, acusado de matar Beyoncé; e estão em fase de investigações, na Divisão de Homicídios; as execuções de Hérica Izidório (12/2/2017), morta na avenida José Bastos, no bairro Jardim América; e Rayca, assassinada em 10/4/2014, no Centro de Fortaleza ²³.

O jornal O Povo continua a sua cobertura com a chamada TRANSFOBIA NO CEARÁ. Foram registrados quatro assassinatos este ano. Pelo menos 49 transexuais e travestis foram mortos no Brasil, sendo quatro no Ceará, no intervalo entre o mês de janeiro e o último dia 2 de abril. O número já representa 27,3% dos 179 casos registrados ao longo de 2017. Os dados são da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

O episódio mais recente foi em Maranguape, quando a travesti Elvira Ferreira, foi morta a facadas, na última segunda-feira. O caso é investigado pela Polícia Civil. Porém, mesmo diante dessa recorrência, dos assassinatos contabilizados no ano passado, apenas 10% resultaram na prisão dos suspeitos e menos de 4% deles foram levados a julgamento.

²³ Estou a escrever este ponto em 20 de outubro de 2022 e não tenho nenhuma informação do julgamento dos demais casos aqui apontados.

É possível perceber que, mesmo com toda mobilização do caso Dandara, o Ceará continua exterminando as vidas das travestis. Os dados que o jornal O Povo aponta acima nos mostram que existe uma impunidade aos assassinatos das travestis. Como já afirmado anteriormente, ainda se faz necessária uma legislação – assim como uma prática – mais firme para entender as questões que envolvem os assassinatos dessa população no Brasil e a efetivação de políticas públicas que promovam cidadania e proteção, a exemplos das pactuadas com o então Governador, do Ceará, em reunião em 10 de março de 2017.

Retomo aqui o pensamento de Bruna Benevides - Secretária de Articulação Política da Antra e responsável pelo levantamento de assassinatos de travestis e transexuais, que destaca: “diante deste cenário, o julgamento dos acusados de torturar e matar Dandara dos Santos se torna emblemático”. A ativista aponta questões de total importância para o desenrolar do caso de Dandara e para toda a comunidade de travestis e transexuais, não só cearenses.

O Caso da Dandara pode ser um divisor de águas, onde teremos uma condenação por assassinato motivado por transfobia, que é esse ódio que as pessoas têm contra as travestis e transexuais. Há 10 anos estamos denunciando que o Brasil vem se superando no índice de assassinatos de travestis e transexuais. E esse caso joga luzes sobre essa que é, hoje, nossa luta principal: sobrevivência.

A subnotificação destacada por Benevides é um fator que dificulta um diagnóstico mais preciso sobre o problema. Ela ressalta que a forma como Dandara morreu não foi um fato isolado. “Nossa pesquisa mostra que 85% dos assassinatos contra travestis ou transexuais contém requintes de crueldade. O Caso Dandara escancara isso, mas ele também foi filmado. Isso mostra que as pessoas se sentem confortáveis em desumanizar, matar, violentar e expor tudo sem pudor”. Importante relacionar, aqui, as reflexões da ativista Bruna Benevides com as apontadas por Neon Cunha que abre umas das sessões da dissertação: “Dandara Katheryn, identificada pela imprensa como Dandara dos Santos, foi morta em Fortaleza (CE), em 2017. Sua tortura à luz do dia foi filmada e disponibilizada nas redes sociais, à princípio como um prêmio para quem expressa seu ódio por meio de uma execução que remete às leis abraâmicas”.

No dia 05 de abril de 2018, no dia do julgamento do caso Dandara, O Povo publica uma reportagem sobre o Júri popular dos cinco primeiros réus no caso de Dandara Katheryn. O jornal usa como manchete: “Mãe da travesti diz que pena de 30 anos é pouco para tanta crueldade”. Francisca Vasconcelos, 75, não vai ao Fórum Clóvis Beviláqua.

Ela conta ao O Povo como perdeu três filhos em um ano, dois deles para a violência em Fortaleza:

As narrativas sobre a dor, segundo dona Francisca, teriam uma justificativa entre o “céu e a terra”. A fé a faz acreditar e é consolo. “Já perguntei a Deus por que ele não deu um jeito, não defendeu meus filhos na hora da morte? O que ele queria dizer com

tanto sofrimento? Quis me revelar, só pode, que esse mundo não merecia eles. Eram pessoas boas que não mereciam morrer sofrendo o que sofreram. Deus deve ter levado porque é muito sofrimento aqui”, ressentida a mãe.

O Povo vai à busca da mãe de Dandara, para saber do Júri popular que levará cinco envolvidos no assassinato da travesti aos bancos dos réus, no Fórum Clovis Beviláqua, na capital cearense. Francisca Vasconcelos não irá ao Fórum. Uma queda a impossibilitou de acompanhar a sessão do júri popular. E, mesmo que estivesse em boas condições físicas para enfrentar a maratona por Justiça, não queria ver o vídeo do martírio da filha. “É obrigado passar o filme, né? Nunca vi e não quero mais o sofrer dela”, diz. “Não queria que eles fizessem com outros o que fizeram com Dandara, "mas 30 anos é pouco para um crime tão cruel. Imagino o que Dandara sofreu e ninguém queira estar no meu lugar de mãe”, desabafa.

Na manhã do dia 05 de abril de 2018, uma reportagem veiculada nas páginas do jornal O Povo sobre o julgamento que aconteceria logo mais tarde no fórum. Um grupo de ativistas do Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB e do Fórum Cearense LGBT já estava se posicionando na escadaria do Fórum Clóvis Beviláqua. Os ativistas chegaram por volta das 8h da manhã para demarcar com ato e protestos a sessão do júri, com faixas e cartazes, com mensagens de criminalização da LGBTfobia, dizeres para rememorar as travestis assassinadas em 2017. A cobrança era por justiça por Dandara e por todas: o mesmo tom do ato de 10 de março de 2017, realizado na praça Luiza Távora que culminou com a reunião com o Governador.

Um varal com os nomes das travestis assassinadas em 2017 e as datas dos assassinatos tomava a frente do Fórum. Lembro perfeitamente da tensão que envolvia todas as pessoas que chegavam à sede da justiça. Uma estrutura diferenciada de segurança foi montada na entrada do fórum, a fim de garantir que apenas as pessoas credenciadas, defesa, acusação e imprensa, tivessem acesso ao salão do júri. A sessão iniciou por volta das 10h da manhã com apresentação do caso; em seguida, os debates entre acusação e defesa. Renan argumentou que os responsáveis pela morte de Dandara não eram apenas os dois (um adolescente e Chupa Cabra), que atiraram contra a vítima indefesa. É tão culpado o que só deu um chute quanto o que desferiu um tiro”.

O jornal O Povo realizou a cobertura de todo o julgamento que demorou até às 01h30min do dia seguinte, ou seja, o dia 06 de abril de 2018: foram 15 horas de julgamento. Por decisão da juíza Danielle Pontes, a pedido da Polícia Militar, os cinco acusados permaneceram algemados durante o período em que foram julgados. O julgamento foi visto por

mais de duzentas pessoas, que se inscreveram nas vagas para um revezamento entre manhã, tarde e noite.

Marcus Renan, acompanhado do advogado Hélio Leitão – o assistente da acusação – criticou a tese usada por Pedro Henrique Bezerra para defender Francisco Monteiro, o Chupa Cabra. O advogado afirmou que seu cliente não havia matado Dandara, mesmo tendo disparado duas vezes contra a cabeça da vítima. Os tiros de um revólver 38 foram dados após a travesti ser transportada, ainda com vida, em um carro de mão para um terreno baldio. Francisco Monteiro confessou que deu o segundo e o terceiro tiro. Disse que o corpo de Dandara não havia esboçado nenhuma reação. Ela, de acordo com o réu, teria morrido em decorrência do “primeiro tiro dado por um adolescente ou por causa de uma pedrada desfechada por outro adolescente contra a cabeça dela”. O advogado Pedro Henrique Bezerra lançou mão da tese do “crime impossível”, pois somente teria atirado em quem já estava morto. “Não quero colocar uma auréola na cabeça do Francisco, mas peço Justiça”.

O promotor Marcus Renan usou o laudo cadavérico para se contrapor à tese da defesa de Chupa Cabra. “Não é ironia, mas o senhor (réu) é legista? Checou o pulso de Dandara? Mediu a respiração da vítima? Por favor, o laudo cadavérico é taxativo: a causa morte de Dandara aponta traumatismo craniano decorrente de perfurações de projéteis de arma de fogo”, rebateu.

Francisco Firmo Barreto, defensor público dos réus Jean Victor e Rafael da Silva, pediu aos sete jurados que não condenassem os dois por homicídio triplamente qualificado. De acordo com ele, as pancadas dadas por Jean com um pedaço de madeira em Dandara e o chute desferido por Rafael na cara da travesti não teriam provocado a morte dela.

A defensora pública Carolina Reis, representante de Gabriel Campos, também foi pelo mesmo caminho. A morte, segundo o laudo, teria acontecido por causa dos tiros disparados por um adolescente e por Chupa Cabra. “E não as chineladas dadas por Gabriel”.

O advogado Paulo Torres, de Isaías da Silva, alegou que “Zazá” não havia tocado em Dandara. É dele a voz gravada no vídeo que mostra a parte da tortura e que diz: “A imundiça tá de calcinha e tudo, a pirangage...”.

Francisco José Monteiro, 22, conhecido como Chupa Cabras, que responde por porte ilegal de arma e receptação. Primeiro a ser interrogado, às 10h38min, confessou o crime, pediu perdão à família da vítima e afirmou que a denúncia era verdadeira. Contou que, no dia do fato, estava na casa da mãe e saiu para jogar bola quando avistou quatro dos acusados. O grupo teria lhe dito que um “cara” havia sido capturado por roubar no bairro. Porém, quando chegou ao local, Dandara já estava “morta, deitada sobre uma poça de sangue e com uma pedra

grande ao lado da cabeça”. Um adolescente teria efetuado um disparo contra a cabeça da vítima, tendo ele, logo em seguida, atirado outras duas vezes, influenciado pelo gesto criminoso.

Elementos apresentados nos depoimentos acima mostram a intenção dos réus em ter certeza da morte de Dandara, mesmo acreditando em sua morte ter sido concluída, os criminosos continuaram a torturá-la na obtenção de uma certeza de sua morte ou de demonstrar poder sobre a situação que levou a tragédia de Dandara.

A acusação questionou se ele possuía conhecimento específico para afirmar que a vítima já estava morta e se ele verificou os batimentos cardíacos dela, ao que respondeu negativamente. Indagado pela defesa, porém, disse que Dandara não esboçou “reação ou gemidos” aos disparos. No fim, se disse arrependido. “Eu não sei quem é a mãe, não sei quem é a família, mas queria pedir perdão a todos eles. Eu fiz isso porque me deixei levar pelo mundo, mas hoje estou buscando ao Senhor. Deus colocou essa palavra em meu coração e a intenção de pedir perdão a todos”, concluiu.

Jean Victor Silva Oliveira, 20, sem antecedentes. Ouvido às 11 horas e 14 minutos, afirmou que não tinha a intenção de matar Dandara. Contou que estava trabalhando como auxiliar de pedreiro do pai, em casa, quando viu a confusão na rua. Após saber que se tratava de alguém que foi flagrado roubando, pegou uma tábua e desferiu golpes contra Dandara. “Em momento algum eu achei que iam matar ela”.

Rafael Alves da Silva Paiva, 20, o Fael ou Buiú, respondeu a ato infracional análogo à receptação, quando adolescente, por ter sido flagrado pela polícia com uma motocicleta roubada. Começou a ser interrogado às 12 horas e 7 minutos. Afirmou que a denúncia continha partes verdadeiras e falsas. Disse que estava capinando um terreno quando viu o tumulto e que desferiu vários chutes contra a vítima, registrados em vídeo, mas que também não tinha intenção de matar. Alegou ter agido por impulso por Dandara ter roubado uma mulher. Assegurou também não ser “preconceituoso”, pois tem parentes que são travesti e lésbica, e que estava com ele no momento em que foi preso.

Isaías da Silva Camurça, 26, o Zazá, responde por homicídio. Interrogado às 12 horas e 30 minutos, afirmou que a denúncia não era completamente verdadeira. Alegou que, no dia do crime, estava a caminho do Centro, onde consertaria o celular e parou para ver a confusão. Disse que não se aproximou, mas que a voz dele foi captada no vídeo. “A imundice tá de calcinha e tudo”. Em seguida, teria ficado com “remorso” e saiu. “Sinceramente, ninguém merece passar pelo que ela passou”. Justificou que não poderia fazer nada, pois corria o risco de se tornar “outra vítima”, e que o vídeo registrou o momento em que afirmou “a galera vai te matar se tu não sair fora daqui (sic)”. E apelou: “Peço que analisem porque a justiça tem que

ser feita, mas para quem fez algo errado. Confesso que falei aquilo, pelo impulso, mas isso não causou a morte da Dandara”.

Francisco Gabriel Campos dos Reis, 21, o Didi ou Gigia. Último a ser interrogado, às 13 horas e 10 minutos, confessou que foi um dos primeiros a agredir Dandara, com “três chineladas”. Disse que mentiu no primeiro interrogatório ao afirmar que estava em Quixadá na ocasião do crime. Detalhou que quando bateu na vítima ela estava “consciente e em pé”, e que cessou a agressão quando viu que “estava fazendo algo errado”. Contrariando a própria defesa, afirmou que trabalhava para o tráfico, que todos os envolvidos são traficantes e que Dandara foi morta pela lei do tráfico que proíbe roubo nas comunidades. Alegou que a vítima teria roubado uma motocicleta e que a agrediu “sem maldade”, pois, se quisesse continuar, teria ido “até o fim do vídeo” e que deixou o local por ordem do “patrão” traficante.

Figura 13: Ato na Frente do Fórum Clóvis Beviláqua durante o júri popular do caso Dandara



Fonte: Blog do Lauriberto

Durante o julgamento, ativistas do movimento LGBT também manifestaram por justiça e houve cobrança por outras demandas do movimento no Estado. “Esse julgamento não minimiza a transfobia e os casos de LGBTfobia no Ceará. Para além do julgamento, estamos

aqui para exigir políticas públicas que venham a enfrentar essa violência no Ceará”, afirmou o coordenador político do Grupo de Resistência Asa Branca (Grab), Dáry Bezerra.

Figura 14: Sala do Júri no dia do Julgamento do caso Dandara



Fonte: Assessoria de Imprensa Ministério Público Estadual

Francisca Ferreira Vasconcelos, mãe de Dandara, três meses depois da morte de Dandara, teve a vida atravessada por outro crime trágico. Seu filho/neto, Rodrigo, 23, também foi executado na periferia de Fortaleza. O ano de 2017 foi um tormento para Francisca Ferreira Vasconcelos, mãe das duas vítimas que entraram nas estatísticas de homicídios no Ceará. Em 2017, foram 5.134, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado.

“Em um ano, perdi três filhos. Dois deles não escaparam da violência dessas facções. Estou com nojo de Fortaleza, tenho vontade de ir embora para Itapipoca”, Francisca Ferreira revela sua decepção com a cidade depois de ter passado pelo luto várias vezes, a partir das perdas dos filhos. O primeiro a partir foi Francisco Alisson Ferreira. Segundo a mãe, Alisson era homossexual e também teve uma vida atravessada pelo preconceito e o ódio. Desde os 17 anos, quando revelou para a mãe sobre a orientação sexual. Mais uma vez, a violência cruzou o destino da de Francisca Vasconcelos. Alisson, depois de colocar silicone em São Paulo e, supostamente, ser aliciado por uma quadrilha de traficantes de pessoas para prostituição na Europa, tentou entrar na Espanha. Não conseguiu e foi deportado do aeroporto de Barcelona para São Paulo. Em 27/5/2016, faleceu em Fortaleza por causa de uma “queda, convulsões e uma depressão quase sem fim”. Segundo dona Francisca, Alisson e Dandara, depois que foram ganhar a vida em São Paulo, contraíram o vírus HIV.

Rodrigo Ferreira Sampaio, na verdade, é um neto que foi criado desde bebê por dona Francisca, que o considerava filho, entre os dez que deu à luz. Continua “ele sofreu igual à Dandara, morto por esses desalmados”, revolta-se. Outro ponto importante a ser levantado em consideração é a morte de seu primeiro filho no ano de 2016. Alisson, que, a partir da narrativa de Francisca, é possível observar que se tratava também de uma travesti, a partir dos trânsitos corporais e da busca por ganhar a vida na Europa, traços frequentes da construção corporal das travestis. Os elementos apresentados na entrevista, concedida ao O Povo por Francisca Ferreira, mostram que as vulnerabilidades e desigualdades sociais, que sustentam as estruturas sociais do país, levaram suas duas filhas travestis, no primeiro caso, à vivência com HIV, acrescida da depressão; e, na segunda, à violência em sua forma mais cruel e que foram as causas de suas mortes físicas. Como já desenvolvi anteriormente, são mais casos da *morte social* que os corpos travestis estão por vivenciar anterior às suas mortes físicas: um traço estrutural do Brasil.

Um protesto contra a violência à população LGBT e pela condenação dos acusados da morte de Dandara acontece hoje, 06 de abril de 2018,, das 7h30 às 12h, em frente ao Fórum Clóvis Beviláqua. O evento Justiça Para Dandara é organizado pelo Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) e pelo Fórum cearense LGBT.

Francisco Pedrosa presidente do Grupo de Resistência Asa Branca “Esperamos que os julgados sejam condenados, mas também que os dois foragidos sejam presos, que as medidas anunciadas pelo governo sejam efetivadas, e que isso sirva para combater a impunidade nos casos de assassinatos transfóbicos”.

Um dia após o julgamento do caso de Dandara, em 06 de abril de 2018, o jornal O Povo publica mais uma reportagem, com os seguintes destaques. Os réus responsabilizados pelo martírio de Dandara Kethlen foram condenados pela execução da travesti cearense. O assassinato teria sido motivado, também, por preconceito dada a orientação sexual da vítima. O crime foi filmado e postado por seus algozes na *internet*. Júri popular condena matadores de Dandara. Depois de mais de 15 horas de julgamento, um tribunal do júri popular considerou culpados os primeiros cinco réus responsáveis pela tortura e execução de Dandara Kethlen. Os jurados, cinco mulheres e dois homens, concordaram, ontem no Fórum Clóvis Beviláqua, com a tese da acusação que sustentou que o assassinato da travesti, ocorrido em 15/2/2017, em Fortaleza, foi decorrente de um “concurso de agentes” e motivado também pela transfobia. A juíza Danielle Pontes, da primeira Vara do Júri, aplicou penas por crime de homicídio triplamente qualificado para quatro réus e duplamente qualificado para Isaias da Silva.

Pontos importantes aqui para elaborar: o primeiro é a forma que o jornal passa a tratar Dandara, a partir do julgamento, jornal O Povo percebe que o nome da travesti, que há mais de um ano vem noticiando como “Dandara dos Santos”, é Dandara Katheryn; a escrita

ainda não corresponde ao que foi denunciado por Cavachioli (2021), por escreverem Kethlen. Segundo ponto, é a grande confusão que o jornal faz sobre a orientação sexual e identidade gênero. O terceiro é que o jornal em nenhum momento retifica o verdadeiro nome de Dandara.

Francisco Pedrosa, presidente do Grupo de Resistência Asa Branca, manifesta o desejo que os dois envolvidos, que se encontram foragidos, sejam capturados e que também sejam julgados. Além de cobrar efetividade nas medidas anunciadas pelo Governo.

De acordo com o promotor de Justiça Marcus Renan, “todos os criminosos que participaram do espancamento à retirada da vida de Dandara, cada um à sua maneira, concorreram para o crime de homicídio na medida da culpabilidade de cada um”. O assassinato da filha da aposentada Francisca Ferreira Vasconcelos, de acordo com o promotor de Justiça, começou a se desenhar quando Dandara foi levada do Conjunto Ceará para o Bom Jardim. A partir daí se juntarem, pelo menos, 12 pessoas para promover tortura, escárnio, linchamento e a eliminação dela. “Inventaram que ela havia roubado no bairro e, pela lei do tráfico e das facções, teria sido condenada à morte. Até hoje não apareceu uma única vítima do roubo nem o objeto roubado”.

O julgamento dos primeiros cinco réus responsáveis pela tortura e execução de Dandara Katheryn foram condenados: quatro dele por homicídio triplamente qualificado e Isaias da Silva por homicídio duplamente qualificado. A acusação sustentou a tese de que foi um crime decorrente de um "concurso de agentes" e motivado também pela transfobia. As penas foram aplicadas de acordo com as qualificadoras dos crimes, sendo os triplamente qualificados em 16 anos e o duplamente qualificado em 14 anos e seis meses.

Retomo as expectativas do movimento social organizado perante o julgamento, entendido potencialmente como um marco para a luta pela criminalização da transfobia. Dandara passa a inaugurar mais uma vez o primeiro feito na jurisprudência para qualificar os crimes cometidos contra travestis e transexuais como transfobia no Brasil. Em 16 de novembro de 2018, o jornal O Povo publica uma notícia sobre os crimes violentos no Estado do Ceará e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) afirma que não houve nenhum registro sequer de assassinato motivado por homofobia e ou transfobia no ano de 2017 e a delegada Adriana Arruda aponta que Dandara foi morta por motivos alheios à condição de travesti. "Nos procedimentos formalizados nos inquéritos policiais da Capital e Região Metropolitana, no ano de 2017 não houve a identificação de nenhum crime ligado à homofobia", garante a coordenadora da Comissão de Estudo do Perfil das Vítimas de Crimes Violentos Letais e Intencionais.

Ao ignorar o qualificador de transfobia, aplicado pelo júri popular no caso de Dandara Katheryn, a SSPDS continuar a invisibilizar as nossas mortes, demonstrando que existe uma política de extermínio da nossa existência que é estruturado pela negação das nossas subjetividades e que carrega uma espécie de institucionalização do Estado Brasileiro e reforçado cotidianamente: é preciso reconhecer para promover. Aqui exemplifica os argumentos já utilizados aqui para demonstrar a negligência do estado em promover ações concretas de cidadania para a população de travestis e transexuais.

Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a reconhecer – dada a morosidade do Congresso Nacional em legislar sobre a criminalização da homofobia e transfobia – e qualificar, por 10 votos a 1, os crimes, como o ocorrido com Dandara, como crime de ódio, com motivação homofóbica e transfóbica. Esse reconhecimento é de total importância para que o STF tome providências no que tange iniciativas que criminalizem a LGBTfobia. Por 8 votos a 3, o colegiado entendeu que a homofobia e a transfobia se enquadram no artigo 20 da Lei 7.716/1989, que criminaliza o racismo no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Se nós estamos na prostituição é (porque) **a sociedade que nos joga pedras é a mesma sociedade que nos procura**. É a mesma sociedade que nos alimenta".

Thina Rodrigues - Revista entrevista

"A nova geração está vivendo o que construímos para ela, mas o preconceito não vai acabar. **A luta precisa continuar.**"

(Thina Rodrigues)

Esta pesquisa é fruto das minhas inquietações enquanto ativista do movimento social organizado de travestis e transexuais brasileiro. Nesta dissertação, eu tive que lembrar experiências vividas no ativismo e na minha construção de travestilidade, naquilo que chamo de fazer corpo, que é o fazer identidades. A minha trajetória de constituição e construção de pessoa, Dediane Souza – travesti, negra, periférica e nordestina.

Thina Rodrigues abre e fecha este texto por entender que seus ensinamentos precisam ser replicados. Acima, na epígrafe, grifei dois depoimentos de Thina que representam o caminhar desta pesquisa: o primeiro é o lugar que nós travestis e transexuais estamos ocupando, que é fruto da luta pela sobrevivência, que foi um dos poucos lugares que a cisgeneridade, branca e heteronormativa nos deram e que a prostituição alimenta cotidianamente seu fetiches. Ainda nos encontramos em um contexto de prostituição quase que compulsório: Thina apresenta se estamos na prostituição, de maneira mais frequente, é por que tem mercado. O outro ponto é a luta que necessita continuar, pois estamos escrevendo outros marcos das identidades travestis no Brasil. Ocupar todos os lugares que sonhamos ainda é uma luta utópica, pois estamos marcados pelo extermínio das nossas histórias e de nossas vivências: somos estruturalmente lidas por uma sociedade que nos vê como corpos passíveis de serem matados, descartáveis.

Digo sempre que sou água e irei ocupar todos os lugares, mas vejo que ainda temos muitos caminhos a percorrer para a disputa das humanidades, porque no Brasil somos de modo constante submetidas a variadas formas de desumanização – sermos *entes* entendidas como humanas é algo que nos é negado no Brasil. Com todas as dificuldades, estamos construindo novos caminhos nessa encruzilhada de reivindicação de uma identidade travesti no Brasil, a nomeação das violências que vitimaram nossos corpos e identidades. As importantes contribuições de ativistas travestis negras têm sido um marco para a disputa da existência das travestilidades como uma categoria identitária única do povo brasileiro: as travestis como uma categoria identitária e política.

Aqui retomo pontos importantes no decorrer da construção da pesquisa como o percurso metodológico que tive como grande desafio: o primeiro foi de rememorar a tragédia que vitimou a travesti Dandara Katheryn em Fortaleza, em 2017; o outro é o desafio de construir uma pesquisa situada na minhas vivências, trazer ao debate memórias que estavam em algum momento, em uma caixa secreta, e que toma agora uma dimensão pública, na medida em que trato do público e do privado, em perspectiva do individual e do coletivo. As memórias afetivas das minhas referências que foram – e são – vítimas de um sistema que negligencia as nossas existências.

Dandara Katheryn aqui é alocada em uma visada que busca apresentar um cenário, de modo saliente e com visibilidade centralizada, que nos possibilita demarcar, de modo saliente, elementos analíticos de um dos poucos casos de assassinatos de travestis que tomam uma centralidade no debate público. Permite, portanto, apresentar com persuasão elementos de grande magnitude para pensar o fenômeno que é o extermínio das travestis brasileiras. O exercício de tratar as notícias que foram veiculadas sobre o assassinato da travesti Dandara Katheryn me leva à conclusão que, mesmo Dandara ganhando o debate público, a mídia – e, no caso situado desta pesquisa, o jornal O Povo – retira elementos importantes sobre a humanidade das travestis. Um exemplo é a violência, com doses altas de crueldade, do jornal negar o próprio nome de Dandara: Katheryn, automeção que é cerne das concepções e práticas das travestis envoltas em seus sentidos e destinos de existência, é não só ignorado, como também é violentamente apagado, por meio do uso do sobrenome “Santos”, ecoando um sentido de neutralidade afim à popularidade deste sobrenome no país. Ao tentar humanizar Dandara, desumaniza sua pessoa naquilo que há de mais central na existência das travestis: seu nome, Katheryn.

A um só tempo, o comprometimento superficial das autoridades governamentais em pautar as políticas públicas (dado esse cenário necropolítico, para usar a célebre formulação de Mbembe), a emergência de desumanização que estamos postas, a necessidade de ter que morrer para dar condições menos precárias para aquelas que as estão a sobre(viver), condições de existência que mesmo pautadas com muita luta do movimento social organizado, recebe um tratamento de menor importância para o estado brasileiro.

Dandara Katheryn só recebe um tratamento diferenciado das outras dezenove travestis e transexuais assassinadas, no estado do Ceará, apenas no ano de 2017, pela veiculação e repercussão do vídeo publicado nas redes sociais feito pelos os próprios assassinos. Em uma “sociedade do espetáculo”, que toma a barbárie e pulsões fascistas como motor social – sem o efeito das imagens e sons repugnantes do brutal assassinato de Dandara, esta mesma sociedade

se cala. O registro áudio-visual foi peça fundamental, usada em júri popular contra os réus, aqui faz muito sentido o ditado popular "O feitiço, contra o feiticeiro". O martírio de Dandara teve que ser reproduzido nas *timelines* do mundo para comover e causar uma mobilização pública sobre o tema que *há anos o movimento social organizado já vinha denunciando*, inclusive junto a organismos internacionais de Direitos Humanos.

Se é somente após dezessete dias do ocorrido que temos as primeiras notícias sobre a morte do que seria mais uma travesti assassinada, é porque, como conluo, necessitamos cada vez mais de uma cobertura jornalística comprometida com os direitos humanos. Dandara não seria um símbolo da luta por Direitos Humanos no Brasil se não tivesse um registro de sua tortura circulado de forma espetacularizada. As políticas públicas implementadas após o assassinato de Dandara não existiriam, ainda estariam junto às traças na gaveta de uma autoridade do Estado, como outras reivindicações por direitos que são de modo contumaz ignoradas e invisibilizadas.

Quero aqui destacar. Políticas Públicas que acredito serem marcas importante para o combate à discriminação de travestis e transexuais no contexto cearense: a garantia mínima de cidadania da população LGBT estava nas gavetas dos gestores há anos, só passa a ganhar importância após o assassinato de Dandara Katheryn e a grande mobilização social em torno do caso. Ao tratar da proteção e promoção da vida da população LGBT, é possível observar o tratamento dado aos demais casos de travestis que ainda se encontram impunes.

Para fins conclusivos, apresento brevemente os *status* de cada demanda de políticas públicas para a população LGBT que foram tratadas junto do governador e do movimento social organizado, em reunião, no dia 10 de março de 2017, no palácio da abolição, sede oficial do governo do Ceará em uma primeira e única reunião encampada pelo movimento por justiça para Dandara. Momento em que o Governador recebeu representante do movimento social organizado e se comprometeu em implementar demandas do movimento a exemplo: Elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas Para a População LGBT - publicado em abril de 2017; Atendimento de travestis e transexuais em casos de violência doméstica e familiar nas Delegacias de Defesa da Mulher - implementado em seguida da reunião; Constituição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos LGBT - Implementado e empossado em 2022; Estabelecimento de um centro de referência para dar assistência jurídica e psicossocial às vítimas de LGBTfobia - implementado em 18 de outubro de 2021, o Centro é batizado com o nome da ativista Thina Rodrigues; Criação de ambulatório transexualizador no Ceará - implementado em partes, o serviço tem grande dificuldade de adesão de novas demandas e não realiza cirurgias, garantidas no processo transexualizador; Criação de Delegacia Especializada

no Atendimento a Pessoas Vítimas de Crimes de Ódio - A delegacia está com a estrutura pronta mas ainda não funciona no aguardo de mensagem da governadora para apreciação do plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Importante perceber que, mesmo tratando das demandas em março de 2017, com o compromisso do Governador, na época Camilo Santana, as políticas têm um grande vácuo para sua implementação, seja devido à morosidade do estado ou à transfobia institucional. O estado ainda não reconhece nossas mortes, como morte de humanos – o que é também dizer, de outro modo, que pouco ou quase nada reconhece de nossas vidas como humanas. Como é possível perceber a importância de uma delegacia específica para tratar de crimes de ódios contra populações vulneráveis como é o caso das travestis, e que não é implementada por questões políticas, pois o compromisso já foi pautado e afirmado há anos. E só houve uma mudança no quadro, necessariamente, por conta de uma terrível morte. Dandara Katheryn ainda pede por justiça para que a morte não seja esquecida e que a marca de sua tortura seja revestida por políticas públicas para que outras travestis não sejam vítimas das violências.

A negação do sobrenome de Dandara, o "Katheryn", é uma marca importante dessa pesquisa. Atos de nomear e, portanto, atos de ser referidas e lidas. Ao ser noticiada como Dandara "dos Santos", o jornal O Povo negou a existência de uma marca importante das travestilidade: o poder de ser nomeada, trazendo, assim, marcas irreversíveis da invisibilidade de sua construção de se nomear, como é possível perceber no desdobramento das homenagens de Dandara, que também passou a tratar a travesti de forma genérica. Quais sejam, o nome da rua no bairro Granja Lisboa, os Projetos de Lei que pensam a criminalização da LGBTfobia, a Lei Municipal de Combate a Transfobia, a Lei Estadual de combate a transfobia e os registros históricos que foram produzidos: todos esses mecanismos invisibilizam a construção de nome da travesti *Dandara Katheryn*.

É possível perceber que o jornal se utilizou de elementos das relações de parentescos como marca importante de humanidade de Dandara; alinhando isso a falas de autoridades políticas, religiosos e dos movimentos sociais que passam a dar vida e existência à Dandara Katheryn. Uma das marcas mais importante da humanidade de uma pessoa é a posse de um nome, estando o exercício de (auto)nomear, ocupando um lugar central nas socialidade e existência das travestis. O jornal O Povo é um dos responsáveis pelo apagamento de Dandara ao repercutir o nome que não a pertencia, nem sequer respondia a uma linha de descendência nominal do parentesco familiar, seja do lado materno seja do paterno, pois sua mãe carrega os sobrenomes familiares de "Ferreira de Vasconcelos", assim como seu irmão Ricardo. As travestis estão por ser tratadas com humanidade limitada ou até mesmo como humanidade de

segunda linha, mesmo quando as intenções, a um primeiro olhar, apontam para um tratamento dignificante da pessoa humana.

Dandara Katheryn está viva em cada uma de nós que dedicamos a nossa vida para a construção de uma sociedade de respeito. Por Dandara e por todas!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**, São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- ANDRADE, Luma Nogueira. **Travestis da Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Rio de Janeiro. 1 ed. Metanoia, 2015.
- ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **A Espacialização da Transfobia no Brasil: assassinatos e violações de direitos humanos em 2021**. Série Publicações Rede Trans Brasil, 6a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2022.
- AZEVEDO, Pietra Conceição. **"As travas de jardim são unidas": etnografia da performance identitária das travestis em contextos rurais e interioranos do sertão potiguar** / Pietra Conceição Azevedo da Silva Paiva. - Natal, 2020.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra – quando a vida é passível de luto?**. 6.Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 2019.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. Selo Negro, São Paulo, 2021
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Hollanda, Heloísa Buarque (org). **Pensamento feminista - conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.
- CAVICHIOLO, Anderson. **Dandara Katheryn – a mulher de nome bonito**. 1.ed. Salvador, BA: Devires, 2021.
- CRENSSHAW, Kimberlé. Tradução- Mapeamento as Margens: Interseccionalidade, Políticas Identitárias e Violência Contra Mulheres de Cor. In. **Corpos em Aliança: Diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade**. MARTINS, A; VERAS, E (Org.). 1.edição. Curitiba: Appris, 2020. Tradução de Paula Granato e Gregório Benevides.
- FANON, Frantz. **Pele negras, Máscaras Brancas**. São Paulo-SP, Ubu editora, 2020.
- FAVRET-SAADA, J. (1977) *Les mots, la mort, les sorts: la sorcellerie dans le bocage*. Paris: Gallimard **Introdução** [[Tradução disponível em: FAVRET-SAADA, J (2005). “Ser Afetado”. *Cadernos de Campo*, 13, p.155-161]
- FILAX,G; SHOGAN, D. Teoria Queer/abordagens lésbicas e gays. In: SOMEKH, B. LEWIN, C (org.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.
- FIGUEIRÓ, Iêda. **Do íntimo ao coletivo: Figueira Infinita em busca da plenitude ontológica**. 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- FROEMMING, Cecilia; BACCI, Irina. Notícias de Violência Contra Travestis. In: **Notícias de Homofobia no Brasil**. DINIZ, D; OLIVEIRA, R (org.). Brasília. Letras Livres, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro. 1 reimpressão; LTC, 2019.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. **Nem ao Centro, nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero**. Salvador-BA. 1 ed. Editora Devires. 2020.

GONÇALVES, Marco Antônio. **Um Mundo Feito de Papel: Sofrimento e Estetização da Vida (Os Diários de Carolina Maria de Jesus)**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 21-47, jul./dez. 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p.223-244.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo, afro, latino americano**, Rio de Janeiro – RJ. 1.ed. Editora Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. In. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1, 2016.

HOLANDA, Vitória. **O casulo Dandara**. Fortaleza-CE. 1ª ed. Editora CeNE. 2019.

INGOLD, Tim (ed.). **Humanity and Animality**, in Companion Encyclopedia of Anthropology, Londres, Routledge, 1994. Tradução: Vera Pereira.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Travessia: Caminhos da população trans na história**. In: GREEN, J.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (orgs.). História do movimento LGBT no Brasil. São Paulo - SP. 1 ed. Alameda, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Xica Manicongo: A trangeridade toma a palavra**; ReDoc. Rio de Janeiro-RJ, v.3, n.1, p.250, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro – RJ. 1ed. Editora cobogó, 2019.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de “Histórias Femininas, Memórias e Experiências”. **cadernos pagu** (8/9) 1997: pp.343-354.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**; traduzido por Renata Santini. São Paulo, nº1 edições, 2018.

MOTT, Luiz. **Homossexuais da Bahia: Dicionário Biográfico (Século XVI-XIX)** Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre - RS: Arquipélago, 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feitas por mãos negras**, Rio de Janeiro – RJ. 1.ed. Editora Zahar.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NUNES, Arthur Vinicius Anoroço. LING. – **Est. e Pesq.**, Catalão-GO, v. 23, n. 2, p. 151-163, jul./dez. 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das Mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Bazar do Tempo. Rio de Janeiro-RJ, 2021.

RATTES, Kleyton. “Das Encruzilhadas: as categorias tempo-espço em rituais e cosmologias”. In, **Religião e sociedade**, Rio de Janeiro, 37(2): 179-199, 2017.

RODRIGUES, Vera. “**Quando a mulher negra fala**: afeto, teoria e política em (des)construção.” disponível em <https://pensehumanas.com.br/assets/uploads/files/pensehumanas-posts-quando-a-mulher-negra-fala-vera-rodrigues-maio2020-pdf-13-05-2020.pdf> acessado 03 de out. 2022.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo-SP. 1ªed. Ubu Editora, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte – MG.1 ed. Editora UFMG, 2010.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis**: Carne, Tinta e Papel. Editora Prismas. Curitiba-PA, 2017.